

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL (PPGMS)
MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO JOVEM DA CIDADE DE DEUS:
A DISPUTA DE REPRESENTAÇÕES ENTRE O FILME CIDADE DE DEUS E AS
MÍDIAS COMUNITÁRIAS LOCAIS**

Marcelle Raja Gebara

Rio de Janeiro

2020

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO JOVEM DA CIDADE DE DEUS:
A DISPUTA DE REPRESENTAÇÕES ENTRE O FILME CIDADE DE DEUS E AS
MÍDIAS COMUNITÁRIAS LOCAIS**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Memória Social.

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação.

Orientador: Ricardo Salztrager

Rio de Janeiro

2020

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

M302.23 Gebara, Marcelle Raja.
A construção identitária do jovem da Cidade de Deus: a disputa de representações entre o filme Cidade de Deus e as mídias comunitárias locais/ Marcelle Raja Gebara. - Rio de Janeiro, 2020. 105f.; 30 cm

Orientador: Ricardo Salztrager.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, 2020.

1. Memória. 2. Subjetividade. 3. Mídias. 4. Identidade. 5. Representação. I. Salztrager, Ricardo, orient. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD-300

MARCELLE RAJA GEBARA

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO JOVEM DA CIDADE DE DEUS:
A DISPUTA DE REPRESENTAÇÕES ENTRE O FILME CIDADE DE DEUS E AS
MÍDIAS COMUNITÁRIAS LOCAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social. Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação.

Banca Examinadora

Ricardo Salztrager (Orientador) - UNIRIO

Diana de Souza Pinto - UNIRIO

Kátia Faria de Aguiar – UFF

Aprovada em: ____/____/____

AGRADECIMENTOS

Escolher novos caminhos não é tarefa fácil.

Depois de oito anos de formada em psicologia e de trabalho na área social, resolvi mergulhar em um novo desafio: o de refletir e produzir saber através da escrita.

De fato, a escrita se apresentou como um grande desafio para mim, pois me exigiu pensar e embasar teoricamente algo que era prática, intuição, experiência. É necessário compromisso, presença e disponibilidade. E eu, que estava afastada da escrita acadêmica há oito anos, talvez não me enxergasse capaz ou autorizada a produzir um trabalho nesse sentido. Talvez tivesse atrofiado. Talvez tivesse um medo enorme de não fazer um trabalho bacana.

Mas a Cidade de Deus me chamou. Senti necessidade de documentar a minha experiência. E nesse caminho, precisei abrir mão de um trabalho importante na minha vida para seguir o Mestrado. E acho que não poderia ter feito escolha melhor! Estou muito feliz com o que fui capaz de produzir. Estou muito orgulhosa desse trabalho e da trajetória que escolhi percorrer de 2018 para cá.

Agraço ao meu Orientador Ricardo Salztrager que sempre me apoiou, me deu todo o suporte, atenção para que esse filho nascesse.

Agradeço à minha banca examinadora, que fez pontuações essenciais na qualificação para que este trabalho se transformasse completamente e ganhasse um tom autoral.

Agradeço à minha família por sempre me dar apoio em todas as minhas empreitadas, ainda que pareçam insanas ou incompreensíveis aos seus olhos.

Agradeço ao meu namorado pelas horas infindáveis de discussão sobre o tema, por suas contribuições para a minha escrita e por ser esse parceiro incrível.

Agradeço aos meus enteados por fazerem a minha vida mais colorida e agitada. Afinal, quem quer uma vida cinza e monótona?

Agradeço à Carla Siccós por me inspirar com suas ações para a garantia de direitos da comunidade e por ajudar na indicação do local para execução do grupo focal.

Agradeço à Ingrid Siss, da Casa Dona Amélia por nos abrir as portas para a execução da parte prática desse trabalho e por nos recepcionar de forma muito acolhedora.

Agradeço a todos aqueles que passaram por minha vida: amigos, alunos, jovens, por terem me mostrado um novo mundo, diverso e potente e que contribuíram para que as questões sociais pulsassem em mim.

RESUMO

Esse estudo se propõe pensar a construção do estereótipo do jovem morador da Cidade de Deus – comunidade localizada na zona oeste do Rio de Janeiro – a partir do filme Cidade de Deus (2002), confrontando-a com a visão de mídias comunitárias locais sobre esses mesmos jovens. Para tal, analisamos o campo de tensões existente entre a produção cinematográfica supracitada e as mídias comunitárias – o Jornal impresso CDD A notícia por quem vive (2010) e o Jornal Online CDD Acontece (2011) no que diz respeito às representações criadas sobre os jovens moradores da comunidade. Através dos referenciais teóricos de Foucault e Butler, podemos entender que esses discursos midiáticos estão imersos em jogos de poder-saber sobre esses corpos, categorizando-os e classificando-os ao mesmo tempo em que os ligam a uma identidade. Isso significa dizer que as identidades compreendidas como naturais são construídas discursivamente em uma rede de micro poderes. A partir dessas considerações de Foucault Butler pensa a forma pela qual essas categorizações distinguem as vidas passíveis de luto e aquelas que, ainda que sejam vidas, não são reconhecidas como tais. Ademais, com o objetivo de ouvir a juventude local e entender suas visões sobre o filme e sobre as mídias comunitárias quanto aos quesitos de identidade e representação, também realizamos um grupo focal com jovens residentes da Cidade de Deus. Buscamos analisar a partir da perspectiva do jovem, em que medida as mídias hegemônicas e comunitárias tem contribuído para naturalizar ou questionar as representações e identidades criadas sobre esses jovens. Neste grupo, os jovens puderam expressar suas opiniões, vivências, observações, pontuando os momentos em que se sentiam ou não representados pelo filme e pela mídia comunitária, dentre várias outras questões que foram surgindo ao longo do grupo. Sobretudo, este estudo questiona e abre o campo a mais perguntas, não o fecha em respostas prontas. E, ao abrir espaço para o questionamento de saberes instituídos e das produções identitárias, de certa forma, também possibilita lançar um outro olhar para esses jovens: um olhar não normativo, complexo e plural.

Palavras-chave: Identidade, Representação, Cidade de Deus, Favela.

ABSTRACT

This study proposes an analysis of the construction of the stereotype in relation to the young inhabitant of the Cidade de Deus, a community located in the west zone of Rio de Janeiro where the movie “Cidade de Deus” (2002) was shot, confronting it to the local community’s media point of view about these same youngsters. In order to do that, we analyzed representations that emerged from the film production of the “Cidade de Deus” (2002) and from the local community’s media - the newspaper “CDD A notícia por quem vive” (2010) and the online newspaper “CDD Acontece” (2011). Through the theoretical references of Foucault and Butler, we can understand that these mediatic discourses are immersed in games of power-knowledge regarding these bodies, categorizing and classifying them while relating them to an identity. This means that these said natural identities are discursively built in a network of micro powers. Based on these considerations by Foucault, Butler thinks of the way in which these categorizations distinguish mourning lives and those that even being alive are not recognized as such. In addition, aiming to listen to the local youth and understanding their perspectives on the film and on the local community’s media when it comes to the pointed-out issues of identity and representation. Moreover, a focus group was organized along with the young residents of the Cidade de Deus. We sought framing an analysis from the perspective of the young and to what extent have the hegemonic and community media contributed to naturalize or question the representations and identities created about these young people. In this group, the young were able to express their opinions, experiences and observations pointing out the moments when they felt represented by the film or not and by the local media as well, among several other issues that came up throughout the group meetings. Above all, this study questions and makes room for more examinations, it does not close it in ready-made answers. And, by opening up for the inquiring of the instituted knowledge and the identity production it also makes it possible to have another look at these young people somehow: a non-normative, complex and plural look.

Keywords: Identity, Representation, Cidade de Deus, Slum.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. APROXIMAÇÃO DO TEMA	
1.1 MUDANÇA DE PERCEPÇÃO.....	20
1.2 MEU ENGAJAMENTO COM QUESTÕES SOCIAIS	21
1.3 A QUE SERVE O DISSERTAR?	25
1.4. A CHEGADA NA CIDADE DE DEUS.....	26
1.5 METODOLOGIA DO GRUPO FOCAL.....	29
2. GRUPO FOCAL E MÍDIAS COMUNITÁRIAS	
2.1. O GRUPO FOCAL.....	32
2.2. A PERSPECTIVA DAS MÍDIAS COMUNITÁRIAS: CDD - <i>A NOTÍCIA POR QUEM VIVE (2010)</i> E <i>CDD ACONTECE (2011)</i>	40
3. IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO EM FOUCAULT E BUTLER	
3.1 FOUCAULT E O CONCEITO DE IDENTIDADE	48
3.2 A PROBLEMATIZAÇÃO DA IDENTIDADE EM BUTLER	66
3.3. VIDAS PASSÍVEIS DE LUTO, ENQUADRAMENTO E REPRESENTAÇÃO.....	69
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS	79
ANEXO I – Convenções da Transcrição.....	84
APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados - roteiro da entrevista.....	85
APÊNDICE B – Dados sobre os jovens entrevistados e participantes do Grupo focal.....	86
APÊNDICE C – Transcrição do Grupo Focal	87

INTRODUÇÃO

Esta dissertação parte de uma inquietação pessoal vivida a partir de um trabalho realizado na Cidade de Deus, comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro, de maio a novembro de 2017. Nesse período acompanhei jovens moradores da comunidade no Projeto Luz: Tecnologia e Cultura Digital – projeto de Marie Christiane Meyers – cônsul honorária de Luxemburgo – em parceria com a ONG Banco da Providência e a Associação Semente da Vida (ASVI).

O Projeto Luz: Tecnologia e Cultura Digital surgiu em 2016, a partir do desejo de Marie e três amigas de fazerem alguma ação voltada para jovens de comunidades, que pudesse transformar a vida deles. Como não tinham experiência com o terceiro setor, buscaram o apoio do Banco da Providência para concretizarem a ideia. Este Projeto capacitou jovens nas regiões da Cidade de Deus, Gericinó, Realengo e Centro preparando-os para o mercado de trabalho. Mas destaco aqui a experiência na Cidade de Deus.

O Banco da Providência é uma instituição filantrópica que visa contribuir para a redução da desigualdade social e promover o desenvolvimento humano de jovens, adultos e famílias residentes nas comunidades empobrecidas do Rio de Janeiro. Tal contribuição se dá por meio da formação, qualificação para o trabalho, geração de renda e fortalecimento das lideranças locais. Já a Associação Semente da Vida (ASVI) é uma instituição fundada em 2002 na Cidade de Deus e com atuação na própria comunidade, que tem por missão colaborar com o desenvolvimento humano e social local através dos eixos da educação, cultura e comunicação. Então, firmaram a parceria: Marie como financiadora e idealizadora do Projeto Luz, Banco da Providência com a expertise em comunidades e ASVI com a cessão do espaço na Cidade de Deus.

Dessa parceria foi oferecido o Curso de capacitação para jovens moradores da comunidade com idades entre 16 e 24 anos em Audiovisual e Cultura Digital. O curso teve duração de 7 meses e foi dividido em módulos de Informática Básica, Audiovisual, Comunicação e Produção Textual e Desenvolvimento Humano e Cidadania.

Algo que me prendeu a atenção, para além do sofrimento no meu próprio corpo, sob efeito do medo e ansiedade vividos frente às constantes operações policiais na Cidade de Deus, foi o fato dela ser uma comunidade muito midiaticizada. Ela é representada tanto em mídias tradicionais como em mídias comunitárias. Como exemplo dos mesmos podemos citar os jornais de amplo alcance e o cinema com o filme *Cidade de Deus* (2002), obra baseada no livro escrito pelo autor Paulo Lins e dirigida por Fernando Meirelles e um dos primeiros filmes que

trouxe à tona a realidade das favelas para o cinema brasileiro. Como exemplo das segundas podemos citar as mídias comunitárias criadas pelos próprios moradores para contarem as suas histórias por si mesmos – o Jornal Online *CDD Acontece* (2011) e o Jornal impresso *CDD - A Notícia por quem vive* (2010).

Essa midiaticização intensa da comunidade me chamou ainda mais a atenção quando alguns jovens me relataram que não colocavam em seus currículos a informação de endereço da Cidade de Deus, pois tinham receio de não serem contratados em entrevistas de emprego. Pensei então: Será que mídias de amplo alcance favoreceriam a criação de uma identidade única sobre quem é esse jovem? Identidade essa atrelada a um estereótipo de violência que produz efeitos reais na vida deles? Por outro lado, levantei a possibilidade de existirem também estratégias de resistência a essa visão única e, então, recorri às mídias comunitárias para verificar se, de fato, essas se configuram como resistências aos discursos das mídias hegemônicas.

Como já havia estudado Foucault na minha graduação, e minha questão partia do interesse em jogos de poderes que produzem processos de subjetivação, pensei imediatamente que sua teoria filosófica poderia me auxiliar no desenvolvimento de questões importantes sobre o meu tema.

Embasada em Foucault (2014a) e trazendo sua discussão para um contexto contemporâneo, parto da compreensão de que os discursos compõem uma malha microfísica de poder e que os meios de comunicação se converteram num dos principais instrumentos de construção social da realidade. Nas mídias hegemônicas, bem como jornais, revistas de grande circulação e produções cinematográficas de ampla abrangência, há uma associação direta entre favela e risco e, por esse viés podemos perceber o destaque de um discurso midiático que enfatiza a violência e a criminalidade no que se refere aos espaços populares e favelas. No caso do cinema – mais especificamente no filme *Cidade de Deus* (2002) essa associação favela-criminalidade também fica muito presente. Entendo, portanto, que a mídia hegemônica vem se configurando como uma importante ferramenta de formação de opiniões, saberes, normas, valores e subjetividades. Conforme veremos ao longo desse trabalho, esses meios de comunicação tendem a produzir verdades estanques sobre seus objetos, além de criar conceitos e reforçar estereótipos sobre determinados grupos.

Pela minha experiência – e pela compreensão que os discursos de poder não estão localizados aqui ou ali, mas circulam pelos mais variados dispositivos – entendo que o discurso

que conecta favela e violência também permeia a população da favela, a forma como se relacionam e sua própria identidade.

Ademais, entendo a comunicação comunitária como uma importante alternativa para promover e ampliar o debate sobre “quem faz a comunicação” e “de que forma os jovens moradores de periferias e favelas são representados nos jornais e no cinema”, uma vez que procura mostrar uma visão diferente das tradicionalmente trabalhadas pelas grandes mídias. Esta geralmente se constrói através da participação e do compromisso com a comunidade: busca expor a cultura local, resgatar histórias, tradições, festas e eventos, além de divulgar informes, avisos, campanhas, dentre outros temas voltados diretamente à comunidade. Além de ser uma importante ferramenta de amplificação das vozes dos moradores, de valorização da comunidade, da sua produção artística, de denúncia de violências e descasos, da pobreza e da desigualdade social, também objetiva o acesso a direitos básicos, como saúde, educação, saneamento básico, mobilidade e comunicação.

Fundado em 2011, o jornal online *CDD Acontece* nasce com a missão de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem na Cidade de Deus e transformar a opinião do público em geral sobre a comunidade. A fundadora da mídia Carla Siccós, em entrevista para o Globo Comunidade e em vídeo institucional, afirma que percebeu que havia a necessidade de se ter um canal de comunicação útil dentro da comunidade, uma vez que as notícias ruins – sobre tiroteios, violências e crimes – tomavam uma proporção grande, enquanto as notícias boas – serviços locais, cursos gratuitos, ações sociais e oportunidades de emprego – não tomavam a mesma proporção.

Atualmente a mídia online possui página nas redes sociais com mais de 120 mil seguidores, grupo em ferramenta de comunicação com lista de transmissão com 6 mil inscritos, portanto, uma referência sobre notícias na Cidade de Deus. O *CDD Acontece(2011)* é um canal informativo que abrange um blog, uma página no Facebook, no Twitter, Instagram, além de listas de transmissão no Whatsapp. Essa é uma das mídias através das quais os moradores locais e das adjacências se mantêm informados sobre os serviços, cursos, atividades cotidianas e eventos da comunidade. A mídia também faz anúncios de comerciantes locais, divulga temas de interesse público – como a ausência de coleta de lixo em determinadas regiões, oportunidades de emprego, situações de violação de direitos – além de promover vídeos informativos com profissionais, como advogados, psicólogos, dentre outros. Atualizado diariamente, trabalha com a veiculação de textos curtos com conteúdos audiovisuais – fotografias e vídeos –, tratando de uma vasta gama de temas.

O jornal “CDD - A notícia por quem vive”, por sua vez, nasceu em 2010 a partir do Curso de Comunicação Crítica, extensão oferecida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro na comunidade. Os produtores do Jornal – e também moradores da Cidade de Deus – afirmam que se trata de um instrumento de comunicação escrito coletivamente por moradores da própria comunidade que buscam melhorias e condições dignas para si e para os demais. O jornal tem como objetivo principal informar os moradores sobre o que acontece na comunidade a partir de aspectos positivos nos âmbitos cultural, social, educativo, político e econômico, dedicando especial atenção à valorização da cultura local. Abre também o devido espaço para que se crie um olhar crítico sobre a comunidade e o mundo. O jornal funciona de forma colaborativa e as matérias são produzidas tanto pelos organizadores como por outros moradores da comunidade. As primeiras edições do jornal contaram com verba de edital do Ministério da Cultura para microprojetos comunitários e as demais foram feitas com financiamento coletivo.

Os organizadores do Jornal afirmam que as mídias hegemônicas não os representam. Entendem que tais mídias geralmente reproduzem o estereótipo da favela violenta e deixam personagens e histórias importantes da comunidade relegados a segundo plano:

Consideramos que a mídia comercial ¹não nos representa, pois não conta uma história legítima do local onde vivemos. Isso porque muitas vezes, em nome da manutenção do estereótipo da “favela violenta”, personagens e histórias da CDD foram relegados ao segundo plano. O jornal comunitário passa a ser, então, uma ferramenta para que estas histórias sejam recontadas. O jornal tem como objetivo principal formar os moradores da CDD para um olhar crítico da comunidade e do mundo, e informá-los sobre o que acontece na comunidade, contemplando aspectos positivos nos âmbitos cultural, social, educativo, político e econômico, dedicando especial atenção à valorização da cultura local. (CDD VIVE, 2013)

O jornal comunitário passa a ser, então, uma ferramenta para que estas histórias sejam recontadas a partir da visão dos moradores sobre si mesmos, como veem e sentem a sua própria comunidade. Esta mídia faz-se importante não só por levar informações às pessoas sobre a comunidade, mas também por permitir a criação de uma nova visão sobre a Cidade de Deus e os que ali residem.

Já a produção cinematográfica *Cidade de Deus* (2002), adaptação roteirizada do livro homônimo (LINS, 1997) foi uma obra reconhecida nacional e internacionalmente. O filme logo se tornou um dos maiores fenômenos do cinema brasileiro e concorreu ao Oscar com indicações a quatro categorias: melhor diretor, melhor roteiro adaptado, melhor fotografia e melhor edição.

¹ Grandes empresas de comunicação que alcançam a maior parte da população. Nota feita por membros do Jornal CDD - A Notícia por quem vive em campanha de financiamento coletivo no site <https://www.catarse.me/anoticiaporquemvive>

Desde então, as memórias e a história da Cidade de Deus tornaram-se intrinsecamente ligadas às histórias narradas por Paulo Lins e Fernando Meirelles, autor do livro e diretor do filme, respectivamente. No livro, Lins narra as transformações sociais ocorridas na Cidade de Deus desde a sua criação até a violência que se instala após a política de guerra ao tráfico de drogas nos anos 90. O autor escreve o romance a partir de pesquisa antropológica realizada de 1986 a 1993 e conta sobre o cotidiano, as histórias e a violência mediante um roteiro em terceira pessoa, dando um caráter de obra literária e documental para o livro. Por vezes, traz a história de personagens reais, apesar de sua linha narrativa se estender, principalmente, pela história da Cidade de Deus.

O filme, por sua vez, também fez paralelos com diversos dados da realidade que podem ter contribuído para que este fosse assimilado, de forma geral, como “a real história da Cidade de Deus”. A narrativa do filme – bem como a forma simples como é contado o modo de vida na Cidade de Deus – em conjunto com a construção de personagens viscerais também podem ter conduzido os expectadores à sensação de estarem vivenciando uma realidade e não uma ficção. Podemos mesmo dizer que, no filme, o protagonista não é uma pessoa, mas o próprio lugar.

Porém, a produção cinematográfica explora o tema por um viés que o diferencia da narrativa do livro homônimo. Nesta, a Cidade de Deus aparece de forma isolada do resto do Rio de Janeiro, desconectada, com leis e relações de poder próprias. O longa conta a história de Buscapé, jovem que mesmo tendo crescido em um ambiente extremamente violento e próximo a jovens “delinquentes” e “degenerados” consegue se destacar através de mérito próprio e trabalho “digno”. Traz uma perspectiva individualizante do sobrevivente pelo esforço próprio o que, de certa forma, pode reforçar o estereótipo de que os demais jovens que ali vivem praticam atos ilícitos.

Não podemos, porém, desconsiderar o fato de outras mídias anteriores ao filme – como jornais de grande circulação – já terem contribuído para a construção de uma narrativa que evidencia o jovem morador da comunidade como um jovem perigoso. Há, portanto, um contexto para além da ficcionalidade no qual a produção cinematográfica se apoia. Com isto, podemos dizer que já estava instituído um campo de tensões acerca do tema, em que o jovem da favela era representado como jovem perigoso em uma visão estereotipada, porém, a partir da repercussão da obra, esse cenário pode ter se intensificado. De fato, os jovens moradores da comunidade os quais acompanhei em 2017 afirmavam não se sentirem representados pelo filme que produziria uma visão estigmatizada sobre eles. Ademais, enfatizam que o filme aborda o cotidiano unicamente pelo viés da violência e do crescimento do crime organizado e não sobre

outras tantas variáveis presentes do local. Com efeito, a narrativa se desenvolve criando uma estreita relação entre a comunidade e o crescimento do crime organizado, o que pode conduzir a um recorte estigmatizado não só da própria comunidade, mas também das pessoas que ali vivem, em especial os jovens.

Assim, apoiando-nos em Butler (2017), podemos depreender que o filme provavelmente acaba funcionando como um enquadramento dos muitos possíveis da realidade. Para ela, as molduras através das quais apreendemos ou representamos algo operam no sentido de delimitar ao máximo sua esfera de aparição. No caso do filme, como os jovens são predominantemente enquadrados ou representados como criminosos, o que pode favorecer a construção de certo estereótipo. Os jovens deixam de ser encarados a partir de múltiplos outros possíveis aspectos e passam a sê-lo a partir de um único. Todo este processo, é claro, tende à construção de uma identidade cristalizada e estigmatizada a respeito de quem é o jovem morador da Cidade de Deus. Trata-se, aqui, de uma problematização que a autora coloca em relação aos dispositivos e à própria política de enquadramento.

Mesmo essa não sendo a única perspectiva no filme representada, não raro, a narrativa se dá sem que se evidencie a perspectiva política ou a intencionalidade sob a qual esse enquadramento se produz. O que é comunicado – bem como o modo de ser comunicado – pode favorecer pensamentos e sentimentos acerca da mensagem transmitida, processo este que está para além do nosso controle e situado a despeito de nossa vontade. Em outros termos, “mesmo a mais transparente das imagens de um documentário está submetida a um enquadramento, e submetida a um enquadramento com um propósito” (BUTLER, 2017, p.108).

Veremos também em detalhes ao longo da dissertação como as produções das mídias comunitárias e da do cinema podem ser relacionadas com a afirmação de Foucault que “o indivíduo é um efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu.” (FOUCAULT, 1979, p. 183-184). Ou seja, de acordo com Foucault, o poder “nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem.” (1979, p.183) Trata-se, pois, de entender o poder como algo que circula e se exerce em rede, inclusive entre os próprios moradores da Cidade de Deus: como compreendem o filme, como a sua identidade se fez cristalizada, como a relação com o filme atravessa as relações cotidianas dos moradores e, em última instância, como o poder se exerce em sua capilaridade. Além disso, também vislumbraremos as possibilidades de resistência a esse exercício de poder.

Apoiando-nos em Foucault, entendemos que há uma malha microfísica de poderes através da qual se constitui a identidade cristalizada de quem é o jovem morador da Cidade de

Deus e, assim, analisaremos sobretudo as resistências que os próprios moradores ou as mídias locais oferecem às mídias que designamos como hegemônicas. Trata-se, em outros termos, de trazer à tona a afirmação de Foucault (1979) de que o poder não seria “um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras” ou “não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos” (1979, p.183). Portanto, não se trata de o cinema possuir o poder e então contar a história da Cidade de Deus e dos jovens que ali residem não terem possibilidade de fazer o mesmo. Não se trata do cinema ou das mídias hegemônicas serem mídias dominantes e jovens e mídias comunitárias dominados. Existe sim, entre mídias hegemônicas e mídias comunitárias interesses, vontades, afirmações, produções e resistências. Pensaremos como isso se dá analisando o campo de tensões dado a partir da repercussão da obra. Por fim, não trataremos as mídias tidas como hegemônicas como repressoras tampouco as mídias comunitárias como alternativas revolucionárias, mas pensaremos que em determinados cenários ambas reforçam identidades e representações vigentes e em outros conduzem a micro resistências e alternativas à norma. Em que medida essas reforçam representações vigentes ou criam processos de singularização e atravessamentos outros. Se reforçam ou não a manutenção de relações de poder vigentes.

Para tal, analisaremos o campo de tensões em que os discursos e as representações produzidos pela mídia hegemônica e pelas mídias comunitárias concorrem entre si pela representação da verdade sobre os jovens moradores da Cidade de Deus. Pensar, portanto, como se desenvolveram e se tornaram naturalizadas as relações de poder no âmbito das representações dos jovens residentes da comunidade no cinema e nas mídias comunitárias locais. Porém, é importante ressaltar que não partimos de uma perspectiva universal ou essencial da verdade, mas sim da concepção de Foucault (1979) de que a verdade é uma produção histórica.

Deste modo, refletiremos acerca do poder da mídia no âmbito da constituição de subjetividades e como esta atua na construção de formas de ser e agir dos sujeitos, bem como a sua influência sobre as relações entre esses.

Se as relações de poder são determinadas por relações de força é possível dizer que os discursos – incluindo aqui o discurso cinematográfico e o das mídias comunitárias – são dispositivos de construção de verdades. Foucault (2014a) nos aponta que o discurso não é apenas o meio pelo qual se traduzem as lutas e os sistemas de dominação, mas ele é também

objeto de desejo, aquilo pelo que se luta. As interdições, o que é manifesto ou não, quem tem ou não legitimidade para falar, evidencia a ligação do discurso com o desejo e o poder.

Neste contexto faz-se importante estudar alguns dos diversos discursos produzidos por diferentes mídias sobre Cidade de Deus, entendendo-os como imersos em jogos de forças e de disputa pelas representações. Para entender como se dão essas relações recorro às narrativas do cinema e das mídias comunitárias acima mencionadas – o Jornal impresso *CDD - A Notícia por quem vive* (2010) e o Jornal online *CDD Acontece* (2011) –, para a compreensão das articulações que elas fazem com o conceito de representação. No caso da afirmação do filme ter produzido um recorte estigmatizado sobre o jovem, ampliar a reflexão e pensar em que medida as mídias comunitárias também podem favorecer a criação de um perfil identitário dos jovens moradores da Cidade de Deus. Em outros termos, a partir desse trabalho, pretendo propiciar uma análise no que tange a produção cinematográfica e as representações criadas por ela sobre os moradores da comunidade, analisando a forma peculiar com que esses últimos negociam ou não com estas representações, tendo como base os jornais comunitários supracitados e os discursos dos próprios jovens. Busco pensar a construção do estereótipo do jovem morador da Cidade de Deus a partir do filme *Cidade de Deus* (2002) e das mídias comunitárias, articulando essas representações com a produção de memória e de subjetividades.

Também senti a necessidade de ouvir a juventude local e entender suas visões sobre o filme e sobre as mídias comunitárias quanto aos quesitos de identidade e representação. Utilizei a metodologia do grupo focal, pois esta nos permite compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (Veiga & Gondim, 2001). Busquei compreender como os jovens de hoje analisam a produção cinematográfica *Cidade de Deus* (2002), se eles se sentem ou não representados por ela ou pelas mídias comunitárias e se essas – cinema e mídias comunitárias – produzem efeitos reais sobre as suas vidas ainda hoje. A intenção com o uso dessa metodologia foi também de abrir possibilidade para que esses jovens trouxessem outras questões que ainda não tinham sido pensadas no trabalho. Portanto, realizei um grupo focal com sete jovens residentes da Cidade de Deus, com duração de uma hora, com base em um roteiro com perguntas abertas, previamente definidas por mim e por meu orientador Ricardo Salztrager.

Conforme demonstrado, este trabalho é fundamentado a partir da leitura de obras dos autores Michel Foucault, Judith Butler entre outros. Partimos da ideia de Gondar (2016) de que a memória social é ética e política, estando imersa em um contexto de afetos, desejos e relações de poder e qualquer perspectiva que tomemos não será uma reconstrução racional e imparcial do passado, mas sim, uma escolha pelo que desejamos conservar.

Deste modo, pensamos a memória social no âmbito da produção discursiva e subjetiva como um campo de estudo de processos dinâmicos e contraditórios da vida social, sendo perpassado pelas redes de poderes, pela produção da lembrança e esquecimento dos sujeitos. Sua única fixidez é a reconstrução permanente. Portanto, abordamos a memória social como uma teia de significados, que produzem representações sobre determinados grupos. Gondar (2016) já nos apontara que:

As representações não surgem subitamente no campo social, mas resultam de jogos de força bastante complexos, envolvendo combinações e enfrentamentos que a todo tempo se alteram. Se reduzirmos a memória a um campo de representações, desprezaremos as condições processuais de sua produção. Tomaremos como dado justamente o que deveria ser explicado: como foi que, em uma certa sociedade e em uma certa época, algumas forças se conjugaram para formar uma representação? A serviço de que interesses ou de que vontades ela teria se constituído? Que relações de poder fizeram com que algumas representações, e não outras, pudessem adquirir uma consistência crescente até se tornarem dominantes no campo social? Em suma: como e por que essas representações foram inventadas? (GONDAR, 2011, p.35e 36)

Assim, não buscamos revelar uma verdade escondida por trás dos véus através de lembranças e documentos. Nós nos posicionamos ética e politicamente quando elegemos o tema que escolhemos pesquisar e apostamos num futuro porvir – escolhemos o que queremos conservar ou criar.

O conceito de memória com o qual estamos trabalhando não se reduz ao conceito de identidade, tampouco ao de representação. As identidades que determinados grupos criam para si são ficcionais, e se fazem a partir do recalcamento de lembranças indesejadas, paradoxos, falhas ou quaisquer incoerências que possam porventura comprometê-la. Já as representações, por sua vez, são resultados de jogos de força bastante complexos. A memória (Freud, 1925/1996) não pode, pois, reduzir-se a elas, uma vez que as representações são construídas a partir de determinados interesses, de certas circunstâncias, desejos e vontades.

Para tal, entendendo a memória social como processual, como uma construção, como uma prática, e como imersa num jogo de forças que determinam quais memórias se mantêm ou não no campo das representações. Todos estes aspectos estão ligados às teorias de Foucault e Butler sobre identidade e representação.

Assim, partimos da proposta genealógica de Foucault (1979) com o devido apoio em Nietzsche, que representa um rompimento com um modo tradicional de olhar para a história, uma vez que se recusa a buscar uma origem, uma verdade ou uma essência própria das coisas. Para Foucault a história não seria contínua, linear, teleológica, mas descontínua e fragmentada, não havendo, portanto, uma verdade absoluta, universal, mas as “verdades” constituídas a partir de um jogo de saberes-poderes. Ao se recusar a buscar uma origem ou uma verdade absoluta,

Foucault nos leva a uma crítica ao conceito de identidade e também à desnaturalização da subjetividade. Destaca, portanto, uma ligação entre poder e saber que produz discursos de verdade sobre esse sujeito, bem como sobre seu corpo e processos psíquicos, forjando uma identidade que invisibiliza os processos que a constituem. Isso significa dizer que as identidades compreendidas como naturais são construídas, apesar de os processos os quais levaram a essa cristalização não ficarem evidentes. Ao invés de buscar origens ou semelhanças entre os objetos e fazer tentativas de estabelecer relações causais entre os acontecimentos, ele evidencia uma rede de micro poderes que se entrelaçam criando saberes e corpos úteis e docilizados, e, em última instância, identidades que tendem à cristalização.

Nessa mesma perspectiva, Butler (2018) traz uma crítica à concepção de identidade ao tratar os temas do gênero e do feminismo. Para ela também não há algo essencial ou natural sobre o corpo, há sim, um corpo envolvido em um campo discursivo. O sujeito, portanto, não estaria dado a priori. Ele é sujeito-em-processo, imerso em jogos de poder que o constituem como tal, assim como destacamos acima a respeito de Foucault. Butler afirma que o sujeito é um construto performativo, não é algo que se é, mas algo que se faz. Então, a autora busca clarear as estruturas discursivas de poder que produzem identidades cristalizadas e criam uma aparente naturalização dessas mesmas. As categorias normativas circunscrevem o campo subjetivo, determinando “o que é”, “o que não é” bem como os próprios limites dessa identidade. De certa forma cristalizam essas identidades como “naturais”, relegando ao esquecimento os processos que a constituíram, o que leva certa dificuldade de compreendermos a própria identidade como um efeito desse poder. Butler entende que a categoria identidade reafirma as normatividades construídas sobre determinado sujeito, contribuindo para a manutenção dessas mesmas estruturas de poder. Estabelece não uma análise das identidades, mas dos processos de produção dessas identidades – discursos, práticas, ações, formas de pensar e modos de perceber – e manutenção das relações entre elas.

Partindo da perspectiva ética e política de pensar a memória social como construída numa rede de afetos, práticas, resistências, poder, buscamos apoio nesses autores para pensar: Em que medida as mídias hegemônicas e comunitárias tem contribuído para naturalizar representações identitárias dos jovens moradores da Cidade de Deus? Em que medida essas mídias tem se configurado como meios disruptivos, de questionamento e oposição a identidades cristalizadas? Que disputas teriam propiciado o surgimento dessas representações sobre os moradores da Cidade de Deus? Como se formaram? Sob que condições elas se mantem? A serviço de que interesses ou de que vontades essas representações teriam se constituído? Que relações de poder fizeram com que algumas representações sobre os jovens moradores da

Cidade de Deus adquirissem consistência crescente até se tornarem dominantes? De que forma essas memórias são constituídas a nível micro político? De que forma essas identidades cristalizadas apoiam políticas de violência às quais esses jovens estariam submetidos?

Portanto, no capítulo 1 partiremos da minha implicação com o tema, das experiências que me ajudaram a construir meu olhar para as questões sociais e o intuito de trazer esse tema para a dissertação acadêmica. Após, explicitarei o porquê da escolha pela metodologia do grupo focal e como se deu a aproximação do grupo na Cidade de Deus.

No capítulo 2, farei uma análise das questões trabalhadas no grupo focal, procurando compreender as visões dos jovens sobre as representações e identidades criadas pelo filme *Cidade de Deus* (2002) e pela mídia Online *CDD Acontece* (2011) e *CDD A Notícia por quem vive* (2010). E abordaremos as perspectivas das mídias comunitárias, as histórias estas mídias contam, como são contadas e a utilidade delas para a população local.

No capítulo 3, trarei os conceitos de identidade e representação, a partir de Michel Foucault e Judith Butler, produzindo reflexões e discussões acerca do que foi trazido no capítulo anterior.

Por fim, encerraremos com as conclusões finais.

1 APROXIMAÇÃO DO TEMA

1.1 MUDANÇA DE PERCEPÇÃO

Preocupo-me aqui em tornar explícitos os (des)caminhos e dificuldades dessa pesquisa, bem como meu desejo pela escolha desse tema, pois entendo que dessa forma deixo às claras o processo que me levou às escolhas que fiz e, posteriormente, aos resultados dessa pesquisa. Conforme o dito por Goldenberg: “Em geral, os pesquisadores ‘escondem’ as suas dificuldades em seus relatórios de pesquisa, preferindo mostrar apenas ‘o que deu’ certo” (GOLDENBERG, p.53). Porém, quero traçar um caminho honesto com o leitor deste trabalho, buscando explicitar as minhas motivações para com o tema e igualmente as minhas mudanças de percepção e surpresas que se deram a partir do encontro com os jovens.

Confesso que no momento inicial, quando formulei as minhas questões acerca do objeto da pesquisa, o fiz a partir da mobilização que vivi com jovens em 2017 na Cidade de Deus. Esse grupo de jovens com que trabalhei tinham idades entre 16 e 24 anos e apresentavam um pensamento bastante crítico quanto às incursões policiais no local, quanto à ausência do Estado na garantia de direitos fundamentais dos moradores, quanto à falta de oportunidades e quanto à imagem que a mídia tradicional veiculava sobre a Cidade de Deus nos noticiários. Essa crítica também se estendia à produção cinematográfica *Cidade de Deus (2002)*. Uma queixa muito comum dos jovens era que as mídias dos jornais não os representavam e que o filme estigmatizou o morador local. E, então com essa carga emocional eu comecei a escrever o projeto. Creio que meu objetivo inicial – mesmo que inconsciente – era atestar que o filme *Cidade de Deus (2002)* criou uma identidade sobre o jovem morador local e que as mídias comunitárias os representariam de forma mais fidedigna. Ou seja, ainda que eu me tentasse me posicionar de forma imparcial – mesmo sabendo que isso não era possível – eu tinha ali as minhas intuições que talvez tenham me atrapalhado a ver a riqueza de tonalidades do filme *Cidade de Deus (2002)*. Creio que mesmo sem querer, nesse momento eu sustentei um pensamento binário – mídias comunitárias versus mídia do cinema – qual representa melhor o jovem da Cidade de Deus?

O reencontro com o filme e o encontro com outros jovens – dessa vez de uma faixa etária inferior a dos jovens com que trabalhei em 2017 – foram muito importantes para eu repensar de onde eu estava partindo e o que eu queria com esse trabalho. Discorrerei mais sobre isso quando trouxer as análises a partir da experiência no grupo focal.

1.3 MEU ENGAJAMENTO COM QUESTÕES SOCIAIS

Meu engajamento com as causas sociais e de garantia dos direitos humanos vem desde 2005-2010 durante a minha graduação em psicologia na Universidade Federal Fluminense - UFF. Dentre os temas discutidos nas aulas e supervisões, destaco alguns que contribuíram de forma significativa para a construção de um pensamento crítico-reflexivo sobre as questões sociais.

No estágio curricular no CAPS Herbert de Souza - Rede de Saúde Mental de Niterói me foi apresentado o Movimento de Luta Antimanicomial Brasileiro – que trazia o lema “por uma sociedade sem manicômios” e questionava o modelo clássico de assistência centrado em internações em hospitais psiquiátricos, além de denunciar as graves violações aos direitos das pessoas com transtornos mentais. Trazia também, como proposta o acolhimento dessas pessoas em equipamentos abertos e comunitários (CAPS, CAPSad, CAPSi, Ambulatórios etc), reorganizando o modelo de atenção em saúde mental, de forma que fosse garantida a cidadania de usuários e familiares, historicamente discriminados e excluídos da sociedade.

Nas aulas de psicologia escolar e, posteriormente, no estágio curricular no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho – IEPIC participei de debates sobre a Medicalização da Educação e da Vida – onde questionamos a “epidemia” de diagnósticos produzidos por profissionais da saúde – em especial por psicólogos e psiquiatras –, bem como as diversas formas de tratamentos que surgem a partir desse diagnóstico. Discutimos, especificamente, sobre a patologização dos problemas educacionais e sobre a forma como os fenômenos do não aprender e não se comportar muitas vezes se encerram na produção de diagnósticos ou mesmo na identificação de sintomas e possíveis transtornos, sem que se considere o jogo de tensões e forças presentes naquele contexto específico. Tal situação alimenta o processo de identificação, encaminhamento, avaliação e tratamento do sujeito-criança considerado “problemático” e, ao mesmo tempo, desimplica a escola e os seus atores (professores, coordenadores, inspetores etc) pelo processo da não-aprendizagem. Qual a metodologia de ensino e aprendizagem utilizada pela escola? É realizado planejamento anual em conjunto? Existe alguma pressão externa (Secretaria de Educação) para o alcance resultados? Como tem sido a condução dos professores em casos de indisciplina? Quais os procedimentos institucionais em casos de indisciplina? Quais intervenções possíveis no caso de uma criança que apresenta dificuldade de aprendizagem? Quais as dores que os professores enfrentam? Os professores estão cansados?

O que está presente no campo? Buscamos, então politizar o campo de atuação do psicólogo e o seu fazer.

Por fim, a partir de referenciais teóricos de Michel Foucault (1979 e 2014), questioneei a própria prática da psicologia enquanto instrumento de disciplinarização dos corpos, em especial das crianças e dos loucos. Compreendi que a psicologia favorece a disciplina quando trata os problemas de forma individualizada e cria instrumentos de avaliação, seleção e categorização dos corpos, identificando determinados corpos como “normais e outros como “anormais”. O saber psicológico foi – e ainda é – muito utilizado para justificar determinadas diferenças como patologias ou mesmo para ocultar mecanismos de produção de desigualdades sociais. Em última instância, significa afirmar que a psicologia pode ser utilizada como instrumento de dominação e poder.

Fato é que estas experiências na formação em psicologia me tornaram mais sensível e curiosa a realidades diferentes das que eu tinha vivido até então e também me fizeram questionar certezas que tinha baseadas em crenças do senso comum. A partir de então, comecei a buscar estágio e, posteriormente, trabalhos na área social. Fiz estágio e, posteriormente, fui contratada pelo Banco da Providência como Coordenação de Projetos Sociais, local no qual permaneci atuando por oito anos, e também foi onde tive o primeiro contato com os jovens da Cidade de Deus. Nesta instituição atendi jovens em situação de vulnerabilidade, homens egressos do sistema prisional, famílias de baixa renda e homens em situação de abrigamento (que estiveram em situação de rua).

Em 2013 também participei do curso Escola Popular de Comunicação Crítica – ESPOCC, na organização da sociedade civil Observatórios de Favelas, no conjunto de favelas da Maré. A ESPOCC – neste ano realizada como curso de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – tinha por objetivo iniciar jovens e adultos de espaços populares em conhecimentos e vivências da teoria, metodologia e linguagens da comunicação popular, visando potencializar sua ação crítica e transformadora. Algumas vagas eram ofertadas para jovens não oriundos de favelas e eu entrei a partir dessas vagas.

A convivência com jovens de favelas que queriam produzir conteúdos audiovisuais – e muitos deles já produziam seus próprios conteúdos e estavam envolvidos com mídias alternativas – e o próprio conteúdo do Curso, que trabalhava Audiovisual, Cultura Digital e Publicidade Afirmativa me fizeram vivenciar realidades diversas. A instituição na qual eu

trabalhava via os moradores de favelas como pessoas pobres e carentes que precisavam de uma oportunidade. Era um olhar direcionado apenas para a falta: a falta de infraestrutura, a falta de saneamento básico, a falta de segurança, a falta de uma educação de qualidade, a falta de oportunidades. E, no curso da ESPOCC me deparei com jovens potentes, que trabalhavam com arte, que eram criativos, que queriam debater o olhar para o espaço da favela. Que não contavam com o poder público, mas que se mobilizavam internamente para que suas vozes fossem ouvidas. Que criavam mídias comunitárias para expor suas opiniões. Vi que favela tem arte, mídia, voz, ainda que muitas vezes nos neguemos a ouvi-la.

Ali pude ter contato com debates sobre a realidade das favelas e questionar: Por que os jornais e programas de TV só contam a história das favelas como lugar de medo, violência, tráfico de drogas? Por que uma operação policial tem chancela do poder público e da sociedade civil para entrar nas favelas matando ao invés de garantir a segurança dos moradores? Por que eu sentia medo da polícia quando estava na Maré?

Fizemos uma campanha de final de curso que se chamou Juventude Marcada Para Viver, que denunciou o genocídio dos jovens negros no Rio de Janeiro – ação essa pautada pela grande imprensa e veiculada em todos os jornais impressos do Rio de Janeiro e programas jornalísticos, como o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. A iniciativa tinha por objetivo chamar atenção da sociedade civil e do Estado para a necessidade da redução dos homicídios da nossa juventude, especialmente da juventude negra – grande alvo da violência letal.

Desenhemos silhuetas de corpos humanos no chão do Largo da Carioca, no Centro do Rio de Janeiro – semelhantes às figuras feitas pela perícia técnica nos locais de homicídios – representando o elevado número de assassinatos de jovens no estado do Rio nos últimos anos. Além disso, fizemos também vídeos com artistas que apoiavam a causa.

O tema da violência letal contra os jovens já vinha sendo debatido dentro do Observatório de Favelas. Em 2012 foi lançado o Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens, que já apontava para o fato das maiores vítimas da violência letal no Brasil serem “os adolescentes e os jovens, particularmente os negros, do sexo masculino e moradores de favelas e periferias urbanas” (WILLADINO, TRAJANO SENTO-SÉ, GONÇALVES DIAS, GOMES, 2012, p.15).

À época, o tema do homicídio de jovens negros no Rio de Janeiro não estava nas grandes pautas do debate público. Lembro-me de uma reunião pré-lançamento da ação em que

prospectamos junto ao então Diretor do Observatório de Favelas, Eduardo Alves, os possíveis efeitos da Campanha Juventude Marcada para Viver e que pensamos que, na melhor das hipóteses, chamaríamos a atenção da população para a discussão sobre o tema da violência letal contra a juventude negra e provocaríamos a inclusão do tema como prioridade na agenda pública para que fossem desenvolvidas estratégias de reversão dessas mortes violentas e dos autos de resistência².

Mesmo com a extinção dos autos de resistência em 2016, o Atlas da Violência de 2018 divulgado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública ainda mostra um crescimento na violência letal contra jovens negros e pardos e uma regressão contra não negros. Entre os anos de 2006 e 2016 - último ano com dados disponíveis para análise - a taxa de homicídios de indivíduos não negros reduziu 6,8%. Nesse mesmo período, a taxa entre a população negra aumentou 23,1% e foi a maior registrada desde 2006 - ano inicial de publicação da série Atlas da Violência. De acordo com o levantamento, 71,5% das pessoas que foram assassinadas no país no 2016 eram pretas ou pardas. A conclusão a que se chega é de que, portanto:

a desigualdade racial no Brasil se expressa de modo cristalino no que se refere à violência letal e às políticas de segurança. Os negros, especialmente os homens jovens negros, são o perfil mais frequente do homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros. Por sua vez, os negros são também as principais vítimas da ação letal das polícias e o perfil predominante da população prisional do Brasil. Para que possamos reduzir a violência letal no país, é necessário que esses dados sejam levados em consideração e alvo de profunda reflexão. É com base em evidências como essas que políticas eficientes de prevenção da violência devem ser desenhadas e focalizadas, garantindo o efetivo direito à vida e à segurança da população negra no Brasil (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018).

Sinto que estas experiências me fizeram despertar um olhar mais curioso para o outro e para a diferença, interessando-me por compreender a complexidade daquelas existências, para além dos estereótipos. Tenho curiosidade de entender: que formas outras esses jovens – que tem suas existências cooptadas pelo discurso da violência – assumem? Que particularidades ele tem? O que fazem? Quais as suas histórias de vida? Como eles se sentem e como se posicionam

² Auto de resistência é um termo genérico usado até 2016 – ano de sua extinção - em boletins de ocorrência e inquéritos policiais para designar o uso da força por um agente de Estado que resulta em lesão corporal ou morte. Trata-se de mortes provocadas por policiais em supostos confrontos. Porém, de acordo com o estudo “Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais no Rio de Janeiro (2001-2011)”, produzido pelo sociólogo Michel Misse, do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Ministério Público Estadual propôs o arquivamento 99,2% dos casos de auto de resistência neste período. O fim dos autos de resistência é uma luta histórica dos movimentos de direitos humanos. A medida propõe uma mudança no comportamento de órgãos de segurança pública no Brasil.

no mundo? Não acredito que o ser humano possa ser reduzido a uma identidade. Ao contrário, procuro olhar para o contexto social e histórico em que ele está inserido, problematizando temas como desigualdade social, exclusão, preconceito e racismo.

1.3 A QUE SERVE O DISSERTAR?

Agora a nossa realidade se desmorona. Despencam-se os deuses, valores, paredes... Estamos entre ruínas. A nós, poetas destes tempos, cabe falar de morcegos que voam por dentro dessas ruínas. Dos restos humanos fazendo discursos sozinhos nas ruas. A nós cabe falar do lixo sobrado e dos rios podres que correm por dentro de nós e das casas. Aos poetas do futuro caberá a reconstrução – se houver reconstrução. Porém a nós, a nós, sem dúvida – resta falar dos fragmentos, do homem fragmentado que, perdendo suas crenças, perdeu a unidade interior (BARROS, 1990, p. 308-309).

Tenho verdadeiro amor pelas inutilidades, pelo disfuncional, pelo que escapa à moral, pelo estranho, pelos esquecidos, pelo povo da rua, pelos becos, pela diferença. Penso, portanto, que tenho um dever ético-político de trazer para o debate acadêmico pessoas esquecidas, desnaturalizar identidades criadas que desumanizam determinados grupos e os colocam como alvo de uma política que extermina, viola seus direitos, entende suas vidas como de menor valor. Butler (2017) já identificava um campo político, onde jogos complexos de poder determinavam os significados e valores dos corpos e definia quais vidas eram passíveis de luto ou não. Ademais, hoje temos um Estado que instaura do alto de sua soberania uma necropolítica que decide quem se deve matar ou deixar viver (MBEMBE, 2018), que vidas importam ou não, que vidas são descartáveis ou úteis.

Quando escrevo esse trabalho penso nas tantas vozes que ecoam em mim, de amigos negros, dos jovens que acompanhei na Cidade de Deus, dos jovens que participaram do grupo focal e dos jovens em conflito com a lei que hoje atendo no Tribunal de Justiça. Tantas vidas...! Algumas interrompidas de forma banal. Mas que antes mesmo de serem interrompidas já carregavam consigo o veredito de uma vida destinada à morte. Quero pensar que discurso é esse que nega a humanidade do outro e que legitima violências, agressões e mortes. E Butler já nos alertara que “a moldura nunca determinou realmente, de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. Algo ultrapassa a moldura” (BUTLER, 2017, p.24). E é justamente o que ultrapassa a moldura, o que rompe com a identidade e o estereótipo que me interessa.

Minha escrita é uma luta viva – digo luta porque está sempre no campo da tentativa – de seguir na contramão da tradição de encaixotar, identificar ou aprisionar. Faz-se no sentido

de abrir espaço para humanizar, complexificar e politizar o corpo desse jovem negro morador de favela. Que essas vidas não virem números!

1.4 A CHEGADA NA CIDADE DE DEUS

Quando optei pela metodologia do grupo focal, imediatamente me dei conta que teria dois grandes desafios pela frente: o primeiro de contatar lideranças locais ou algum projeto local que já trabalhasse com o público jovem para que eu pudesse realizar a parte prática do projeto. O segundo de reunir jovens que já tivessem alguma compreensão sobre os conceitos de identidade e representação para que fosse possível a abordagem do tema da pesquisa.

Isso porque nessa época eu já não estava mais realizando trabalho na Cidade de Deus. E a própria instituição Banco da Providência – na qual trabalhei até início de 2018 – havia interrompido o trabalho com jovens na comunidade devido às recorrentes operações policiais. Por conta da insegurança, também enfrentei certo medo de entrar em determinadas regiões da Cidade de Deus, onde o tráfico está mais estabelecido. Além do medo de uma possível incursão policial.

Fiz então contato com Carla Siccos e marcamos um dia na sede da mídia Online *CDD Acontece (2011)* para conversarmos sobre o meu projeto de mestrado. Meu objetivo era pedir ajuda e verificar se ela conhecia alguma instituição que trabalhasse com jovens a qual eu pudesse recorrer para realizar a parte prática do projeto. Também quis conversar com Carla para explicar que o meu trabalho também trazia um debate sobre identidade e representação com base em duas mídias comunitárias, sendo uma delas o *CDD Acontece (2011)*. Carla ficou de pensar em como poderia ajudar e, posteriormente, me passou o contato de Ingrid Siss, jovem fundadora da Casa Dona Amélia.

Criada em 2017 por Ingrid, a Casa - que leva o nome da avó da jovem - é um espaço multiuso localizado na Cidade de Deus. O espaço era a residência de Dona Amélia antes de seu falecimento. Movida pela inquietude frente ao cenário social do território e mediante a grave crise financeira que o estado do Rio de Janeiro enfrentava, a jovem – após a conclusão da faculdade de psicologia – mobilizou-se na transformação da casa, que veio a ser um espaço de acolhimento e fortalecimento da população local.

A Casa Dona Amélia visa potencializar o engajamento e desenvolvimento local, facilitando o acesso à troca de informações e de conhecimento. Promove ações voltadas à saúde,

educação, lazer, cultura e informação aos moradores da Cidade de Deus, estimulando a criatividade e assegurando o direito à cidadania. Para tal, as principais ferramentas utilizadas são o acesso à informação de qualidade assim como o acesso à arte e cultura. O espaço constrói ações voltadas prioritariamente para crianças, jovens e mulheres, buscando atender o máximo de pessoas da comunidade.

Dentre os projetos desenvolvidos pela instituição estão: o *Grupo de Mães da Casa Dona Amélia* – grupo que atende gestantes e mães da Cidade de Deus, oferecendo acolhimento emocional e espaço para troca de informações e experiências através de ciclos formativos. O projeto também propõe criação e ampliação de redes de suporte como estratégia para o fortalecimento e empoderamento das participantes. Outro projeto é o *Cartografias Faveladas* - projeto de registros escritos, auditivos e visuais, que visa a construção e veiculação de novos enunciados, que possam apresentar a favela e seus moradores de forma mais real e positiva, apresentando dispositivos capazes de fomentar o debate sobre a favela. O projeto foi implementado com o suporte inicial da Ong Fases e do Fundo SAAP, através do edital Agitando os pensamentos. Já o projeto *Uma Vitória Leva à Outra* visa contribuir para o empoderamento e fortalecimento de meninas e mulheres através da participação no esporte. O projeto é realizado através de oficinas esportivas e temáticas para a discussão de diferentes temas que perpassam o debate sobre equidade de gênero. As oficinas acontecem em concomitância com uma modalidade esportiva – Capoeira ou Judô – e busca promover a permanência das meninas no esporte. O projeto foi contemplado pelo edital “Elas no Esporte” e conta com a parceria de instituições como: Ong Empodera, Onu Mulheres, Fundo elas e Womem Win. Por fim, o *Projeto Sagaz: Juventude Política* vem como uma proposta de formação política para debater com jovens entre 12 e 18 anos moradores da Cidade de Deus questões relacionadas à segurança pública, inclusão social e mobilidade urbana. Ao longo do ciclo formativo de dez encontros, de forma dinâmica e com ferramentas artísticas, são trabalhados temas que atravessam a vida desses jovens, buscando conscientizá-los sobre formas de atuação política e fomentar a discussão sobre suas vivências enquanto jovens negros e favelados que ocupam a cidade.

O Projeto Sagaz: Juventude Política já incluía em seus encontros os temas da inclusão social, mídia e representatividade e segurança pública, o que fez Ingrid me sugerir este como um grupo interessante para a realização do grupo focal. Outro aspecto interessante foi o fato de Carla Siccos já ter realizado uma roda de conversa com jovens sobre jornalismo na comunidade alguns encontros antes do meu, o que talvez desse algum subsídio aos jovens para debater o tema. Ingrid explicou que as atividades do curso estavam sendo realizadas durante a semana,

mas aos finais de semana faziam atividades extracurriculares e que a minha poderia ser uma dessas. Expliquei que pensei em passar o filme para os jovens reverem – e alguns verem pela primeira vez – e depois fazermos um debate. Ingrid sugeriu que providenciássemos um lanche entre o filme e o grupo focal, para que os jovens não ficassem muito cansados. Concordei. Marcamos uma primeira data que precisou ser remarcada devido a um feriadão. Fiquei apreensiva pois tinha interesse de realizar o grupo focal ainda em 2019. Então chegamos na data de 23 de novembro de 2019.

Três dias antes do encontro chequei com Ingrid se eles tinham recursos audiovisuais no espaço para a exibição do filme. Ela confirmou que sim e me perguntou se eu teria disponibilidade para fazer o encontro mais cedo, uma vez que tínhamos marcado o mesmo para o dia da final da Taça Libertadores da América entre Flamengo X River Plate, e falou que não costumava funcionar colocar o encontro para o horário do jogo. Concordei e combinamos às 13h.

Na véspera e no dia da realização do grupo focal tivemos alguns problemas técnicos. Tive dificuldade para fazer o download do filme e na data combinada pela manhã Ingrid me enviou uma mensagem explicando que teve problemas com o projetor da instituição. Tentamos pensar numa solução, como o empréstimo de um projetor, mas não conseguimos. Ingrid conseguiu uma TV, mas tivemos que testar na hora se funcionava.

Quando cheguei ao local me chamou a atenção a quantidade de barricadas com sofás no meio da rua principal. As pessoas caminhavam normalmente como se não as vissem; as barricadas pareciam naturalizadas ali no cenário da Cidade de Deus. Eu já havia presenciado barricadas em outros momentos, porém, em ruas menos centrais. Esse cenário me passou a sensação de maior tensão. Nos perdemos e passamos em frente ao tráfico, onde vimos jovens armados e demos meia volta para chegarmos à Casa Dona Amélia. A comunidade parecia também mobilizada para a final da Libertadores.

Eu já trabalhei com grupo de jovens no consultório e em instituições, então fui confiante para realizar o grupo focal. Porém, fiquei surpresa, pois os jovens em sua maioria eram muito novos – a maioria tinha menos de quinze anos.

Curiosamente, os mais novos estavam mais eufóricos com a experiência, enquanto alguns adolescentes pareciam muito envergonhados. Dediquei, então, os primeiros quinze minutos a conversar com os jovens e criar um vínculo para que eles se sentissem mais seguros. Expliquei a proposta da pesquisa e tentei deixá-los à vontade para se expressar e colocar suas

opiniões. Esclareci que eu queria ouvi-los quanto aos seus pensamentos e reflexões sobre o filme, tendo por base a pesquisa sobre identidade e representação. E orientei que eles não se preocupassem que suas falas fossem elaboradas ou difíceis, pois queria ouvi-los com as suas palavras. Creio que essa fala foi fundamental para deixá-los mais tranquilos para se expressarem, pois os senti um pouco mais seguros quanto a essa questão. Também expliquei que gostaria de ouvir todos eles. Mas confesso que fiquei receosa quanto às elaborações dos jovens: Teriam eles maturidade para fazer reflexões sobre identidade e representação, tema da pesquisa? Quando perguntei quem já havia visto o filme, quase todos confirmaram que sim. Alguns, inclusive, junto com os pais. Então, iniciamos a exibição do filme e após um rápido intervalo e lanche, realizamos o grupo focal.

Eu já estava advertida que os jovens conheciam o *CDD Acontece (2011)*, pois Carla Siccós tinha feito algumas semanas antes um encontro com tema mídia e favela com esses mesmos jovens, onde foi conversado como surgiu a mídia, sua proposta, quais notícias são veiculadas e qual o impacto delas na comunidade. Os jovens também tiveram a oportunidade de expor o que conheciam sobre o *CDD Acontece (2011)*, sobre as mídias tradicionais (TV) e simular as notícias que gostariam de ver veiculadas nos jornais.

Porém, não sabia se os jovens conheciam o jornal impresso a *CDD – A Notícia por quem vive (2010)*. Imaginei que talvez não conhecessem, uma vez que percebo os jovens mais imersos em mídias interativas e online que impressas. Então tratei de checar essa informação assim que terminei de expor o tema da pesquisa. E os jovens, de fato, não conheciam o jornal impresso. Alguns já tinham ouvido falar, mas sem muita consistência. Portanto, optei por descartar da pesquisa o Jornal *CDD – A Notícia por quem vive (2010)* e fiquei apenas com o *CDD Acontece (2011)*.

1.5 METODOLOGIA DO GRUPO FOCAL

A metodologia do grupo focal foi escolhida a partir do interesse em escutar esses jovens, especialmente, suas narrativas e experiências. Partimos das seguintes perguntas: Como os jovens de hoje veem o filme *Cidade de Deus (2002)*? De que forma esse filme marca as vidas desses jovens e produz efeitos sobre elas? Como esses jovens enxergam as mídias comunitárias? Será que os mesmos se sentem mais ou menos representados por alguma dessas mídias – mídia hegemônica ou mídia comunitária? Com base em que argumentos eles justificam se sentem ou não representados por tais mídias? Será que eles acreditam que essas

mídias reproduzem, de alguma forma, a identidade do jovem morador da Cidade de Deus? De que forma?

Esta metodologia é potente uma vez que nos permite compreender a forma como esses jovens vivenciam os signos, imagens e formas construídos pelas representações das mídias, bem como observar as expressões, pensamentos e comportamentos deles quanto ao tema em questão. Segundo Gatti (2005):

O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado (p.11)

O grupo focal é uma metodologia que amplia a percepção do pesquisador sobre o fenômeno, podendo promover novas concepções, análises e problematizações. Com isso, essa modalidade de pesquisa fomenta a troca de experiências, a escuta de novas opiniões e a discussão do grupo em torno do tema, abrindo espaço para que os participantes fundamentem melhor suas opiniões iniciais ou mesmo mudem de opinião e/ou formem novas opiniões. É importante pois, para o moderador do grupo focal ser “experiente, hábil, ter clareza de expressão, ser sensível, flexível e capaz de conduzir o grupo com segurança” (GATTI, 2005, p.35)

O trabalho com o grupo focal nos permite também perceber as contradições e diferenças nas opiniões. Isso nos dá uma diversidade de perspectivas de uma mesma questão, nos ajudando a compreender os processos de construção desses pensamentos. Portanto, trata-se de um aprofundamento nas práticas cotidianas a partir de um recorte do grupo focal.

Morgan e Krueger (1993) nos apontam que a metodologia do grupo focal tem por objetivo entender a partir das trocas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações e faz emergir uma multiplicidade de pontos de vista, que não seria possível em outros métodos, como por exemplo, a observação, a entrevista ou questionários. Segundo Goldenberg (2015):

Enquanto os métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecerá dados que podem ser generalizáveis, os métodos qualitativos poderão observar, diretamente, como cada indivíduo, grupo ou instituição experimentam, concretamente, a realidade pesquisada. (...) Também é evidente o valor da pesquisa qualitativa para estudar questões difíceis de quantificar, como sentimentos, motivações, crenças e atitudes individuais. (p.69)

O facilitador deve estar atento à forma como os sujeitos ali se expressam – seja através da fala ou de sinais corporais – e a criar condições para que os participantes atuem, efetivamente, nas discussões. Deve, portanto, estar atento aos silêncios, às interrupções, às sobrancelhas levantadas, às falas que se estendem, aos desvios do tema e às expressões de cansaço e vergonha, agindo de forma a ajudar os integrantes do grupo a se sentirem confiantes e confortáveis a expressar suas opiniões.

Ainda que um grupo reúna indivíduos que compartilham traços em comum, o pesquisador deve ter consciência que cada sujeito é único e irá se expressar à sua forma. Ou seja, ainda que o grupo aparente ser uniforme, as opiniões ali manifestadas não são uníssonas, mas diversas e, em alguns momentos, discordantes. É importante estar atento aos pontos em que os discursos se aproximam, se cruzam e se afastam.

A análise dessas narrativas provê elementos importantes que identificam pensamentos, reflexões e vivências que se inserem no campo da Memória Social. Através da execução do grupo focal buscamos a compreensão dos discursos e práticas dos jovens moradores da Cidade de Deus acerca dos conceitos de identidade e representação, com base no filme *Cidade de Deus* (2002) e na mídia comunitária *CDD Acontece* (2011). Destacamos que essa dissertação foi desenvolvida na linha de Pesquisa Memória, Subjetividade e Criação do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Todos os participantes e seus respectivos responsáveis autorizaram a utilização dos dados da entrevista, a qual foi realizada a partir da assinatura do Termo de Assentimento e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo as exigências do mesmo Comitê. Com o intuito de preservar a identidade dos jovens que participaram da pesquisa, não utilizamos os nomes dos participantes, mas abreviações neste estudo.

Além disso, entendemos que as leituras e interpretações sobre o que é observado no campo é sempre um recorte, uma visão do pesquisador acerca do objeto estudado, portanto, pressupõe deste um constante questionamento acerca dos limites de sua capacidade de conhecimento do grupo e a necessidade de expor em seu texto os caminhos percorridos, suas impressões, afetos, dúvidas, perplexidades, entendendo sua interpretação sempre como parcial e provisória.

2 GRUPO FOCAL E MÍDIAS COMUNITÁRIAS

2.1 O GRUPO FOCAL

Eles de olhos arregalados. Talvez pensando que precisariam de muito saber para participar de um grupo focal para um trabalho de Mestrado. E eu também um tanto ansiosa e com a questão: Como facilitar jovens periféricos a falar diante de uma pesquisadora que traz por trás de si um discurso acadêmico que muitas vezes oprime a expressão de quem está fora do meio acadêmico? Um tanto desconsertada – e, no fundo, desejando que essa fala também ecoasse para mim, disse a eles (GF, p.87):

- 1 Marcelle Não tem certo e errado. Não é para vocês ficarem nervosos. O interesse não é vocês falarem bonito sobre o filme. Eu só queria ouvir um pouquinho de vocês – alguns de vocês já tinham visto o filme antes – o que vocês acham? Se vocês acham que ele de alguma forma representa vocês ou não representa?

Mas no fundo pairava em mim o medo e o nervosismo. Foi difícil conseguir jovens para fazer o grupo focal e a execução da parte prática do projeto já estava no limite do prazo. Minha questão era: o que jovens tão novos teriam a me dizer sobre identidade e representação? Seriam esses termos acessíveis e compreensíveis a eles? Ainda teria este filme efeitos sobre a vida desses jovens, quase 20 anos após o seu lançamento? Eu, seguindo no meu esforço de não reduzi-los às minhas pré concepções, tentei abrir espaço para um diálogo para além da expectativa de encontrar “jovens politizados” ou com opiniões elaboradas ou consistentes sobre o tema. Eles responderiam dentro de suas possibilidades, a partir de afetos que atravessavam seus próprios corpos. E isso era muito. E eu precisava esperar que eles se trouxessem. Além do mais, estava ali, na minha frente, um grupo de jovens, em sua maioria negros e pardos, todos moradores da Cidade de Deus, seres complexos, diversos, que viviam na pele cotidianamente os efeitos da construção de uma identidade violenta do jovem morador da favela. Detinham, portanto, um saber da experiência que poderia embasá-los para essa discussão. A minha primeira provocação aos jovens foi referente à questão da representação (GF, p.87):

- 3 Marcelle Eu gostaria de saber se vocês entendem que esse filme representa vocês de alguma forma?

E logo pude me haver com o fato de muitos deles se sentirem representados por várias cenas do filme, ainda que tivessem muitos questionamentos sobre outras tantas:

- 4 J. Acho que não. Acho que eles mostram muito a parte do envolvimento com proibidos em si, né?

Mas logo em seguida J. também citou uma parte em que se sentia representado no filme. O jovem se referia a uma passagem do filme em que um dos integrantes do Trio ternura resolveu sair do tráfico e voltou andando para a casa. A polícia o avistou e iniciou uma perseguição e o

jovem cruzou a esquina e continuou andando normalmente. Outro morador que nada tinha a ver com a situação, se assustou ao avistar a polícia e correu. Este último foi baleado e morto pelos policiais.

Essa questão também se reflete na fala de C. quando ela afirma não se sentir representada em algumas partes do filme, mas se sentir representada em outras:

- 10 C. Eu acho que representa, mas outras partes não representa. Como a parte que bandido não assalta. Alguns não assaltam, alguns sim. Eu acho que a maioria do filme é um conto pra mim. É um mito praticamente. Porque não é a realidade do que se passa dentro de uma comunidade, não é a realidade daqui. Tem tráfico? Tem. Mas não é igual ao tráfico de lá [filme], que eles querem tomar um a boca do outro (...) Pra mim aquilo não é verdade, nem é a realidade daqui, porque aqui - não é questão que eu me envolvo não, é questão que eu escuto boatos – aqui todo mundo tem a sua boca, ninguém quer tomar a boca de ninguém, aqui um ajuda o outro, entendeu? Não foi o que falaram e o que mostrou no filme, entendeu?” (GF, p.88)

E quando perguntada onde ela se sentia representada pelo filme e ela contou sobre a cena do estupro sofrido pela namorada do personagem Mané Galinha e citou os assédios sofridos por rapazes que fazem parte do tráfico local. Afirmou também se sentir representada pela cena em que o menino morreu na quadra durante o baile funk:

- 18 C. Porque já aconteceu. Mas não de morrer, mas a mulher levou um tiro lá na quadra do Karatê. (GF, p. 88)

Percebi também nas falas de alguns jovens o desejo de que o filme representasse, de fato, a realidade local e os moradores. Imagino que isso se deva ao fato da produção ter servido como uma vitrine da Cidade de Deus para o mundo, o que faz com que esses jovens sejam reconhecidos nacional e internacionalmente através do filme. Muito se fala da Cidade de Deus a partir do filme como se esta fosse a realidade cotidiana da comunidade e das pessoas que ali vivem. Esse desejo de representatividade se reflete nas falas de Ingrid e J.:

- 27 Ingrid Na verdade, o Zé pequeno não era negro desse tom de negro, ele era bem mais claro. O Zé pequeno era mais claro e o Mané galinha ele era bem mais escuro. E aí foi uma conhecida que me comentou isso. E aí eu fiquei pensando: Por que, se ele era claro, no filme ele tinha que ser o mais escuro do filme? O que que tão querendo colocar quando colocam isso? O cara é o ruim, aquele que você tem que olhar e tem que ser o ruim, tem que ser o mais brabo do filme, tem que ser o mais escuro, tem que ser o negro? E como que isso representa o jovem da favela? Quando você faz um filme que você coloca o cara, se você está querendo representar... – ok é um romance, e de fato ele é, ele não veio para ser totalmente a realidade porque ele é um romance. Então você coloca coisas ali dentro para deixar o filme mais bonito, mais poético... mas quando você pega e tenta mostrar um pouco dessa realidade, por que você está representando o jovem dessa favela colocando o mais perigoso como o negro? Isso representa o restante dos negros da favela? Como que você representa e o que você quer dizer quando você coloca dessa forma? (GF, p.89)
- 19 J. Eu não vivi nessa época, obviamente, mas meu pai sim– que viveu nessa época – e a primeira vez que eu vi esse filme eu vi com ele. (...) Quando a gente viu esse filme juntos ele começou a conversar comigo e ele disse que a maioria das coisas desse filme não aconteceu. As únicas coisas que são reais em si são os personagens. Porque aquela parte do baile que ela mencionou foi real, mas a maioria realmente não aconteceu. Buscapé nem existe. (GF, p.88)

Apesar da fala desses jovens e das suas compreensões sobre o filme reiterar alguns estereótipos e identidades de quem seria o morador do local, fiquei com uma sensação nessa hora da produção cinematográfica *Cidade de Deus* (2002) ser muito mais múltipla e complexa do que eu havia pensado inicialmente. Ela, de fato, traz uma narrativa que conta a história da Cidade de Deus a partir do nascimento do tráfico, porém, também traz um colorido de personagens que, de alguma forma, representa outras nuances da comunidade. Tanto que em muitas cenas, esses jovens se sentem representados no filme. Bené, por exemplo, apesar do envolvimento com o tráfico é um jovem muito querido por todos da comunidade e anseia ter roupas de marca, o que é bem comum entre os jovens da favela. Muitas vezes, inclusive, o desejo de consumo é a motivação da entrada do jovem para o tráfico. Mané Galinha, é um personagem que serviu ao exército, trabalha como cobrador de ônibus e anseia construir uma vida fora da Cidade de Deus, mas acaba se envolvendo com o tráfico após o estupro de sua namorada por Zé Pequeno. Esse personagem mostra a realidade dos jovens que entram para o tráfico com alguma motivação pessoal de justiça e vingança e que acabam por banalizar as mortes que ali ocorrem. Buscapé perde seu irmão Marreco assassinado – o que também é uma realidade bem corriqueira nas favelas – e vive uma vida comum, faz bico de entregador de jornais e é um jovem curioso que se interessa por fotografia. Tiago é um personagem branco, viciado, que frequenta a favela para comprar drogas. O filme também mostra o baile black como ponto de encontro dos jovens, o que hoje acontece nas comunidades com os bailes funk. Após essa reflexão compreendi que talvez eu estivesse enxergando o filme também por um viés único e identitário, como uma produção que levava necessariamente à estigmatização do jovem ali representado. E, que talvez, os jovens estivessem reivindicando uma “representação verdadeira” sobre si, cobrando ali uma verdade ou essência também identitárias.

Esses conceitos de representação e verdade são questionados por Foucault (1979). O filósofo compreende a verdade como produzida a partir de um contexto histórico, político e econômico e, portanto, estuda como cada sociedade produz seus regimes de verdades. Ou seja, se preocupa em entender como alguns discursos são produzidos e acolhidos como verdadeiros em detrimentos de outros. Com base em que normas e regras tais discursos se constituem como válidos ou verdadeiros? Quais enfrentamentos e disputas estão por trás de determinados discursos silenciados? Foucault traz, portanto, a verdade para o campo das produções. Trazendo para o tema, não haveria uma verdade sobre os jovens moradores da Cidade de Deus a ser desvelada nem pelo cinema, tampouco pelas mídias comunitárias, mas jogos de verdades, a

partir dos quais se constroem objetos de conhecimento a serem estudados – como os jovens da favela – e também um campo de possibilidades e de modos de subjetivação – o que esse jovem pode ser, quais as possibilidades que esse jovem terá na vida. Neste caso, os jogos de verdade não tratam da descoberta do que é verdade, mas das normas e regras que permitem que determinados discursos sejam construídos como legítimos ou não, o que é compreendido como verdadeiro ou falso e quem deve ser ouvido ou silenciado.

Apoiando-nos em Foucault, entendemos também que há uma malha microfísica de poderes, na qual circulam múltiplas forças em rede que, em alguns pontos, instituem verdades e cristalizações no campo social. Nesse sentido esse jogo de forças pode constituir uma identidade cristalizada de quem é o jovem morador da Cidade de Deus. Trata-se, pois, de entender que a prática discursiva, bem como estabelece um regime de verdades que vincula a favela à violência, à falta, às ausências, também constrói um inimigo identificado a ser combatido.

Neste caso, cabe pensarmos nesta malha microfísica de poder que assim como produz identidades cristalizadas sobre esses jovens, também abre espaço a uma série de forças que atuam no sentido de promover certa resistência àquilo que se tenta instituir, enquadrar ou representar. Ou seja, ao mesmo tempo que se quer instituir, identificar, aprisionar o jovem da Cidade de Deus ao estereótipo do favelado criminoso, também são construídas uma série de possíveis resistências que devem ser trazidas à tona com o intuito de problematizar qualquer produção discursiva que se pretenda hegemônica.

Então, qual seria o limite entre o real e o ficcional? O ficcional pode produzir real? O ficcional pode aprisionar jovens reais a padrões identitários? E o que pode ocorrer quando o romancista ou o diretor misturam histórias reais com personagens fictícias?

No filme *Cidade de Deus* (2002), o diretor Fernando Meirelles admite partir de uma ficção para contar a história do local e, portanto, não teria pretensão de esclarecer verdades ou explicar fatos históricos. Porém, tanto no romance *Cidade de Deus* quanto na própria produção cinematográfica são trazidos à tona episódios reais e personalidades históricas para a trama. Será, então, que a construção desses personagens, de forma profunda e complexa, não nos levaria a experimentar uma realidade e não uma ficcionalidade? Nesse sentido, a ficção incorpora dados que proporcionam a nós, leitores e expectadores a sensação de veracidade dos fatos, o que nos leva até mesmo a acreditar que os personagens não estão apenas no universo ficcional, mas também no mundo real. Neste caso, discurso ficcional e discurso histórico

confundem-se, de forma que ambos se embaralham e se retroalimentam: “Na ficção, as referências precisas ao mundo real são tão intimamente ligadas que, depois de passar algum tempo no mundo do romance e de misturar elementos ficcionais com referências à realidade, como se deve, o leitor já não sabe muito onde está” (ECO, 1994, p.131).

Mas conforme dissemos anteriormente, em Foucault (1979) não existiria uma verdade originária. Segundo o autor, a verdade não existe fora do poder, mas é efeito do próprio poder. E ambos – verdade e poder – são constitutivos e constituintes da realidade social. A verdade sobre uma realidade é, pois, histórica, construída a partir de valores, discursos e práticas de determinada época, sendo produto do poder e produtora de efeitos de poder. Dessa forma, cada sociedade produziria seus próprios discursos de verdade:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p.12).

A verdade seria, portanto, constituída a partir dos dispositivos de exercício do poder. Cabe ressaltar que dispositivo social é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1979, p.244). E, estando as práticas discursivas emaranhadas com a vontade de poder, o discurso verdadeiro aparece como “algo pelo qual se luta”:

Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade"- entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder"; entendendo-se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (FOUCAULT, 1979, p. 13).

Portanto, não seria possível qualquer filme representar “verdadeiramente” quem é o jovem morador da Cidade de Deus, pois não existe uma verdade única, universal, permanente ou ahistórica que está ali pronta para ser descoberta, mas sim efeitos de verdade produzidos “no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos” (FOUCAULT, 1979, p.7).

Mas uma vez que estamos interessados em entender como o poder e os discursos de verdade circulam, cabe analisar em que medida o filme *Cidade de Deus* (2002) e mesmo as mídias comunitárias produzem discursos de verdade que tem efeitos sobre a vida dos moradores do local, em especial os jovens. Aliado a outros tantos discursos das mídias tradicionais – como

jornais impressos e mídias de TV – o filme também reitera o discurso das comunidades violentas e de uma identidade violenta do jovem que ali vive. E, segundo M. talvez o filme não tenha considerado alguns “fundamentos” dentro da favela (GF, p.89):

- 28 Raoni Existem alguns fundamentos dentro da favela que quando foi pensado o filme, não sei, talvez pensaram pouco. Um dos fundamentos é esse. Você não pode roubar, coisa que existia no filme, a questão do estupro também.

Isso não significa, porém, que as comunidades não tenham violência e que essa violência não perpassasse também o discurso e ações dos moradores. Tanto acontece que algumas falas depois, há uma discussão de dois jovens sobre o fato de roubo dentro da própria comunidade (GF, p.91)

- 50 J. Em 13 anos vivendo aqui acho eu nunca vi ninguém comentando sobre nenhum estupro que aconteceu. E a questão do roubo, acho que nenhum traficante faz o roubo. Eu acho que quem faz mais o roubo são as pessoas, os mendigos que são necessitados de drogas. Que eles roubam as pessoas.
- 53 C. J., eu discordo. Porque teve um caso que tava passando que um traficante que foi até preso tava roubando barbearia – o Butuca. Tava roubando sim. Tava roubando barbearia. Eu não acho que é mais por carro e por moto. Eu acho que eles fazem isso por diversão. Eles acham que é divertido fazer isso.

Apesar dessas falas partirem de perspectivas distintas sobre a comunidade, compreendemos a partir da fala de C. que os discursos de violência e medo ultrapassam os territórios corporificados das mídias e também atravessam o corpo dos jovens. Percebemos nesta fala como o discurso da violência e do tráfico de drogas tem suas ramificações no próprio cotidiano da comunidade. Podemos observar no seguinte seguimento (GF, p.93 e 95)

- 80 J. Então.. porque você vê muitas crianças – não todas obviamente – mas você vê muitas crianças brincando disso, de ser bandido, de fingir que é bandido, mas nem todas querem isso pra sua vida.
- 115 C. Ele é meu primo. Vou dar o exemplo dele. Ele estava brincando de boquinha...
- 117 C. ...e vendendo.. como se fala, sabe é... nescou [risos] e bala. Olha o que que essas crianças fazem! Vendendo como se fosse pedra... que eu não sei o nome...
- 118 J. Loló
- 119 C. ... É, garrafa de guaraná, eles estavam falando que era lança-perfume. E tipo, isso pra mim é o cúmulo. Porque pra mim criança tem que estudar. Tem que pensar em ter um futuro...”

E, em outra fala evidenciam que há regiões em que o consumo de drogas se dá de forma naturalizada, mas não necessariamente o uso é feito por jovens do tráfico (GF, p.91):

- 47 Ingrid A gente tem algumas áreas que elas são bem marcadas pelo uso. Tipo assim, o Lazer. O pessoal sempre fica ali fumando maconha e tal. Mas tem umas placas fictícias nas praças falando que não pode fumar maconha, que vai ser cobrado. Mas você sempre vê gente fumando maconha, seja de manhã seja... e não é necessariamente bandido, são pessoas. Às vezes é bandido, mas a maioria das vezes não é. E eu particularmente nunca vi ninguém – e passa bandido aqui direto eu, enquanto eu tô aqui – eu nunca vi nenhum bandido indo ali e falando: “Pô, tá falando ali que

não é pra fumar maconha, então não fuma maconha”. Não vejo eles fazendo esse mandamento ser cumprido.

- 49 C. Agora mesmo que eu tava vindo pra cá como papelzinho [Termo de Consentimento Livre e Esclarecido]... dois caras... não sei o que eles estavam fazendo, acho que eles estavam usando droga e as crianças olhando – acho que os irmãos do S. estavam olhando. Eles fazem aquilo. Eu achei aquilo o cúmulo. Eu olhei assim, andando.. Aí eu até falei com a menininha: “Sai daí! Eles estão usando coisas que não deve”. Ela nem me escutou. Continuou olhando para eles e eles usando o que eles queriam usar.

De fato, compreendemos que o filme *Cidade de Deus (2002)* não é o único a favorecer a construção da visão estereotipada de que a pobreza está necessariamente associada à violência. Há também uma série de outros dispositivos de comunicação que contribuem para a produção deste estigma, sendo fácil perceber, no Brasil, uma pluralidade de discursos que acabam por difundir uma cultura do medo que, aliada à banalização da violência, criam “um ambiente onde se dá a impressão que ela [a violência] aparece como um fim em si mesmo” (DORNELLES, 2013, p. 137). Neste contexto, os jornais e os programas de televisão expõem cotidianamente a violência de forma teatral, de forma que ela passa a ser uma linguagem em si e “a realidade passa a ser povoada por imagens de medo da violência e da insegurança” (DORNELLES, 2013, p. 138).

Mas compreendemos que os discursos estereotipados não são exclusivamente produzidos e veiculados pelas mídias hegemônicas, mas atravessam até mesmo as práticas cotidianas, como a brincadeira das crianças, a forma de se vestir, as falas.

- 80 J. Completando sobre as crianças na vida do crime, eu acho que sim, as crianças que não tiveram direito à educação. A pessoa que a mãe sem descuido.. sem cuidado foi lá e pá. Aí o cara não quis assumir o filho. Aí a mãe teve muito trabalho e teve muitos filhos. Não teve como cuidar assim. Aí não deu educação, aí as crianças foram ficando mais na rua e acho que elas foram vendo aquela vida e acharam que era uma vida melhor. (GF, p.93)

Não seria esse um discurso naturalizado sobre a “família desestruturada” que leva o jovem ao tráfico, e que individualiza um problema social? Ou mesmo que reitera uma identidade cristalizada do jovem mais vulnerável ou disponível ao crime por advir de uma “família desestruturada”?

Durante o grupo focal expus algumas opiniões minhas sobre a identidade criada pelo filme sobre o jovem da favela e troquei com os jovens sobre o que eles pensavam. Nesse momento J. contou sobre os efeitos que essa produção identitária e cristalizada sobre a favela e seus moradores interfere na vida dele e dos demais que ali vivem (GF, p.88):

- 20 Marcelle Eu fico com uma sensação quando a gente trata um personagem único como um personagem que se salva – como se fosse um meio complicado, uma situação muito difícil, um meio em que as pessoas estão todas se matando, como se isso fosse a realidade da favela, da comunidade. Aquele cara se salva como se ele fosse um ponto fora da curva. A maioria das pessoas que moram dentro da comunidade trabalha, faz outras coisas. E aí ele coloca no filme como se fosse uma exceção.

Não sei se vocês viram dessa forma. Eu estou colocando para vocês pensarem ou até compartilharem também a ideia do que vocês enxergaram.

- 21 J. Uma coisa que eu falei anteriormente. Eles não mostram muito realmente o lado do trabalhador e do estudante aqui na Cidade de Deus. Porque aqui normalmente muitas vezes que ocorrem tiroteios, a gente não consegue sair daqui, porque é perigoso. Isso acontece muito. Porque a pessoa está saindo para trabalhar e do nada a polícia entra em confronto com bandidos e a pessoa tem que voltar para a casa correndo o risco de ser demitida.

E, mais à frente (GF, p.95 e 96):

- 126 Marcelle Vocês acham que, por exemplo, em alguma parte do filme poderia ter algum personagem parecido com vocês? Não sei...
- 127 J. Eu acho que se pegasse no extremo, do extremo, do extremo, do extremo, acho que seria aquele garoto que eu falei que morreu. (Estudante que foi morto pela polícia)
- 128 R. O estudante, né? Eu também ia falar.
- 130 J. Porque em qualquer momento a gente tá saindo daqui a gente pode ser parado. Pode ser parado em alguma coisa, pode ser revistado. Podem vir falar com a gente achando que a gente faz parte disso. Eu, indo pra escola, eu tive que falar porque eu estava indo... porque eu estava com uma blusa diferente, porque tinha festa na escola. Eu tive que explicar que ia ter festa na escola, que eu tava indo pra escola, porque eu sempre vou com casaco pra escola. E eles estavam achando que eu estava levando droga. Aí eu fui parado, tive que explicar que era uma festa da escola, porque eu estava sem a camisa a escola. Então eles falaram: Você não tá indo pra escola. É mentira. Aí tive que explicar e tive que mostrar a minha identidade. Aí eu fui pra escola. Aí voltando pra casa eu tive que explicar pra minha mãe o que que houve, porque eu me atrasei.
- 131 Marcelle Então essa questão de identificação, nenhum de vocês sentiu uma identificação com nenhum personagem que tem ali no filme?
- 132 Filipe/Apoio Nem com o Bené?
- 133 J. Não
- 135 Filipe/Apoio Mas olha só, tem uma coisa que ele se dá conta que ele não pertence mais à favela. Que ele quer sair. Vocês se identificam com isso ou não? Tem algum pensamento assim: Pô, eu acho que isso aqui não é pra mim ou vocês se sentem bem, se sentem à vontade?
- 136 J. Eu acho que isso realmente acontece. Quando a pessoa realmente tem um choque de realidade ela fala assim: eu tenho que sair desse lugar e foi bem nessa tecla que eles estavam batendo, porque o Bené queria sair daquilo de qualquer jeito. Não se dirige a mim diretamente, mas a muitas pessoas dentro daqui. Não na vida do crime, no caso. Mas dentro da Cidade de Deus. Porque aqui está ficando cada vez pior, porque mais perigoso. É o caso daquele garoto lá, estudante. É, se a gente não sair daqui é capaz da gente ter o mesmo fim que ele. (0,3)

Nesse momento ficou um silêncio. Eu senti a dor daquele jovem, o medo dele em mim. Lembrei do tiroteio que vivi na Cidade de Deus em 2017, que durou quatro horas sem parar. Lembrei de quantas vezes me avisaram para não ir trabalhar porque teria operação policial. Eu podia sair quando o tiroteio parasse. Eu podia não ir à Cidade de Deus por conta do tiroteio. Aqueles jovens não tinham como sair. Eles teriam que conviver com os efeitos físicos e psicológicos de todas as violações vividas ali para o resto de suas vidas.

Lembrei também das mortes de crianças negras em favelas cariocas noticiadas frequentemente nos jornais de grande imprensa e nas mídias comunitárias. Por que banalizamos a morte de crianças negras nas favelas? Por que essas vidas valem menos que a minha? Por que

essas mortes são justificadas pelo Estado como política de guerra às drogas? Por que a população civil apoia ações violentas nas favelas? Por que esses jovens são vistos como bandidos? Por que quando falamos sobre um jovem que tinha envolvimento com o tráfico essa morte é justificada? Até o momento trouxemos a visão dos jovens através do grupo focal para esse debate. Agora traremos também as perspectivas as mídias comunitárias para a cena.

2.2. A PERSPECTIVA DAS MÍDIAS COMUNITÁRIAS: *CDD - A NOTÍCIA POR QUEM VIVE (2010)* E *CDD ACONTECE (2011)*.

Na décima primeira edição (2016) do Jornal *CDD A Notícia por quem vive (2010)* há uma matéria sobre manifestação realizada pelos moradores na praça Júlio Groten – praça principal da Cidade de Deus – com o objetivo de chamar a atenção das autoridades para a situação de violência na comunidade. Na véspera da noite de Natal duas crianças foram vítimas de bala perdida. Argumentam que o descaso das autoridades com a região prejudica o comércio e tira a sensação de tranquilidade dos moradores já que, por vezes, se escuta vários sons de disparos de origem desconhecida. Com efeito, o jornal declarou estar em aliança com os moradores em um grande pedido de paz para o ano que viria. Na esperança de viver em uma comunidade tranquila, ainda declararam que os únicos sons que desejavam ouvir eram os dos ritmos musicais que embalavam a ruas, travessas e vielas.

O jornal também já realizou publicações evidenciando a cultura e a tradição oral dos Mestres da Cidade de Deus e eventos como a Folia de Reis de 2011, além de, em 2016, contar a história de personagens significativos como Dona Tuca, compositora e artista da comunidade, à época com 84 anos, que manifestava o sonho de gravar suas músicas.

Já a mídia online *CDD Acontece (2011)* produz e recebe dos moradores vídeos e fotografias com situações de violações dos direitos humanos – não coleta de lixo, incursões policiais na comunidade, derrubada de casas – e publica em suas redes de forma a solicitar respostas do poder público: “A princípio, o CDD Acontece tinha a intenção de só suprir os cursos e oportunidades que existiam na comunidade, mas Carla percebeu que muitas pessoas do poder público estavam curtindo a página, por isso passou a ser usada para mostrar os problemas da CDD” (VILELA, Jan 2016, p.4).

A mídia online também evidencia artistas e atletas locais em arquivos fotográficos intitulados Orgulhos da CDD, onde acompanhadas de fotografias são contadas as histórias de sucesso de pessoas comuns – moradores da comunidade que conquistaram vitórias pelo esporte ou que ascenderam pela arte. Também são divulgadas ações sociais, exposições, atividades gratuitas.

Portanto, depreendemos que a partir de histórias contadas – sejam elas sobre personagens reais da Cidade de Deus ou sobre a própria comunidade – tanto o Jornal *A Notícia por quem vive* (2010) como o *CDD Acontece* (2011) trazem à tona um outro olhar sobre aqueles que vivem na comunidade e também sobre a própria comunidade em si. As mídias comunitárias apontam para o fato de existir algo para além da identidade única do “jovem violento” e da Cidade de Deus como nascedouro do tráfico de drogas. Aparecem, então, nessa disputa pelas narrativas como adversários de peso às forças policiais, políticas, de gestão e, sobretudo, às mídias hegemônicas. Não significa, porém, afirmar que as mídias comunitárias não retratem as violências que ocorrem no local, mas apenas de afirmar que elas também contam histórias geralmente não retratadas em mídias tradicionais e, assim, permitem outras leituras sobre o jovem que ali reside. Um exemplo disso é o vídeo *Sou Bala*, compartilhado na página do *CDD Acontece* (2011) – produzido por André Pacheco, com texto de Wagner Ágape e estrelado por Iago Pires – todos os três moradores da Cidade de Deus. Este vídeo traz a imagem do jovem como um questionador de sua própria realidade, fazendo uma reflexão crítica sobre a forma como a sociedade enxerga o morador de favela, alertando que as mídias tradicionais não representam as lutas dos moradores, tampouco suas belezas e vitórias:

Favela. Eu sei que dentro não tem sido fácil. Não pelo lugar. Mas por tudo o que os outros julgam sem nada saber das coisas que acontecem aqui dentro. As pessoas que moram aqui dentro. Ser negro, ser pobre e sem informação é o que esperam de nós. A nossa grandeza não falam, a nossa luta não publicam, as nossas vitórias não interessam” (SOU BALA, 2019).

Em outro vídeo são representados os jovens que promovem e contribuem para projetos sociais dentro da comunidade.

Depreendemos, nestes exemplos, jovens refletindo sobre seu papel social e fazendo algo em prol do desenvolvimento de sua comunidade. Não se trata de um jovem apático, tampouco de um jovem “delinquente” ou “degenerado”, mas sim, de um jovem criativo, questionador, produtor. Portanto, mostra outras múltiplas facetas sobre a comunidade e os moradores que ali residem.

Voltando ao grupo focal, indaguei também aos jovens sobre como eles percebiam a questão da representação na mídia comunitária. Conforme falei anteriormente, durante a prática do grupo focal os jovens me relataram não conhecer de forma consistente o jornal impresso *A Notícia por quem vive – CDD* (2010), então me ative à mídia online *CDD Acontece* (2011).

137 Marcelle Vocês se sentem representados pelo CDD Acontece? Não se sentem representados? Como se sentem? Ou como não se sentem?

- 138 J. No caso, o seguinte, se for comparar com uma empresa de Televisão quando fala da Cidade de Deus, eu me sinto mais representado pelo CDD Acontece do que quando é tipo o Fachel [Flávio Fachel – Jornalista e apresentador do programa “Bom Dia Rio” – Rede Globo de Televisão] falando do pós baile. Das coisas que acontecem.
- 140 J. Do pós baile. Depois que acaba o baile eles vem e mostram o policial entrando.
- 148 I. É como se todo mundo que frequentasse o baile também fosse bandido.
- 150 I. Como se aquilo fosse o fim de tudo. Você tá ali é porque você é conivente com tudo, é porque você é mulher de bandido ou então porque você apoia bandido.
- 158 C. Eu não sei porque, mas eu me sinto mais representada pelo CDD Acontece.
- 161 J. É como se você confiasse mais numa pessoa que mora aqui do que em uma pessoa que está vindo de fora olhando pra dentro.
- 164 I. É muito difícil você confiar em uma representação de mídia onde a pessoa não sabe nem o nome das coisas, sabe? Quantas vezes eles noticiam o Karatê falando que é Treze e a Treze falando que é o Quinze [Areas dentro da Cidade de Deus].
- 166 I. A Globo ela tá interessada em noticiar para o grande público, agora pra você entender o que, de fato, aconteceu você pergunta pra quem tá aqui dentro. Por exemplo, fim de semana teve operação, sendo que não foi uma operação policial. Eles precisavam tirar a barricada, mas não vem ninguém da prefeitura sem polícia. Então primeiro vem a polícia pro pessoal da prefeitura poder entrar e tirar as barricadas. Pro mundo, teve uma operação na CDD, mas na verdade teve a polícia presente pra apoiar e retirar a barricada, que já botaram de novo.. mas é isso, sabe?

Neste momento, senti que alguns jovens estavam com dificuldades de justificar o porquê e como se sentiam mais representados pelo *CDD Acontece (2011)*. Então decidi acessar junto com eles o Facebook da mídia online para ver se isso os ajudava a formular seus pensamentos e opiniões. Vimos as publicações, matérias, anúncios e vídeos disponíveis na página. Os jovens perceberam que havia sido publicado um vídeo sobre o encontro que tiveram sobre “mídia e favela” com Carla Siccós no Projeto Sagaz. Eles próprios apareciam no vídeo e a excitação foi muita. A euforia foi tanta que eles queriam assistir ao vídeo novamente. Os jovens riram, brincaram uns com os outros e alguns ficaram envergonhados, mas percebi naquele ato que aqueles jovens estavam ali na mídia comunitária, de fato. Ali estavam eles, jovens comuns, moradores da Cidade de Deus, participantes de um projeto social na comunidade, com um microfone na mão falando sobre a Cidade de Deus que eles querem. O vídeo foi publicado acompanhado da seguinte descrição:

Ontem à tarde, estivemos participando de uma roda de conversa com os jovens do Projeto Sagaz, que é realizado na Casa Dona Amélia, e foi incrível! Conversamos sobre como se faz jornalismo na comunidade e fizemos os jovens meter a mão na massa. Foi muito divertido. O primeiro contato com o microfone foi feito! Vai que alguém pega o gosto! (CDD Acontece, 14, nov 2019)

Outras publicações também evidenciam projetos sociais que acontecem na região, oferecendo atividades gratuitas para crianças, jovens e adultos. Dentre os serviços oferecidos estão aulas de capoeira, artes marciais, escolinha de basquete, reforço escolar, alfabetização de adultos, línguas estrangeiras, oficinas de teatro, audiovisual, hip hop, música/instrumentos,

curso de fotografia, pré-vestibular comunitário, cursos profissionalizantes nas áreas de Hotelaria, Turismo, Auxiliar Administrativo, Recursos Humanos, Beleza, Gastronomia, Bombeiro Hidráulico, dentre outros. O jornal online anuncia o início das inscrições, com informações importantes sobre os cursos, indicando o local de inscrição e os documentos necessários:

A Escola de Música e Cidadania da Agência do Bem oferece os seguintes CURSOS GRATUITOS para crianças e jovens de 7 a 17 anos: Violino, Viola, Violoncelo, Flauta doce, Trompete, Trombone e Canto Coral. Aulas semanais e instrumentos cedidos pelo próprio projeto que serão levados pra casa. Inscrições até dia 16/02. Comparecer de 2ª a 6ª das 8h às 17h no Polo que fica na Av. Marechal Miguel Salazar Mendes de Moraes, 1.301 - dentro da Igreja Metodista na Porta do Céu, aqui na Cidade de Deus, acompanhado de um responsável, com os seguintes documentos: * Uma foto 3x4, * Comprovante de Residência, * Boletim Escolar, * Certidão de Nascimento ou RG, * Identificação do responsável. (CDD Acontece, 8 fev 2018)

Em outra publicação, a mídia informa sobre atividades culturais realizadas, como a Festa Ligação Cultural (CDD Acontece, 07 nov, 2019). O evento contou com atividades como recreação, “contação de histórias”, brincadeiras e dança. No mesmo mês foi realizado evento com pesquisadora da USP sobre produção cultural das periferias a partir da poesia:

A antropóloga e pesquisadora da USP Érica Peçanha estará na Agência de Desenvolvimento Local da Cidade de Deus oferecendo uma aula aberta sobre a produção cultural das periferias a partir da poesia. O evento é aberto, gratuito e a agência fica em frente a quadra da Mocidade da Cdd (prédio amarelo). (CDD Acontece, 01 nov 2019)

O jornal online também se tornou um meio importante de acesso dos moradores a alguns de seus direitos fundamentais, como saúde, educação, alimentação e lazer. O jornal informa os moradores sobre campanhas de vacinação, campanhas de doação de sangue, conscientização sobre DSTs, pré-natal, prevenção contra o COVID-19, ações sociais de distribuição de cestas básicas, inscrição em creches municipais, ônibus da Justiça Itinerante, atuação do CRAS na comunidade, acesso a benefícios, dentre outros. Recentemente, com a atual pandemia de COVID-19 e concessão de Auxílio Emergencial, o *CDD Acontece (2011)* fez um anúncio em sua página do Facebook sobre uma Live na qual seria explicado quem teria direito ao benefício e como funcionaria a ajuda de R\$600 e R\$1200 para trabalhadores informais, solicitando, inclusive, aos moradores que se pronunciassem sobre suas dúvidas (CDD Acontece, 04 abr 2020). O veículo também informa aos moradores sobre a dinâmica dos serviços de assistência social da comunidade, conforme indica a publicação:

Aviso importante: Informamos que a partir do dia 20/03/2020 o CRAS Elis Regina atenderá no Pavimento Térreo do CIEP João Batista dos Santos, situado na Rua Edgard Werneck, nº 1565, Cidade de Deus, de segunda à sexta-feira de 10h às 14h. Divulguem na Comunidade. Agradecemos a todos a compreensão. Equipe Elis Regina. (CDD Acontece, 19 mar 2020)

Nessa mesma publicação, o *CDD Acontece (2011)* emite sua opinião:

O motivo dessas mudanças constantes, se dá pelo fato da Prefeitura do Rio de Janeiro não fazer manutenção no prédio de atendimento que fica atrás da Upa, que está caindo, oferecendo risco a quem trabalha e a quem busca pelo serviço. (CDD Acontece, 19 mar 2020)

Outras publicações já foram feitas solicitando esclarecimentos à Prefeitura do Rio de Janeiro quanto às ausências do poder público na comunidade. De certa forma, esse jornal reflete as indignações daqueles que ali vivem e também os seus anseios por uma vida mais justa e digna. Em vídeo gravado ao vivo e veiculado no dia 10 de abril de 2019 (CDD Acontece), Carla Siccós comenta a situação do Pantanal – região da Cidade de Deus – onde após chuvas houve deslizamento de terra. O deslizamento ocorreu em frente ao CIEP Luiz Carlos Prestes, próximo a uma região onde foi construído um conjunto de condomínios em cima de um barranco. A matéria atenta para o fato dos morros e encostas estarem ameaçados de deslizamento devido à erosão do solo e ao fato de famílias que construíram seus barracos ali abaixo estarem em situação de risco. Neste mesmo vídeo são marcadas as páginas da Prefeitura do Rio de Janeiro, da Superintendência Regional de Jacarepaguá e da Defesa Civil. Vale destacar também a evidente adesão da comunidade ao jornal. Em publicação feita sobre a situação de alagamento da Escola Municipal Compositor Luiz Gonzaga (08 abr 2019) foram registradas 789 reações e 229 comentários de pessoas que seguem a página. Devido à adesão da comunidade, o jornal comunitário também faz anúncios de empreendedores locais e comércios na Cidade de Deus e proximidades.

Também há na página do Facebook um álbum nomeado Achados e Perdidos, onde são publicadas informações sobre documentos perdidos na comunidade e outro álbum nomeado Desaparecidos e Aparecidos, onde são compartilhados casos de crianças, idosos, pessoas com problemas de saúde ou mentais, animais da região desaparecidos. Igualmente, são compartilhadas informações quando essas pessoas reaparecem:

Agradecemos as mais de 800 pessoas que compartilharam a foto da Dona Maria de 70 anos que tem Alzheimer. Ela foi encontrada perambulando pelas ruas ontem a noite por um bombeiro, que a encaminhou para o CER da Barra da Tijuca e a família foi comunicada na tarde de hoje. Dona Maria está bem, e já está em casa sob os cuidados dos familiares. (CDD Acontece, 23 março 2020)

A mídia se configura, portanto, como um serviço de utilidade pública, uma vez que atende aos interesses dos moradores locais. Como vimos anteriormente, além de informar os moradores sobre oportunidades de cursos, projetos sociais e culturais e eventos na região, também colabora para que os seus direitos sejam garantidos, articulando com as autoridades sobre a garantia desses mesmos. A mídia parece ser uma ferramenta amplificadora da voz dos

moradores diante do poder público para cobrar soluções para os problemas existentes na comunidade. E, apesar de centralizada na figura de Carla Siccos, conta com a participação ativa dos moradores através do encaminhamento de fotos, vídeos de ocorrências no local. No grupo focal, discutimos também sobre esse aspecto (GF, p.100 e 101):

- 206 J. Quando eles criaram o CDD Acontece, ninguém sabia da maioria das coisas que tinham aqui dentro. Eles só sabiam que aqui tinha.. só viam a Cidade de Deus fora nas conversas, no mais... quando era tiroteio na televisão. Então quando o CDD Acontece surgiu eles foram vendo mais no Facebook.
- 208 J. Porque a minha tia, ela morava aqui.. ela foi procurar um cabeleireiro lá na Taquara, lá na Merck, sendo que o que ela queria fazer tinha aqui dentro.
- 214 Marcelle Parece que o CDD Acontece também recebe vídeos e coisas que são enviados por vocês, né? Assim.. por pessoas comuns que estão passando por aí – porque a Carla é uma só, né? – mas eu sinto também que ela recebe até por whatsapp e tem um grupo que ela recebe dos próprios moradores também informações, vídeos, coisas que ela acaba postando, né? De alguma forma acaba sendo, eu sei que é mais centralizado nela, talvez seja uma coisa mais coletiva, né, se for pensar.
- 215 J. Porque como é um auxílio à sua população é uma coisa que cada um vai ajudando o outro. Porque não tem como você entrar em contato facilmente com a televisão e ainda falar uma coisa que não é pro Rio de Janeiro inteiro que eles não vão aceitar. A Carla ela trabalha, já que é aqui dentro, ela consegue fazer mais facilmente... falar as coisas de bom que tem aqui dentro e os serviços que eles oferecem aqui dentro.

Na mídia não são publicadas apenas notícias positivas sobre a comunidade. São também notificadas situações de roubo, vandalismo, violência e confrontos policiais em vídeos produzidos pelo *CDD Acontece (2011)* ou encaminhados por moradores para a mídia online. Em um vídeo publicado em 2016, referente a uma operação policial na região do Karatê (Cidade de Deus), onde vários barracos foram queimados, segundo informações os moradores, por policiais, os comentários são: “Que isso, meu Deus, isso vai alastrar meu Deus”, “Os polícias tacaram fogo no Brejo e estão queimando os barracos”, “Cheio de criança... as crianças gritando aqui”, “Socorro, gente”, “Vou mandar pro CDD Acontece” (CDD Acontece, 19 out 2016). O meio de comunicação também informa em tempo real a situação de confrontos e tiroteios na comunidade:

Intenso tiroteio acontecendo neste momento na comunidade. Caveirão circulando. Faça contato com amigos e familiares para saber como está a área que você mora. Informações que o tiroteio é no lazer, na 13 e no AP da PM. **#Atualizando1** 19:52 Vias Miguel Salazar e Edgard Werneck permanecem abertas, mas se tiver que passar pelas via, cautela. Ônibus não estão circulando. Ainda acontece tiroteio no interior da comunidade. **#Atualizando2** 20:23 - há 20 minutos +- que tiros não são disparados. **#Atualizando3** 21:03 - Clima tenso nas ruas, mas tudo voltando à normalidade. (...) poucos ônibus circulando. Atualizaremos essa postagem se necessário. (CDD Acontece, 10 nov 2017)

Em outra publicação mais recente:

Agora de manhã, uma jovem identificada como Bianca Regina Oliveira de 19 anos, foi baleada na cabeça enquanto dormia em seu barraco no Brejo, uma das localidade

mais carentes da Cidade de Deus. Neste momento, ela está sendo socorrida na Upa Cidade de Deus. Segundo informações iniciais dos moradores locais, policiais chegaram no local atirando. Estamos apurando para saber o estado de saúde da jovem. (CDD Acontece, 25 mai 2020)

A mídia comunitária parece mostrar a diversidade presente na Cidade de Deus. Ademais, os jovens também comentaram sobre as personalidades locais, que tem suas histórias contadas na página. Durante o grupo focal, eles pontuaram suas percepções sobre esse fato (GF, p.99):

- 186 I. E eles [CDD Acontece] tem uma parada muito legal também. Porque assim, a Carla não deixa passar nada batido, né? Tudo o que é positivo de alguém da Cidade de Deus ela sempre destaca. Então, o Marreta [Thiago Marreta, lutador de UFC], ela sempre coloca qualquer notícia positiva de alguém que veio da Cidade de Deus e ela sempre noticia.
- 189 J. Como ela disse, ela só mostra.. é.. sempre que tem alguma coisa boa, eles mostram e sempre que tem uma coisa ruim eles também mostram. Mas na televisão eles só mostram quando aqui tem operação, quando tá tendo o baile, quando tá tendo alguma coisa e generalizando muito as coisas.
- 192 I. Como que se representa o favelado [Nas mídias tradicionais]? Ou ele é barraqueiro, ou ele é funkeiro ou ele é um pobre coitado. E assim, aqui a gente está vendo vários tipos de pessoas. Você engessa. E eu acho que a Carla [CDD Acontece] ela traz de uma forma mais separada, né? Tem o perfil da pessoa que luta, tem o perfil da pessoa que vende alguma coisa, tem um mundo de perfis. Porque isso daqui é muito múltiplo. Não é só barraco, guerra ou falta de suporte. Tem muitas outras coisas, muitos outros perfis, muitas identidades.

Conforme dito anteriormente, o *CDD Acontece (2011)* também exalta artistas, esportistas e pessoas comuns oriundas da Cidade de Deus. No Facebook há um álbum nomeado “Orgulhos da CDD”, onde estas publicações são feitas. Em Publicação realizada em Junho de 2018 com 1,1 mil curtidas, 283 comentários, 213 compartilhamentos, o jornal conta sobre um jovem atleta paralímpico da comunidade que estará competindo na Europa:

Mais uma vez, nosso atleta paralímpico Washington Junior irá representar a Cidade de Deus fazendo parte da equipe Paralímpica Brasileira de Atletismo em três competições pela Europa! O jovem morador do "15", compete na França pelo "Paris Open" nos dias 14 e 15 desse mês, depois ele parte para a Alemanha pra disputar o "Meeting Freital" em Leipzig e segue para o "Berlim Open", onde completará mais um ciclo através do esporte! A favela já está toda na torcida! Vai com tudo Washington! E seja qual for o resultado, pra nós você já é um grande campeão #DaCddproMundo! (Matéria do nosso correspondente esportivo Sávio Augusto Santos). (CDD Acontece, 11 jun 2018)

O jornal também conta a história de pessoas comuns, trabalhadores locais, artistas locais ou pessoas que prosperaram:

Diariamente, a gente corre atrás de cursos para divulgar em nossa rede, pois sabemos a diferença que essas oportunidades podem fazer na vida das pessoas.. E olha que máximo é essa história do Jefferson Maia. Imaginem vocês um menino lá da Rocinha 2 (aqui na Cdd) que sabe aproveitar todas as oportunidades que aparecem. Desde pequeno, foi frequentador assíduo de tudo que rolava no INPAR – Instituto Presbiteriano Álvaro Reis. Passava o dia lá, foi crescendo aproveitando tudo que a instituição oferecia, até virar educador. (...) Na semana Passada, Jefferson esteve aqui em nossa redação onde participou de uma transmissão ao vivo, convidando os jovens para fazer inscrição para o Coletivo Coca-Cola Cidade de Deus, o qual há 7 anos tem

uma relação muito particular, já que começou como aluno. E desde que chegou à coordenação, foi muito importante na mobilização e captação, formando até então, mais de 2 mil jovens nos cursos na área de Logística, produção, marketing e etc, da Cdd e das adjacências. Estamos muito felizes em receber a notícia de que hoje, esse rapaz de 28 anos foi promovido, e agora será oficialmente funcionário da Coca-Cola. (CDD Acontece, 28 jan 2020).

Neste capítulo trouxemos uma mescla entre a visão dos jovens do grupo focal e as notícias veiculadas pelas mídias comunitárias *CDD Acontece (2011)* e *CDD - A notícia por quem vive CDD (2010)*. A partir das falas dos jovens pudemos refletir sobre a forma como percebem as reportagens transmitidas pelas mídias hegemônicas em contraponto com as mídias comunitárias e seus respectivos interesses. É possível perceber que as mídias comunitárias supracitadas trazem à cena artistas da comunidade, eventos culturais e denúncias sobre violações de direitos. O *CDD - A notícia por quem vive (2010)* por se tratar de um jornal impresso e por sua frequência espaçada traz reportagens atemporais ou eventos que aconteceram ou que vão acontecer dentro de um período relativamente maior. Já a mídia online *CDD Acontece(2011)* – por sua dinâmica própria de atualização diária – veicula notícias em tempo real. Parece também estabelecer um diálogo maior com os moradores e com o poder público.

No capítulo seguinte, aprofundaremos as questões teóricas do trabalho a partir dos conceitos de identidade e representação em Foucault e Butler. Pensaremos sobre o poder em Foucault, destacando como os discursos marcam esses corpos, os classificando e diferenciando a partir de um viés normativo. Analisaremos como se dá essa construção do binarismo “normal”, “anormal” e a construção de uma identidade violenta dos jovens de periferias e favelas. Traremos Butler à discussão para pensarmos o porquê de algumas vidas serem passíveis de luto e outras não, refletindo, a partir daí, como o enquadramento de uma cena determina os nossos afetos. Ou seja, como os nossos sentimentos e emoções são condicionados pelos enquadramentos que se constroem sobre determinados grupos. Também pensaremos a problemática da representação e traremos essas discussões conceituais, alinhando-as a questões importantes expostas neste capítulo.

3 IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO EM FOUCAULT E BUTLER

3.1 FOUCAULT E O CONCEITO DE IDENTIDADE

Apoiamo-nos em Foucault para problematizar e questionar os estereótipos criados sobre o jovem morador da Cidade de Deus, entendendo que “o indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças (FOUCAULT, 1979, p. 161-162). Interessamo-nos, pois, pela trama histórica na qual esse sujeito é constituído, pelos saberes e discursos que o produzem e marcam a sua individualidade e determinam as normas as quais ele deve se submeter. Importante destacar que ao mesmo tempo em que são produzidas identidades estereotipadas, também são produzidas manifestações de resistência a ela. Ou seja, há nas redes microfísicas também estratégias de resistência à disciplinarização e à constituição de identidades, bem como veremos mais à frente na discussão do tema dessa dissertação.

Buscaremos aqui refletir sobre as mídias – hegemônica e comunitária – como dispositivos que produzem imagens sobre o jovem morador da Cidade de Deus, colocando em questão o campo de tensões existente entre essas mídias. Pensaremos também em que medida essas se constituem a serviço dos mecanismos de poder ou como resistências a esses. Para compreender melhor as formas de exercício do poder, busco o ponto de tensão entre o discurso das mídias comunitárias locais: o Jornal *CDD - A Notícia por quem vive* (2010) e a mídia online *CDD Acontece* (2011) e a narrativa do filme *Cidade de Deus* (2002), pensando quais as articulações que essas mídias fazem com a representação criada pelo filme, uma vez que este filme aparece na fala de jovens moradores como uma produção apoiada em um perfil identitário dos moradores da Cidade de Deus.

Foucault (1979) já nos alertara para o fato do discurso ser uma produção “controlada, selecionada, organizada e redistribuída” (2014a, p.8) com um fim específico. Ele está investido de vontade de verdade e de desejo. A partir das interdições – quem pode ou não falar – o discurso revela sua relação estreita com o desejo e o poder:

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2014a, pp.9 e 10)

Nesse sentido, a produção cinematográfica *Cidade de Deus* (2002) é também uma produção que manifesta uma vontade de verdade de contar a história do local e de seus moradores. Ao retratar a comunidade como um espaço de violência e de expansão do tráfico de drogas e seus moradores como jovens envolvidos com práticas criminosas, o filme produz

corpos estranhos, disfuncionais, excluídos. Podemos entender que esta mídia pode – junto a outras mídias hegemônicas – criar ou reforçar estereótipos sobre o jovem morador da favela, a partir da produção de discursos de verdade e noções de bom e mau. Isso se dá através da construção de um “outro”, diferente dos jovens “normais”. Esse “outro” só é possível de ser construído quando lhe é negada toda as suas múltiplas facetas enquanto ser humano e lhe é atribuída uma identidade única, da qual ele não será capaz de escapar. “Aparece o contexto que possibilita a negação da alteridade, a estigmatização, o preconceito e um processo de desqualificação diferente” (DORNELLES, p.139)

Butler também reflete sobre a forma através da qual fazemos o reconhecimento ético da alteridade e sobre o porquê de determinadas vidas não serem tidas como dignas de luto. A partir de uma análise ontológica sobre o que permite reconhecer uma vida como vida, a autora nos indica que o que é entendido como vida o é a partir de padrões normativos que a definem como tal: “assim, há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente – ou melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (BUTLER, 2017, p.17).

Esta política de enquadrar a vida e instituir quais delas são passíveis de luto traz efeitos reais na vida de determinados sujeitos. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), no Atlas da Violência, mais de 318 mil jovens foram assassinados no Brasil entre 2005 e 2015. Apenas em 2015, foram 31.264 homicídios de pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Mais de 92% dos homicídios acometem a população masculina. 71% das pessoas assassinadas no Brasil são negras. Os dados sobre mortes decorrentes de intervenção policial, no Atlas 2017, analisadas por números do SIM na categoria “intervenções legais e operações de guerra” (942) aponta que os estados que mais registraram homicídios desse tipo em 2015 foram Rio de Janeiro (281), São Paulo (277) e Bahia (225).

No caso do filme, alguns moradores entenderam que o filme colaborou para disseminar o medo e estigmatizar ainda mais as pessoas que ali residem, colocando a favela como a grande responsável pela violência na cidade. Assim, apoiando-nos em Butler (2017), podemos depreender que o filme provavelmente acaba funcionando como um enquadramento dos muitos possíveis da realidade e a partir dele, a história da Cidade de Deus é contada apenas por um único viés.

Por outro lado, as mídias comunitárias – que emergem como contraponto à visão possivelmente estigmatizada criada pelo cinema e que procuram contar a história da Cidade de Deus a partir de quem ali vive –, também manifestam uma vontade de verdade:

Os meios de comunicação (ou mídias) comunitários tem um papel abrangente dentro da comunicação. Não só pelo fato de levarem informações às pessoas sobre a comunidade, mas também por criar uma nova visão e identidade para os que nela moram. (...) os moradores da periferia sentem-se, por vezes, passivos em relação à informação. Não têm oportunidade de demonstrar um outro lado da verdade que é mascarada pelo jornalismo. (A NOTÍCIA POR QUEM VIVE, 2010, p.6)

A partir das mídias comunitárias os moradores contam também uma versão das inúmeras possíveis sobre o surgimento da Cidade de Deus, contam histórias relegadas pelas mídias hegemônicas e articulam saberes sobre a comunidade. É possível dizer que os discursos não apenas representam, como também produzem a realidade. Esses discursos – tanto das mídias hegemônicas como das mídias comunitárias – estão imersos em um jogo de disputa de poder, buscando uma legitimidade como “o discurso verdadeiro”. Portanto, podemos afirmar que tanto da mídia tradicional quanto das mídias comunitárias são dispositivos de poder.

Foucault em seus escritos “A ordem discurso” (FOUCAULT, 2014a), “Vigiar e Punir” (FOUCAULT, 2014b) e “Nietzsche a genealogia e a história” (FOUCAULT, 1979) afirma que o conceito de verdade é da ordem da produção. As verdades são, ao mesmo tempo, produzidas e produtoras de formas específicas de conhecimento, produções subjetivas, saberes e domínios de objetos. Quando o filósofo propõe que as verdades sejam colocadas no plano histórico, ele quer questioná-las em suas instituições, no discurso que as naturaliza, e trazer que onde há vontade de verdade, há desejo e poder. Não há como conceber um discurso como verdadeiro em si. Ao trazer a contingência histórica da verdade, Foucault rompe com a história contínua, linear, teleológica e nos aponta que não existe “a verdade”, mas “verdades” possíveis.

Trata-se de dizer que a própria verdade tem uma história, ela “não existe fora do poder” (FOUCAULT, 1979, p. 12) e que o discurso, nessa história, exerce função de controle e validação das regras de poder. As próprias práticas discursivas (FOUCAULT, 2001) tem uma realidade material, produzem realidade, disparam efeitos, revelam lutas e processos de dominação. Nesse sentido, Foucault supõe:

que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (...) O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. (FOUCAULT, 2014a, p. 8, 9 e 10).

Há, portanto, uma polícia discursiva (FOUCAULT, 2001) que prioriza determinadas falas e silencia outras, que definem os limites de determinados discursos, estipulando quem tem poder de fala ou não e ainda os discursos considerados legítimos e os desqualificados e desautorizados. Médicos, psicólogos, pedagogos, cientistas sociais, jornalistas se apresentam como especialistas autorizados a dissertar sobre determinados temas. No caso da Cidade de

Deus, vemos os grandes jornais e as mídias hegemônicas como esses especialistas qualificados para falar sobre a comunidade a partir de um status tal de legitimidade. Profissionais considerados capazes de emitir determinado parecer sobre o paciente ou sobre a realidade social. Porém, entendemos que essa fala não é neutra, mas sim perpassada por vontade de verdade. Ou seja, “O que é conhecido”, “como é conhecido” não é algo natural, o conhecimento é produzido pela imposição de ordem a uma realidade absolutamente caótica. O conhecimento é, portanto, produzido, pontual, parcial, histórico, fruto de relações, discursos e verdades que o legitimam:

Não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “policia discursiva” que devemos reativar em cada um de nossos discursos. A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras. (FOUCAULT, 2014a, p.34)

Ademais, a verdade científica invisibiliza todas as violências e as disputas de poderes que se dão em suas tramas, para que seja por fim legitimada como verdade. Apaga a história que a constitui. Nesse sentido, aproximando-nos mais uma vez do tema Cidade de Deus, entendemos que os discursos produzidos pelas mídias comunitárias seriam compreendidos como menos legítimos, uma vez que partem de um saber popular, não regulamentado pelo crivo científico. Não atenderia, portanto, a todo um conjunto jogo de regras, definições e instrumentos que o permitissem ser reconhecido como tal.

Porém, entendemos que a verdade sobre a Cidade de Deus não está lá aguardando ser contada por quem é de direito mas, ao contrário, é construída por esses meios de comunicação que estão em constante disputa, bem como pudemos perceber no capítulo do grupo focal. Ou seja, quando analisamos o filme e as mídias comunitárias, olhamos para estes como enquadramentos operam no dia-a-dia, onde há escapes e transformações na própria dinâmica de poder em que a norma se estrutura.

Voltamo-nos, pois, para um poder discursivo que exerce suas práticas reais e efetivas e geram processos de sujeição que investem corpos, gestos e comportamentos. Buscamos através desse trabalho pensar como o cinema e as mídias comunitárias colaboram para a produção de normatizações sobre os corpos de jovens, negros, oriundos de favelas, especialmente no que tange a construção de estereótipos.

Em 2017 foi realizada uma pesquisa de ação participativa na Cidade de Deus chamada Construindo Juntos, uma parceria entre pesquisadores-moradores da Cidade de Deus e pesquisadores da Northeastern University em Boston, Massachusetts (EUA). A pesquisa de

campo teve a coordenação de Anjuli Fahlberg e Ricardo Fernandes. Nesta foram coletados dados quantitativos em larga escala de forma que estes refletissem as experiências, preocupações e interesses dos moradores locais. A pesquisa contou com a participação ativa dos moradores locais em cada etapa do projeto, incluindo determinar os temas relevantes, as questões da pesquisa, a coleta dos dados, análise dos resultados e divulgação do trabalho realizado. As questões tiveram foco no âmbito do desenvolvimento social, da insegurança e da resiliência. Em 2020 foi publicada uma cartilha a partir deste estudo no qual foram apresentados dados relevantes sobre os efeitos da insegurança na vida dos moradores:

As dinâmicas de violência no território da Cidade de Deus são fontes geradoras de graves problemas na saúde mental e física de sua população. (...) Os números são alarmantes. Nos casos mais graves, foram narrados 26 episódios de falecimento, 31 de infarto e 47 de hospitalização por causa da insegurança no local. Mais de 30% dos entrevistados citaram problema de pressão elevada, 60% de bloqueio psicológico por medo. Outros falaram em elevação do estresse (45,9%), ansiedade (37%), dificuldades para dormir (39,5%) e falta de ânimo (26%). (FAHLBERG, A.; POTIGUARA, V; FERNANDES, R. 2020, p.30)

A cartilha também apontou para o fato da insegurança e conflitos armados na região atrapalharem diretamente o acesso dos moradores a direitos fundamentais, como a educação e trabalho:

Em 87,8% das residências, as crianças faltaram aula pelo menos uma vez por causa de transtorno por insegurança e conflitos, e em 46,3% das residências com crianças, elas faltaram mais de 10 dias de aula. (FAHLBERG, A.; POTIGUARA, V; FERNANDES, R., 2020, p.21)

E em outra passagem:

Muitos moradores entrevistados deixaram de ir ao seu trabalho ou de abrir seu comércio local, entre março de 2016 e março de 2017, por razões de insegurança e conflitos armados na região. Dos nossos entrevistados, foram 44,3% que faltaram trabalho por questões de segurança. É muito comum a ocorrência de demissões em função de atrasos e ausências, que por consequência impactam diretamente o bem-estar psicológico dos trabalhadores e a renda financeira das famílias. (FAHLBERG, A.; POTIGUARA, V; FERNANDES, R., 2020, p.32)

A pesquisa revela também que em 2017 “33,7% dos entrevistados tinham planos a curto prazo de deixar a Cidade de Deus a partir da realidade de precariedade dos serviços públicos e principalmente pelo contexto de insegurança e violência na favela.” (p.32) e que 41,9% dos entrevistados já tinham sido revistados pela Polícia na Cidade de Deus, sendo homens pretos e pardos o público que mais sofria esse tipo de abordagem.

Nesta perspectiva, Zaccone (2015) faz uma denúncia à forma como os poderes estatal e jurídico legitimam políticas de extermínio aos “inimigos” na cidade do Rio de Janeiro, esses

representados por traficantes de drogas, negros e residentes de periferias. Segundo o autor, a escolha feita pelo Estado em relação a um suposto combate ao “crime organizado” nas favelas, na realidade, parece se configurar como um combate a determinado público específico. Novamente, é o poder produzindo o perfil de inimigo que se deve combater, ocasionando fenômenos maciços de exclusão, desigualdades sociais, encarceramento e abandono. Na pesquisa de Zaccone, na qual foram analisados 308 autos de resistência arquivados na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2003 e 2009, esse cenário se confirma. Esta análise apontou para o fato de os arquivamentos proferidos pelos promotores de justiça levarem em conta a condição do morto, a localidade onde ocorreu o crime e a apreensão de armas e/ou drogas. O fato de participarem dessa categoria “traficantes de drogas, negros e residentes de favelas” já os restringe de qualquer direito, inclusive o direito à vida. Parece tratar-se, na linguagem de Butler, de vidas que não são reconhecidas como vidas.

Portanto, esses dados nos levam a questionar em qual medida o padrão identitário favorecido também pela produção cinematográfica *Cidade de Deus* (2002) – que marcou e ainda marca a vida desses sujeitos – não corrobora também para políticas de violência, exclusão e extermínio na Cidade de Deus? Não se trata, porém, de encontrar culpados, mas de reconhecer o que se apresenta do campo e que se materializa em práticas. Trata-se de analisar discursos que produzem realidades.

Para pensarmos a produção desse estereótipo identitário sobre o jovem morador da favela, e posteriormente desconstruí-lo, aderimos ao projeto de genealogia de Foucault, de forte inspiração nietzscheana, que traz consigo uma forma absolutamente particular de análise de temas filosóficos. Sua proposta apresenta-se como inovadora, pois inaugura uma nova forma de se fazer história, que problematiza três conceitos: origem, verdade e identidade.

O embasamento teórico da discussão se liga à proposta genealógica de Nietzsche (1887/1999). Esta representa um rompimento com um modo tradicional de olhar para a história, uma vez que se recusa a buscar uma origem, uma verdade ou essência das coisas. Tanto para Nietzsche quanto para Foucault a história não seria contínua, linear, teleológica, mas descontínua e fragmentada, não havendo uma verdade absoluta, universal, mas as “verdades” constituídas a partir de um jogo de saberes-poderes. Ao se recusar a buscar uma origem ou uma verdade absoluta, Foucault nos leva a refletir sobre uma crítica ao conceito de identidade, desnaturalizando a ideia de subjetividade e destacando uma ligação entre poder e saber que produz o próprio sujeito, bem como os discursos de verdade sobre ele.

Conforme estamos explicitando, a proposta genealógica de Foucault se apoia em fundamentos metodológicos básicos: no primeiro deles há uma recusa à busca por uma origem ou algo essencial. Assim, o termo genealogia denuncia que as pesquisas sobre a origem de até então se baseavam na busca de essências escondidas por trás dos acontecimentos. Foucault (1979) afirma que a história é feita de descontinuidades, astúcias, jogos, abalos, surpresas, vacilantes vitórias, derrotas mal digeridas e nos mostra que aquilo que é visto hoje como verdade nem sempre foi dessa forma. O autor, portanto, nos aponta que a história é construída em uma rede microfísica de poderes. A genealogia não pretende recuar no tempo para identificar a origem das coisas ou a sua natureza própria. Ela está interessada na história inscrita no próprio corpo, ou seja, no corpo marcado pela história. Bem como a pesquisa da proveniência, está interessada nos desacertos, nos maus cálculos, naquilo que se tornou figura e passou a ter valor hoje para nós. É através dessa trama histórica que se formam as percepções e evidências construídas como verdadeiras. Foucault (1979) afirma que:

A genealogia não se opõe à história como a visão ativa e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa de “origem” (...) Procurar uma tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. (pp. 16 e 17).

O segundo fundamento é a recusa da busca por uma verdade absoluta. O que é verdade é instituído como tal pela dispersão histórica do acontecimento, pelos desvios e maus cálculos e qualificado como verdade por nós, não por seu caráter de verdade essencial ou originária. Cabe à genealogia, portanto, investigar como essa verdade se constitui como tal, quais os regimes de poderes e saberes que a legitimam, já que sua história é demarcada por acidentes e desvios. “A pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido” (FOUCAULT, 1979, p. 21) e permite investigar como a verdade se torna legítima, quais os jogos de poderes, artimanhas e violências que a perpassam. A genealogia, portanto:

não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento. Sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início [...] Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existe a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente. (Foucault, 1979, p. 21).

Trata-se, portanto, de dizer que Foucault se interessa por compreender a forma como emergem os “modos verídicos”, que determinam “falsos” e “verdadeiros” e quais os mecanismos pelos quais essas verdades se constituíram como tal. Ou seja, que jogos de poderes estão por trás desses saberes e conhecimentos tidos como verdadeiros. A verdade estaria, portanto, intrinsecamente ligada ao poder, atravessando as instituições e os corpos dos sujeitos. Em outras palavras, estaria no campo das produções.

O terceiro fundamento é o da recusa por buscar uma identidade genuína, uma vez que Foucault entende que o indivíduo seria produzido pelo próprio poder. O poder é uma prática, um atravessamento que incide diretamente ou indiretamente sobre os corpos dos sujeitos. A identidade corresponde a uma produção de determinado período histórico, porém é atribuída a esse homem como sua essência. Apesar de construída, o homem entende essa identidade como sendo sua, como algo inerente à sua existência. Isso se deve ao fato desse homem estar imerso numa trama na qual o poder se exerce sobre o corpo, gestos e comportamentos de forma sutil, eficaz e econômica. Foucault entende o poder como prática, que produz saberes sobre os corpos, categorizando-os e classificando-os em série ao mesmo tempo em que os ligam a uma identidade única, embasada em um regime de verdades.

As técnicas de poder disciplinares incidem sobre os corpos a partir de uma anatomia política do corpo: ela distribui e reparte os corpos em determinado tempo e espaço, de forma que consiga extrair deles sua máxima eficácia, tornando-os dóceis e úteis. Na mesma medida em que produz corpos disciplinados, também produz uma subjetividade disciplinada. “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. (FOUCAULT, 2014b, p.167). Esse corpo seria uma superfície de inscrição dos acontecimentos e o método genealógico estaria, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história.

Pensamos em todo caso que o corpo tem apenas as leis de sua fisiologia, e que ele escapa à história. Novo erro; ele é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destroçado por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente; ele cria resistências. (FOUCAULT, 1979, p.27)

Foucault (1979) problematiza o conceito de identidade quando aponta para a dispersão dos acontecimentos e para a dissociação do Eu “lá onde o Eu inventa para si uma identidade ou uma coerência” (p.20). Por esse viés, a genealogia foucaultiana “deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 1979, p. 22). Assim, a identidade não seria dada a priori ou apresentada de forma estanque na teoria foucaultiana. Apesar da identidade aparentar certa unidade e rigidez, ela é uma construção

identitária, que nasce em contexto histórico específico, resultado de determinadas relações de poder-saber. A cristalização é, pois, apenas aparente. Essa identidade nasce e se transforma sempre ligada aos dispositivos de poder que a produziram e determinam formas de sentir, experimentar o mundo, vivenciar as relações e as interações cotidianas. Deste modo, Foucault nos mostra o corpo produzido, marcado e perpassado pelo poder e constituindo identidades. Pensa, portanto, no poder “em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida quotidiana” (FOUCAULT, 1979, p.131).

O poder, em Foucault, é imediatamente ligado a um saber que o legitima, que o favorece, que produz um corpo disciplinado. O filósofo entende que o poder está em todas as relações, numa trama microfísica na qual saber e poder se afetam e se retroalimentam. O saber atribui autoridade e status de verdade ao poder e ao mesmo tempo é seu elemento condutor, é um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística” (FOUCAULT, 2013, p.153) ou mesmo “aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico” (p.204). O binômio poder-saber institui e legitima determinados discursos como verdadeiros distinguindo-os dos falsos a partir de técnicas e procedimentos específicos.

Temos antes de admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados, que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder. (...) Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 2014b, p. 31).

O discurso científico não escapa a isso. Ele é ao mesmo tempo instrumento e efeito de poder, investido de vontade de verdade. A produção de verdades se dá por dispositivos disciplinares aliados ao discurso das ciências e instituições produtoras de saber. Dessa forma, Foucault entende que não há neutralidade na ciência e no fazer científico, mas, ao contrário, reconhece nesses saberes múltiplos interesses, vontades e desejos. Sua análise se desdobra sobre a medicina, psicologia, direito, pedagogia, biologia, sociologia, entre outras, a partir de uma perspectiva histórica uma vez que entende que essas disciplinas não foram criadas ao acaso, mas a partir de um campo político e uma relação de saber-poder tornaram essas ciências legítimas. Não haveria, portanto, um sujeito livre ao mecanismo poder, que produziria o saber. Ao contrário, esse sujeito é produzido por esses dispositivos de poder-saber, sendo a própria ciência também um de seus resultados imediatos. A ciência não está, portanto, dissociada do

poder, mas é mais um de seus mecanismos. Em outras palavras, não há conhecimento neutro ou poder sem saber; há sim e saberes que engendram novas articulações e relações de poder.

Estudar o funcionamento ideológico de uma ciência para fazê-lo aparecer e para modificá-lo não é revelar os pressupostos filosóficos que podem habitá-lo; não é retornar aos fundamentos que a tornaram possível e que a legitimam: é colocá-la novamente em questão como formação discursiva; é estudar não as contradições formais de suas proposições, mas o sistema de formação de seus objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas teóricas. É retomá-la como prática entre outras práticas (FOUCAULT, 2013, p.224).

Foucault (2014b) não entende o poder como propriedade, mas como estratégia atribuída “a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos”, sendo o poder algo que “se exerce mais que se possui” (p.30). Nesta medida, o poder não seria um objeto que se possui, mas um conjunto de relações de força que percorrem todo o corpo social, uma produção em ato que se articula com dispositivos disciplinares e reforçam mecanismos de dominação, submissão e normalização de condutas. Dessa forma, entende que o poder não existe em si, mas se exerce em relações e práticas sociais. Este poder é invisível, disposto em práticas de organização do espaço, controle do tempo, divisão de tarefas, sendo as instituições – as famílias, as escolas, as igrejas, as fábricas – dispositivos importantes de veiculação desse poder conforme veremos mais à frente.

Essa, porém, é uma nova forma de economia de poder sobre o corpo, uma vez que anterior à prática de disciplinarização, até o século XVII, havia a prática de punição pelo corpo castigado: esquarteramento, mutilação, amputação e escamoteamento. Após o século XVIII Foucault evidencia o surgimento de uma nova economia de poder sobre o corpo, a qual denomina poder disciplinar. Ao contrário das técnicas de poder rituais que supliciavam o corpo, geravam grau máximo de sofrimento e garantiam uma amostra do poder desproporcional do soberano diante dos súditos – práticas essas que perduraram até o século XVII – já se verifica o uso de punições menos diretamente físicas, e mais de ordem abstrata, que visam corrigir, reeducar e curar. Nela a punição se dirige, não mais ao corpo, e sim à alma.

Previamente a Foucault, os mecanismos e dispositivos microfísicos de poder ainda não haviam sido estudados, uma vez que o enfoque se dava nas pessoas ou instituições que detinham ou não o poder. A partir de seus estudos, Foucault inaugura uma nova forma de abordar o problema da institucionalização do poder. Para ele, o poder não está apenas centrado nos aparelhos do Estado, tampouco é possuído por alguns, o que poderia nos levar a criar uma relação de subjugação entre aqueles que o detém e os que não o detém ou mesmo pensar o poder como propriedade. Ele não está, porém, localizado em algum ponto específico, mas em toda a estrutura social. O filósofo entende que o poder não se dá de forma vertical, mas se exerce em

rede, a partir de mecanismos e dispositivos que perpassam o corpo social e dos quais ninguém escapa. Há, portanto, uma subversão da lógica que entende determinados sujeitos ou instituições – como o Estado ou a Igreja – como detentores do poder, colocando, ao contrário, os próprios sujeitos como detentores e ao mesmo tempo produzidos pelo poder. O poder trabalha a nível capilar, nas práticas sociais que atravessam o corpo, produzindo efeitos reais sobre eles:

Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder (...) Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado” (FOUCAULT, 1979, p. XII).

O estudo da microfísica do poder faz Foucault enveredar pelo poder em suas astúcias, em seu exercício, em suas manobras e estratégias, lá nas extremidades onde ele se corporifica e produz seus efeitos. O filósofo parte dos mecanismos de disciplinarização para estudar o poder e entendê-lo nas suas práticas, onde ele atinge os corpos. O método genealógico trata então de:

Captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos. (FOUCAULT, 1979, p.182)

Para analisar o poder disciplinar, Foucault se volta à análise dos sistemas punitivos concretos Foucault (2014b) e traz à tona a ideia desses sistemas como fenômenos sociais em que “as medidas punitivas não são simplesmente mecanismos ‘negativos’ que permitem reprimir, impedir, excluir, suprimir: mas (...) estão ligadas a toda uma série de efeitos positivos e úteis” (p.28). Esse poder não seria repressivo, mas produtivo, produtor de corpos assujeitados. “Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia (...) pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil” (p.29). O corpo só está, portanto, investido politicamente por relações de poder e dominação, enquanto também preso num sistema de sujeição que o torna dócil e economicamente útil:

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. (FOUCAULT, 2014b, p.189)

Há, portanto, na sociedade disciplinar, uma nova economia política sobre os corpos, de modo a garantir sua eficácia produtiva: um poder produtivo e positivo que produz corpos disciplinados e recorrem a mecanismos de correção, treinamento, reeducação e constante vigilância para garantir a submissão desses corpos. É mais eficaz disciplinar e vigiar que punir o corpo. A disciplina não visa proibir ou punir, mas garantir uma gerência sobre a vida dos

indivíduos “para conhecer, dominar e utilizar” (FOUCAULT, 2014b, p.140) para otimizar seus movimentos, aperfeiçoar suas capacidades e extrair deles sua máxima força produtiva. Adestra, portanto, esse corpo para “retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (p.167). Por fim, ela é produtiva, positiva, produz as próprias identidades que deseja dominar.

Foucault (1979) vê o corpo como político, ligado aos poderes que o investem e exercem sobre ele seus efeitos imediatos. Esse corpo, investido pelo poder, é capturado por ele, porém, não necessariamente por instrumentos de violência, mas sim, a partir de tecnologias específicas de saberes que disciplinam, medem, emitem laudos e os situam dentro de um espectro que vai do normal e patológico. O adestramento do corpo, o controle dos gestos e comportamentos, as práticas de medir, separar, hierarquizar, avaliar, a partir dos saberes produzidos pelas ciências humanas, constroem o indivíduo tal como ele é e servem como dispositivos disciplinarizadores. “É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância” (p.187).

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2014b) correlaciona o saber científico com o poder e com a consequente produção de verdades e a instituição de padrões de normalidade e anormalidade. Importa ao poder disciplinar analisar, estudar, organizar a circulação dos indivíduos e regular o espaço analítico. Foucault atribui o sucesso do poder disciplinar “ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”. (p.167)

A vigilância hierárquica é um exercício que pressupõe um jogo de olhares, um espaço físico esquadrihado – cidades operárias, hospitais, prisões, asilos, escolas – onde o poder se exerce por vigilâncias múltiplas e entrecruzadas. Se muitos processos disciplinares já existiam nos conventos, exércitos e oficinas, nos séculos XVII e XVIII esse modelo arquitetônico passa a ser o modelo geral de organização dos espaços. Em cada um desses espaços cada indivíduo ocupará um lugar específico. As funções de cada indivíduo serão também especificadas: professor, aluno, médico, doente, patrão, operário – cada qual ocupando seu devido espaço físico. Essa ordenação do espaço funciona aos mecanismos de poder, uma vez que dessa forma os indivíduos são mais facilmente observados, localizados e corrigidos. Torna-se mais fácil observar o trabalhador que está fora do seu posto de trabalho ou o estudante que não está na carteira destinada a ele. Nesses espaços os corpos são disponibilizados para serem observados, ao mesmo tempo que disponíveis ao exercício do poder-saber. Através do esquadrihamento do espaço as técnicas disciplinares garantem que os homens produzam mais e melhor:

As disciplinas, organizando as ‘celas’, os ‘lugares’ e as ‘fileiras’ criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que

realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais pois que regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam-se sobre essa organização caracterizações, estimativas, hierarquias. A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de ‘quadros vivos’” (FOUCAULT, 2014b, pp.142 e 143)

Conforme veremos logo adiante, o modelo prisional, por exemplo, é ao mesmo tempo local de vigilância constante dos indivíduos punidos, mas também espaço de conhecimento científico de cada detento, uma vez que são registradas, informadas e contabilizadas diversas anotações sobre esses sujeitos. As escolas também se configuram como espaços disciplinarizadores, uma vez que há uma ordem na qual se define uma grade curricular, horários, estrutura da sala de aula, sistema de punições, dispositivos que visam certa obediência à ordem. O hospital também se constitui como “instrumento de ação médica: deve permitir que se possa observar bem os doentes, portanto, coordenar melhor os cuidados” (FOUCAULT, 2014b, p.169)

Retomando a questão da vigilância, é necessário lembrar que Foucault (2014b) traz para reflexão o modelo do Panóptico de Bentham, pensado no século XVIII. Este se traduzia na arquitetura de uma prisão ideal, em formato circular com uma torre no meio, onde seria possível para o guarda que está na torre vigiar todas as celas dos prisioneiros individualmente. Porém os prisioneiros não conseguiriam visualizar por quem estão sendo vigiados, ou até mesmo se estão ou não sendo vigiados por alguém. Foucault traz o modelo de vigilância constante do Panóptico para ilustrar uma relação de poder específica da sociedade disciplinar que neste período começa a emergir. A vigilância constante obtida através da organização da estrutura espacial faz com que o poder seja exercido de forma anônima e circule por todos e por todo o campo social. Ao contrário das punições reais, o modelo do Panóptico inaugura uma nova tecnologia de poder. A sociedade disciplinar se serve de uma vigilância constante e eficaz, pois se trata de uma disciplinarização subjetiva que se exerce na domesticação e docilização dos corpos.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 1997, p. 135).

O poder não está mais concentrado na imagem do rei, mas presente em todos os âmbitos da esfera social. A ideia de que você está sendo observado o tempo todo ou mesmo de que você pode estar sendo observado transforma a postura do sujeito diante da vida. O poder, portanto, não é mais exercido por uma figura exterior ao sujeito de forma repressiva, mas pelos próprios sujeitos sobre eles mesmos a partir do medo de possivelmente estarem sendo observados.

Assim, o Panóptico produz um efeito de vigilância permanente, o que faz com que os sujeitos se sintam observados ainda que não o estejam sendo. Esse sujeito passa a ser fonte de informação e objeto de incidência de saberes psicológicos, médicos, pedagógicos dentre outros. E o que garante a eficácia do poder é justamente o fato dele se exercer nas entrelinhas, ser descentralizado, invisível e inverificável, ao mesmo tempo em que produz efeitos disciplinares sobre os corpos. “A disciplina aumenta as forças dos corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (2014b, p.135 e 136). Ora, se eu segrego e esquadrinho o espaço e os próprios corpos dos indivíduos, posso ter gerência sobre os complôs, reivindicações, contágios de doenças ou maus comportamentos. Esse poder se dirige ao corpo individualizando-o, reduzindo suas multiplicidades a características individuais mensuráveis. Essa própria individualidade é, portanto, produzida pelo próprio poder. Foucault (2014b) traz os exemplos das prisões, onde:

De um lado, funcionamento do poder penal repartido em todo o espaço social; presente em toda parte como cena, espetáculo, sinal, discurso (...) um poder de punir que correria ao longo de toda a rede social, agiria em cada um de seus pontos, e terminaria não sendo mais percebido como poder de alguns sobre alguns, mas como reação imediata de todos em relação a cada um. De outro, um funcionamento compacto do poder de punir: ocupação meticulosa do corpo e do tempo do culpado, enquadramento de seus gestos, de suas condutas por um sistema de autoridade e de saber; uma ortopedia concertada que é aplicada aos culpados a fim de corrigi-los individualmente. (p.129)

Além da vigilância, o segundo dos instrumentos simples e eficazes da disciplina é a sanção normalizadora. Ela consiste em um sistema de micropenalidades que funciona aliada aos sistemas disciplinares, com “suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento” (p.175) que ao mesmo tempo em qualifica comportamentos e desempenhos tipos como bons ou maus, permitidos ou proibidos – distribuindo esses em polos positivos ou negativos – também corrige e reduz os possíveis desvios.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora. (2014b, p.175)

Essas punições disciplinares são sutis, não se utilizam de castigos severos, mas priorizam castigos da ordem do exercício, bem como o aprendizado multiplicado e muitas vezes

repetido. Ela treina os corpos, reforçando a sua lógica através do exercício. Aquele aluno indisciplinado será obrigado a copiar o exercício inúmeras vezes em seu caderno. Faz funcionar também um mecanismo de gratificação-sanção no qual o professor deve evitar usar castigos físicos, mas ao contrário deve investir em recompensas para que os preguiçosos ou indisciplinados sintam-se engajados pelo desejo de serem recompensados. Há também as classificações, que trazem consigo a dupla função de marcar os desvios, os maus comportamentos ao mesmo tempo em que qualificam e hierarquizam as qualidades, competências e aptidões.

Em suma, a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é o mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto — que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a “natureza” dos indivíduos. (...) compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza” (FOUCAULT, 2014b, pp.179 e 180)

A disciplina, porém exige um registro contínuo atuando diretamente sobre o indivíduo, garantindo “a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo” (Foucault, 1979, p.107). Essa técnica disciplinar é o exame. O exame insere o indivíduo em uma série de documentos, dando a esse corpo a visibilidade necessária para o efetivo exercício do poder. Ele é um instrumento de poder em constante aperfeiçoamento, ligado aos saberes médicos, psicológicos, pedagógicos dentre outros que investigam esses corpos em suas minúcias e detalhes. Esse é o mecanismo que favorece os registros e os processos de documentação e identificação de cada movimento desse corpo, tornando-o passível de análise. É também a partir do exame que se pode comparar indivíduos normais e anormais, ajustados ou desviados, classificando-os em grupos e atribuindo-lhes status de bons ou maus, recuperáveis ou não-recuperáveis. A partir do exame o indivíduo terá a sua existência fragmentada, esmiuçada, detalhada, e seu corpo marcado por processos de classificação e objetificação sendo, portanto, “um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (FOUCAULT, 2014b, p. 181). Foucault também afirma que:

O exame faz também a individualidade entrar num campo documentário: seu resultado é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se constitui ao nível dos corpos e dos dias. O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária (2014b, p. 185).

Saberes médicos e psicológicos se acumulam aos jurídicos para legitimar os mecanismos de poder disciplinar e produzir documentos que classificam, medem, distinguem e hierarquizam, sendo estes agentes importantes da prática do exame. Há, segundo Foucault (2014b) “todo um novo regime de verdade e uma quantidade de papéis até então inéditos no exercício da justiça criminal. Um saber, técnicas, discursos científicos que se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir” (p. 26). Foucault mostra que o poder não age apenas em seu sentido negativo, que visa reprimir, impedir, excluir, suprimir, mas ele está ligado a toda uma série de discursos científicos e úteis que o sustentam.

A constituição do indivíduo disciplinado se dá sob esse pano de fundo. É na sociedade disciplinar que é possível pensar na individualidade, sempre ligada ao binômio norma e desvio. O indivíduo é, portanto, constituído como resultado de toda uma malha microfísica de poderes que criam identidades pessoais e grupais, e que igualmente determinam o seu lugar, em meio a padrões que vão do normal ao patológico. O corpo passa a ser investido de inúmeros saberes que garantirão a sua vigilância permanente e a sua adequação aos padrões de normalidade. Podemos concluir que o conceito de identidade em Foucault não deve ser entendido como algo natural, mas construído.

Não há, para Foucault uma neutralidade da ciência, tampouco uma objetividade ou uma universalidade. Saber e poder se entrelaçam em um campo político de forças, onde o poder produz saberes específicos e o saber produz novas relações de poder. Revela, portanto, a intencionalidade dos saberes e da própria ciência. Foucault investiga os dispositivos que produziram as verdades que hoje compreendemos como tais e deram a determinados documentos status de legitimidade. O filósofo se interessa por determinado campo fértil no qual algo se constitui como verdade.

É no interior das instituições que o exame faz pulsar seus rituais, métodos, suas classificações e notas. Nas famílias, nas escolas, nas fábricas, nos hospitais, nos manicômios e nas prisões há uma organização específica do espaço, dos corpos e dos mecanismos de avaliação e medição que servem à disciplinarização. O poder disciplinar, portanto, constitui-se como um mecanismo eficaz de esquadramento do tempo e espaço, de vigilância permanente e de registro de informações.

Na família, crianças e jovens se disciplinam a partir da certeza de estarem sendo observados em seus comportamentos. As famílias, nessa conjuntura, são importantes dispositivos de disciplinarização dos corpos, uma vez que é em seu cerne que são produzidos indivíduos normais ou desviantes. A partir de padrões de normatizações são definidos os papéis

sociais: o que é ser uma “boa mãe”, um “bom pai” e um “bom filho” ou o que é ser uma mãe, pai e filho desviantes. O poder incide sobre esses corpos produzindo corpos sujeitados à norma.

Nas escolas a disposição do espaço e a organização do cotidiano também servem à disciplina – as carteiras em fileiras para melhor visualização os alunos, a separação por series, a categorização dos alunos, as avaliações periódicas. Os movimentos são esquadrihados, calculados, medidos, avaliados, ininterruptamente, produzindo dados importantes à disciplinarização: “o exame permite ao mestre, ao mesmo tempo em que transmite o seu saber, levantar um campo de conhecimentos sobre seus alunos (Foucault, 2014b, p.183). Este exame é o que permite ao mestre classificar e medir os alunos com alto rendimento e distingui-los daqueles com baixo rendimento. A partir de provas que indicam seu desempenho os alunos são avaliados e se autoavaliam suficientes ou insuficientes. O poder se manifesta, portanto, não apenas na vigilância permanente, mas também na produção de conhecimento sobre esses corpos e na produção de corpos produtivos, docilizados e úteis.

Nas fábricas os operários são esquadrihados, divididos, de forma a realizarem os seus trabalhos no menor tempo possível. Cada operário fica responsável por uma etapa do processo produtivo e nesta produção sequencial se buscam formas mais eficientes de produção. Há uma nova lógica que ao mesmo tempo disciplina e gera conhecimento sobre os corpos, tornando-os produtivos para o trabalho. A psicologia do trabalho trata de respaldar e criar testes de aferição da normalidade desse trabalhador.

Os hospitais, antes ocupados por sacerdotes e religiosos passam a ser gradativamente espaços ocupados por práticas médicas. Espaços esses onde se começa a observar práticas de exame, como anotações de dados do doente, diagnóstico, prescrições, entradas e saídas, tempo de visita, registros documentais. Foucault (1979) aponta para o:

o aparecimento de uma disciplina hospitalar que terá por função assegurar o esquadrihamento, a vigilância, a disciplinarização do mundo confuso do doente e da doença, como também transformar as condições do meio em que os doentes são colocados. Se individualizará e distribuirá os doentes em um espaço onde passam a ser vigiados e onde seja registrado o que acontece; ao mesmo tempo se modificará o ar que respiram, a temperatura do meio, a água que bebem, o regime, de modo que o quadro hospitalar que os disciplina seja um instrumento de modificação com função terapêutica. (pp. 107 e 108)

Nos manicômios, bem próximo à lógica prisional, os internos são mantidos em espaços reservados, onde seus corpos são observados por médicos, psicólogos e outros profissionais que garantem que a lógica disciplinar se exerça. O louco passa a ser visto como doente mental, incapaz de escolher, julgar ou arbitrar por si mesmo e que precisa de cuidados específicos. Já a doença é entendida como objeto que se pode observar, descrever, comparar, classificar e medir. O tratamento da loucura se dá por um viés da tutela e da custódia.

As prisões são locais isolados, com muros altos com cercas à volta, nos quais qual a distribuição do espaço se dá em celas, locais em que se isolam os corpos dos presos e que estes podem ser observados e disciplinarizados. A rotina de alimentação, banho, banho de sol é determinada de acordo com uma lógica disciplinar de esquadramento do tempo e espaço.

Bem como explicitado acima, Foucault compreende que os indivíduos são produzidos pelo próprio poder e caracterizados como “bons” ou “maus” a partir de critérios normalizadores específicos que constroem a própria noção de indivíduo e de coletividade. Entendemos que bem como o binarismo normal-anormal está situado no campo das produções, também o está a noção de jovem “normal” e de jovem “desviante. A produção dessas normas visa a domesticação, submissão e domesticação dos corpos, porém alguns deles ainda assim escapam à normalização. A normalização é o que define determinadas condutas e comportamentos como “socialmente aceitos” enquanto outros como condenáveis. Institui um padrão a ser alcançado e uma escala que hierarquiza e quantifica a capacidade de cada um, ao mesmo tempo traça em sua fronteira os parâmetros que caracterizam a anormalidade, o fora, o que escapa. Portanto, ela define o campo normativo e depois opera selecionando e identificando os sujeitos normais ou anormais, saudáveis ou doentes, bons ou maus. Nesse espectro também definem quais os corpos que podem perturbar a ordem, para separá-los, corrigi-los ou excluí-los.

Trazendo este debate para os jovens moradores de favelas, entendemos que os dispositivos disciplinares identificam estes corpos como corpos alheios à norma. Isso porque estes jovens, de fato, escapam ao campo normativo. Em alguns casos não estudam ou trabalham, não estão se profissionalizando; em última instância não estão atendendo às demandas de docilidade e utilidade. Esses jovens que não atendem à norma são vistos como anormais, desviantes, como um problema em si mesmo e dotados de uma identidade própria. Identidade essa tida como violenta, perigosa e marginal.

Porém, durante o trabalho do grupo focal pudemos observar que estes jovens escapam em vários sentidos ao que o que foi instituído normativamente sobre eles. Essas verdades e normatividades – que pretendem definir quem eles são – não são suficientes para abarcar a complexidade de seus pensamentos, sonhos e questionamentos acerca das violências e preconceitos que incidem sobre seus corpos.

Quando o jovem diz que no filme *Cidade de Deus* (2002) “Eles não mostram muito realmente o lado do trabalhador e do estudante aqui na Cidade de Deus. Porque aqui normalmente muitas vezes que ocorrem tiroteios, a gente não consegue sair daqui, porque é perigoso.” (GF, p.88) eles estão afirmando que a violência não está contida na identidade do

jovem morador dali, mas que ele vivencia os efeitos de uma política de violência na favela. Ele também quebra essa norma quando diz que o único personagem que ele se sente identificado é um personagem que é morto pela polícia sem ter culpa.

Quando uma jovem comenta “O Zé pequeno era mais claro e o Mané galinha ele era bem mais escuro. (...) E aí eu fiquei pensando: Por que, se ele era claro, no filme ele tinha que ser o mais escuro do filme? (...) O cara é o ruim, aquele que você tem que olhar e tem que ser o ruim, tem que ser o mais brabo do filme, tem que ser o mais escuro, tem que ser o negro? E como que isso representa o jovem da favela?” (GF, p.89) isso nos mostra que estes jovens também estão pensando questões referentes ao racismo e não são jovens alheios, que não tem pensamento crítico. Quando outra jovem afirma “eles estavam usando droga e as crianças olhando (...) Eu achei aquilo o cúmulo.” (GF, p.91) ela expõe a indignação desses jovens com a exposição das crianças às drogas e o seu não consentimento com essa prática.

Essa realidade que eles vivem parece muito mais plural do que o que a norma nos permite ver. Portanto, essa normalização da vida precisa ser questionada, uma vez que está comprometida em produzir corpos submissos, domesticados e governáveis, mas sempre haverá corpos subversivos à norma. E são os anormais, os insubordinados, os não adaptados são aqueles que nos ajudam a questionar esses padrões identitários que a norma produz e depois compara e exclui.

3.2 A PROBLEMATIZAÇÃO DA IDENTIDADE EM BUTLER

Nessa mesma perspectiva, Butler (2018) traz uma crítica à concepção de identidade ao tratar os temas do gênero e do feminismo. A filósofa problematiza conceitos naturalizados como homem/mulher, masculino/feminino evidenciando o binarismo existente na sociedade heteronormativa. Segundo a autora, a matriz heteronormativa se utiliza de argumentos biológicos, religiosos e políticos para determinar padrões a serem seguidos por homens e mulheres. A forma de falar, as ações, os gestos, os comportamentos, as formas de pensar e perceber são em Butler expressões performáticas das normatizações que definem cada gênero. Estamos, pois, partindo do pressuposto de que as identidades são constituídas discursivamente. Não há algo natural na mulher em querer ter filhos, casar e cuidar da casa, mas sim um conjunto de gestos repetitivos que cristalizam essas verdades sobre o gênero feminino.

Ademais, vale destacar que todos os comportamentos e práticas que fogem à norma são vistos como “abjetos”, “anormais”, não aceitos ou reconhecidos pelos ideais normativos. O gênero não seria algo natural ou reflexo do sexo biológico, mas sim a forma como determinada

cultura organiza formas de ser e estar no mundo. Portanto, não haveria uma essência biológica que determinaria que as mulheres exercessem funções maternas e os serviços domésticos e os homens p sustento da casa. Esses padrões são construídos e definidos por uma cultura heteronormativa.

A noção de que pode haver uma “verdade” do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes. A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” — isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. (BUTLER, 2018, p.44)

Ao afirmar que a verdade sobre o sexo é construída, Butler rompe com a naturalização do conceito de gênero e traz à tona a questão do gênero ser culturalmente constituído e criado a partir de uma matriz heteronormativa compulsória (Irigaray, 1985), que define práticas sexuais, desejos, formas de pensar e agir como corretas ou desviantes. Em Butler (2017) as categorias normativas, portanto, trazem consigo a problemática do enquadramento: se por um lado as normatizações enquadram o que é foco de seu olhar e definem o normal ou saudável, por outro determinam o que está de fora, o que escapa ao quadro e atribuem-lhe o status de anormal, patológico ou irrepresentável. Segundo a autora o poder, ao definir práticas que seriam tidas como normais ou anormais ou relativas aos homens ou às mulheres molda esse corpo, relegando a “falhas de desenvolvimento” ou “impossibilidades lógicas” aqueles corpos e práticas que não se adequam aos padrões culturais identitários.

As categorias normativas circunscrevem o campo subjetivo, determinando “o que é”, “o que não é” bem como os próprios limites dessa identidade. De certa forma cristalizam essas identidades como “naturais”, relegando ao esquecimento os processos que a constituíram, o que leva certa dificuldade de compreendermos a própria identidade como um efeito desse poder. Butler entende que a categoria identidade reafirma as regras produzidas por um campo normativo, contribuindo para a manutenção das estruturas de poder. Esses discursos e práticas alinhadas a eles assumem um caráter político, uma vez que só se é incluído quem é reconhecido. Ou seja, tudo aquilo que foge à normalidade torna-se estranho, marginalizado e de difícil inserção no meio social.

Porém, esses corpos continuam a proliferar e essa “persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de

inteligibilidade” (BUTLER, 2018, p.44) bem como dá a oportunidade de disseminação de “matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero.” (BUTLER, 2018, p.44). Para a filósofa, o sujeito não estaria dado a priori, tampouco haveria algo de essencial ou natural sobre o seu corpo. Esse sujeito-em-processo estaria envolvido em um campo discursivo, imerso em jogos de poder que o constituem como tal, assim como destacamos em Foucault. Seria ele um construto performativo – não é algo que se é, mas algo que se faz – e, então, busca trazer à tona as estruturas discursivas de poder por trás das cristalizações que produzem identidades e criam uma aparente naturalização.

Essa mesma desnaturalização da identidade pode ser estendida para a questão dos jovens moradores da Cidade de Deus. Em seus estudos, a filósofa traz à tona que “a ‘coerência’ e a ‘continuidade’ da ‘pessoa’ não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas.” (BUTLER, 2003, p.43). Seguindo o método genealógico em seu estudo sobre gênero, a autora se interessa por descobrir:

O que pode então significar “identidade”, e o que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes? Mais importante, como essas suposições impregnam o discurso sobre as “identidades de gênero? (BUTLER, 2003, p.42)

Em sua indagação, a autora questiona se a categoria identidade não seria mais um ideal normativo, ou seja, se a identidade não seria, portanto, mais uma forma de normatizar e legitimar práticas reguladoras da vida.

Tal como Butler, que encara o gênero como algo performativo, que perpassa por práticas, ações, formas de pensar, modos de perceber, podemos pensar na construção subjetiva do jovem morador da Cidade de Deus não como algo que está dado ou que tem uma essência própria, mas como algo que se exerce, que se faz. Óbvio é, pois, que estamos partindo do pressuposto de que as verdades são constituídas discursivamente. Bem como não há algo natural na mulher em querer ter filhos, casar, ser dona de casa, entendemos que não há algo de natural sobre o morador da Cidade de Deus, mas sim processos de repetição que cristalizam verdades.

Durante o grupo focal observamos jovens moradores da Cidade de Deus reivindicando para si uma identidade diferente da que é mostrada pela produção cinematográfica. Nesta circunstância podemos perceber que apesar de haver um reconhecimento de que padrões identitários presentes no cinema não os representam, há uma reivindicação representativa que pode acabar se transformando em um novo modo de enquadramento identitário e normatização. Conforme observamos anteriormente, as normas são em sua própria estrutura, excludentes e

segregatórias, pois regulam o que está dentro do campo perceptivo como normal ou anormal. Nesse caso, reivindicar uma representação identitária não seria também estruturar normativamente este campo?

3.3 VIDAS PASSÍVEIS DE LUTO, ENQUADRAMENTO E REPRESENTAÇÃO

Em Quadros de Guerra, Butler (2017) propõe questionamentos acerca da dimensão ontológica da vida: o que é uma vida? Por que algumas vidas são passíveis de luto enquanto outras não? Que normas circunscrevem essa vida e determinam seu valor?

Para pensar a questão do reconhecimento do valor de uma vida, a filósofa traz à tona uma política normativa, que seleciona, classifica e diferencia o valor de cada vida, estabelecendo algumas como vidas dignas e vivíveis e outras como abjetas e descartáveis. Dessa forma, há vidas identificadas e reconhecidas como vidas e “há ‘vidas’ que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (p. 17) ou “algo que divide as populações entre aquelas pessoas por quem lamentamos e aquelas por quem não lamentamos” (p. 64). Evidencia, portanto, que o grau de inteligibilidade de uma vida não é dado aprioristicamente, mas é construído a partir de relações de poder, práticas discursivas e normativas.

Neste caso, compreende que o contexto de desumanização de determinados grupos se dá a partir dos enquadramentos normativos, que consideram alguns sujeitos como tais, relegando outros grupos – que permanecem fora do enquadramento do que é entendido como vida – a uma não possibilidade de reconhecimento de sua humanidade. Essas vidas as quais não reconhecemos como vidas não nos comovem, não são passíveis de luto, uma vez que estão vivas, mas não são consideradas como vidas. Dessa forma o reconhecimento de uma vida e o consequente enlutamento advindo de sua morte é distribuído de forma diferenciada e seletiva.

No capítulo “Tortura e a ética da fotografia: pensando com Sontag”, Butler (2017) analisa o contexto da guerra no Iraque, onde entende que as imagens apresentadas foram feitas sob um enquadramento com um propósito específico de regulação do campo visual. Dessa forma, os jornalistas incorporados às unidades militares concordaram em apenas transmitir notícias e perspectivas da guerra estabelecidas pelas autoridades militares e governamentais. Segundo Butler “a maneira pela qual respondemos à dor dos outros e se o fazemos, e a maneira como formulamos críticas morais e articulamos análises políticas dependem de certo campo de realidade perceptível já ter sido estabelecido” (2017, p.100) e neste caso específico este campo estava alterado pelo desejo da não exposição dos horrores da guerra ou de cenas de mortes e

torturas “com a justificativa de que isso minaria o esforço de guerra e colocaria a nação em perigo” (2017, p. 101-102)

A problemática que se faz presente é a deste quadro – já determinado previamente – não apenas retratar ou representar, mas produzir a realidade e interpretações possíveis sobre ela, que transmitem sentimentos específicos àqueles que os recebem. E não raro o enquadramento se dá sem que se evidencie o viés político ou a intencionalidade sob a qual esse quadro se constrói. O que é comunicado, bem como a maneira de seu comunicado nos faz criar uma linha interpretativa de pensamento e sentimentos acerca da mensagem que estão para além do nosso controle e a despeito de nossa vontade.

Ademais Butler (2017) nos adverte que a forma como a dor nos é apresentada afeta nossa resposta a ela e regula os nossos afetos e posicionamentos éticos. Esta omissão de determinados quadros da guerra – de forma a não gerar “sentimentos negativos” – deixa evidente que os enquadramentos se dão como efeitos do poder. Em última instância, determinadas guerras não nos geram comoção e determinadas vidas se tornam mais vulneráveis à violência.

Uma vez entendendo que este campo perceptivo pode promover certa comoção para algumas mortes e não para outras, entendemos que este enquadramento é sempre parcial e “algo ativo, que tanto descarta como mostra e, que faz as duas coisas ao mesmo tempo, em silêncio, sem nenhum sinal visível da operação” (BUTLER, 2017, p. 112).

Pensando no contexto da Cidade de Deus, várias narrativas já eram proferidas pelas mídias hegemônicas antes mesmo da produção *Cidade de Deus* (2002). Estes discursos de poder – ainda que muitas vezes de forma não intencional – hierarquizam, classificam e enquadram definem sobretudo quem é o jovem morador local. Eles representam tais jovens como violentos, traficantes de drogas, perigosos ao mesmo tempo em que – a partir de um quadro não evidenciado – mostram também a realidade da favela pelo viés único da violência. Este poder tem seus efeitos na comoção das pessoas sobre as mortes desses jovens. Uma vez que eles são reconhecidos como perigosos à sociedade, anormais ou não atendem ao estatuto normativo de “humanos” suas existências sequer são passíveis de luto. A sua condição, portanto, não se faz merecedora de cuidado e proteção ou digna de comoção. Quando Butler afirma que “antes dos acontecimentos e das ações representados dentro do enquadramento, há uma delimitação ativa, ainda que não marcada, do próprio campo e, assim, de um conjunto de conteúdos e perspectivas que nunca são mostrados, que não é permitido mostrar”(2017, p.113) me lembro que este campo da favela é delimitado como um campo de violência, ausências, faltas e que há outros campos, como os mostrados pelas mídias comunitárias anteriormente, por exemplo, que não são

mostrados por mídias que chegam à população. O poder organiza o imaginário coletivo e o próprio campo perceptivo, onde essas representações do jovem favelado surgem.

Da mesma forma como os discursos – investidos de poder – enquadram, classificam e hierarquizam a vida de mulheres, trans, gays, muçulmanos, eles também classificam as vidas dos jovens moradores de favelas como vidas que nunca contaram de verdade como vida. Por este motivo que tendemos a naturalizar as mortes de jovens moradores de periferias e favelas e sofrer pelas mortes de jovens brancos de classe média. Por esse motivo legitimamos a violência do Estado nas favelas. É, pois, muito importante evidenciarmos as estruturas de poder que distribuem o luto público de forma desigual e estabelece políticas de extermínio aos jovens negros moradores de favelas, uma vez que só podemos sentir comoção se esta dor for perceptível a nós:

O esquema interpretativo tácito que distingue vidas dignas das não dignas de consideração funciona fundamentalmente através dos sentidos, diferenciando gritos que podemos ouvir dos que não podemos, as visões que conseguimos enxergar das que não conseguimos, da mesma forma que acontece em relação ao tato e até mesmo ao olfato. A guerra sustenta suas práticas atuando sobre os sentidos, fazendo-os apreender o mundo de modo seletivo, atenuando a comoção diante de determinadas imagens e determinados sons, e intensificando as reações afetivas aos outros. (BUTLER, 2017, p.83)

A questão é, portanto, que possamos investigar e confrontar tais matrizes interpretativas que distribuem a vulnerabilidade e precariedade de formas desiguais e que nos levam a apreender e nos comover com essas vidas também de formas desiguais. Para Butler (2017) enlutar-se publicamente está conectado com o sentimento de indignação ou de perda irreparável, o que possui um enorme potencial de questionamento da ordem e da norma.

Este trabalho buscou o olhar para esse campo de tensionamentos fluido, permeado por abalos, surpresas, onde há sempre algo que vaza para fora das molduras e que nos apresenta outras formas de subjetivação, matizes outras, desordens que põe em xeque a ordem e a norma. Pois entendemos, apoiados em Butler (2017) que o ato de enquadrar, de produzir molduras e de normatizar o que é vida ou não é sempre acompanhado de perto pelo seu próprio fracasso. Em outros termos, que quando uma moldura é criada, necessariamente são deixadas de fora inúmeras figuras vivas que anunciam o próprio fracasso estrutural da política de enquadramento. Com efeito, há sempre algo que escapa, um resto da operação de emoldurar que um quadro sempre deixa para trás.

Ora, as próprias operações normativas não conseguem se dar de modo determinista na medida em que constantemente os dados normativos são interrompidos e substituídos por outros. Trata-se, no enquadramento, de um trabalho que nunca finda, sendo este um limite próprio a toda e qualquer produção normativa. De fato, qualquer tentativa de cristalizar uma

determinada representação ou identidade sempre será rompida pelas próprias brechas que elas produzem, sendo este autorrompimento parte necessária da definição de qualquer proposta de representar, enquadrar ou emoldurar algo. Conforme tais brechas vão necessariamente aparecendo, vão surgindo novas maneiras de enxergar a realidade.

Aliado a isso, faz-se necessário, por fim, trazer alguns questionamentos ligados ao conceito de representação em Butler (2018). No contexto do feminismo, a autora considera o termo representação polêmico pois ao mesmo tempo em que a representação “busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; por outro lado, a representação é a função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria mulheres” (p.18). Ou seja, a representação estabeleceria a priori os critérios a partir dos quais os sujeitos seriam reconhecidos como tais e constituiria os sujeitos que supostamente seriam emancipados e libertos pela política representacional. Fato é que a construção política do sujeito do feminismo “procede vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas” (p.19)

Como dissemos anteriormente, Butler (2018) problematiza o conceito de identidade quando fala sobre a categoria “mulheres”, sujeito do feminismo. Ela entende que as teorias feministas que questionaram a naturalização do sexo feminino e que compreenderam a mulher como um ser construído culturalmente, por sua vez, também entendiam o gênero através de uma lógica binária. Neste sentido, só concebiam dois gêneros sociais – homem e mulher – o que, por sua vez, poderia produzir os mesmos efeitos naturalizantes das concepções que elas pretendiam questionar. A filósofa questiona o conceito de “identidade de gênero”, que embasa o movimento feminista – e, segundo ela também esconde por trás de si a pretensão de expressão da essência verdadeira do sujeito mulher. Portanto, em sua teoria, ela considera que não há a possibilidade de recorrermos “a um corpo que não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais” (p.29) ou a um gênero como interpretação cultural de um sexo dado aprioristicamente. Haveria sim um aparato de produção mediante o qual sexo e gênero são estabelecidos, “de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula” (p. 27). Butler desmonta, portanto, a base das teorias feministas, quando entende que gênero não tem uma identidade estável ou inalterável, mas, bem como o sexo, também é produzido, construído a partir de postulados normativos:

Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são performativos, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se

revelaria uma ficção reguladora. O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória. (BUTLER, 2018, p. 243 e 244)

Nesses termos, a autora afirma que a matriz heteronormativa se mantém a partir da repetição de atos, gestos, atuações, signos, enunciados e representações que reforçam a construção dos corpos e modos de expressão masculinos e femininos tais como nós os percebemos. Portanto, não haveria uma “identidade feminina” pela qual devemos lutar ou que deve ser representada, defendida e emancipada pelo movimento feminista. Neste sentido, o conceito de representação também se faz problemático pois está pautado em uma identidade inexistente.

sem um conceito unificado de mulher ou, minimamente, uma similaridade de tipo familiar entre os termos relacionados pelo gênero, a política feminista parece perder a base categórica de suas próprias afirmações normativas. Quem constitui o ‘quem’, o sujeito para o qual o feminismo busca uma libertação? Se não existe sujeito, a quem vamos emancipar?10 (BUTLER, 1998. p. 33-44).

Ora, como é possível representar indivíduos, sendo esses sujeitos só reconhecíveis quando em conformidade com padrões de inteligibilidade do gênero? Como se constrói a categoria de “feminino universal”? Não partiria essa identidade sempre de uma perspectiva majoritária, que define os limites da mulher que se quer representar? Para a autora:

Os domínios da “representação” política e linguística estabeleceram a priori o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida. (...) As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos — isto é, por meio de limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo “proteção” dos indivíduos relacionados àquela estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha. Porém, em virtude de a elas estarem condicionados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas. Se esta análise é correta, a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como “o sujeito” do feminismo e em si mesma uma formação discursiva é efeito de uma dada versão da política representacional. E assim, o sujeito feminista se revela discursivamente constituído —, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação. (BUTLER, 2018, p.18 e 19)

Da mesma forma como a afirmação de “O feminismo representa as mulheres politicamente” é questionável – pois podemos indagar “de que mulher você está falando?” – também o é qualquer representação que se faça sobre o jovem morador da Cidade de Deus. Conforme a citação acima, qualquer representação está ligada a um conjunto de normas que define qual sujeito é passível de ser representado em um dado campo e, no caso do jovem

também podemos perguntar: “De que jovem você está falando?”. A representação define, a partir de uma identidade, o sujeito a ser representado e fica fora deste domínio normativo toda a multiplicidade subversiva desse sujeito.

A representação trata, pois, em Butler (2018) de uma ficção. Uma construção discursiva e cultural que faz funcionar os postulados e discursos de poder. A ideia de representação parte de um sujeito ao qual ela deve ser submetida – sujeito fixo, determinado, original. Porém, conforme já falamos anteriormente, esse sujeito é sempre construído no discurso e no constructo performativo.

Portanto, a representação é uma faca de dois gumes: por um lado ela é a visibilidade do jovem da favela enquanto sujeito, por outro ela reitera um discurso normativo sobre esse corpo e determina que jovem é esse. Os domínios da representação estabelecem a priori os critérios normativos a partir dos quais esses jovens podem ser identificados e reconhecidos como sujeitos. Ou seja, as táticas normativas criadas, mantidas e reproduzidas pelo poder produzem o jovem “normal”, passível de representação, conformado e coerente com a norma. Caso estes fujam à norma, ao que deles é esperado, são considerados seres abjetos, incoerentes, incompatíveis com a “humanidade” pré-estabelecida e, portanto, não passíveis de luto. A representatividade e projetos de visibilidade de minorias sociais seriam engodos da normatividade. Não poderiam o filme *Cidade de Deus* (2002), tampouco a mídia comunitária *CDD Acontece* (2011) representarem estes jovens uma vez que a problemática estaria no próprio conceito de representação. E ambas produzem, em alguma medida, a própria realidade de quem é o jovem da Cidade de Deus, e também interpretações sobre esses jovens, deixando a margem outros tantos que estão fora de seus limites representativos.

Desse modo, compreendemos que não há como representar sem que se estabeleça limites para o representável. A representação nunca abarcará toda a diversidade que existe, mas será sempre partirá de um recorte de um sujeito passível de representação definido a priori. Conforme destacamos anteriormente a representação funciona como uma moldura e a moldura – mesmo que quem a produza tenha boas intenções – ainda assim é um recorte da realidade. Neste caso, os sujeitos exibidos nessa moldura estão definidos a priori: ela já estabelece quem fica dentro ou fora do quadro. Quem seria esse jovem? O jovem que está envolvido no tráfico? O jovem estudante? O jovem trabalhador? O jovem que participa de projetos sociais? O jovem que frequenta o baile? É possível enquadrar essa pluralidade?

De fato, embasados em Butler há um problema conceitual da inexistência desse sujeito identitário ao qual o filme ou a mídia comunitária quer representar. Essa identidade essencial,

metafísica não existe. E traçando um paralelo com a questão de gênero levantada pela autora, entendemos que o poder disciplinar produz corpos favelados reprimidos e se dispõe a representá-los na luta contra a própria opressão. Entendemos que esse corpo excluído é produzido pelo próprio poder que promete emancipá-lo, tornando-se esse um mecanismo muito sutil de eficácia do poder.

Não é possível separar o corpo da normatividade que incide sobre ele. Não é possível separar o corpo favelado do discurso que afirma a sua violência, o seu perigo e a sua exclusão. O poder o torna abjeto, causa de repulsa, desprezível. E em outra mão, se coloca disponível a representá-lo para a sua própria emancipação. O poder fixa formas rígidas, fronteiras entre “bom” e “mau”, “normal” e “desviante”, exclui, segrega e depois se propõe a “reintegrar” algo que ele próprio excluiu. Seres, corpos favelados que não se conformam à norma estão relegados à marginalidade.

Por fim, ainda que, em suas falas, os jovens do grupo focal tenham expressado o desejo de terem suas realidades representadas no filme, vemos que há uma impossibilidade dessa representação. Ela sempre deixará algo à margem. E ainda que tenham manifestado que a mídia comunitária *CDD Acontece (2011)* os representaria de forma mais “fidedigna”, entendemos que esta mídia também o faz a partir de um recorte, sempre limitado e parcial: uma moldura. Entendemos, que em alguma medida a reivindicação de uma identidade, bem como de uma representação de “quem é o jovem morador da Cidade de Deus” pode se configurar como mais uma tentativa de normatização e cristalização identitária. Porém, ao mesmo tempo, compreendemos a identificação desses jovens com a mídia comunitária – até porque quando acessamos junto aos jovens a página do Facebook do *CDD Acontece (2011)*, esses mesmos jovens estavam ali, sendo entrevistados por Carla Siccos em um vídeo contando sobre o projeto Sagaz Juventude Política. Eles não representados por outros jovens, mas eram eles mesmos ali na tela. Ali estão eles, os pais, os vizinhos, os conhecidos – o que, de certa forma, produz essa identificação maior com a realidade cotidianamente vivenciada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ajudamos a controlar as crianças inquietas na escola, a melhorar a disciplina, a controlar a sexualidade; contribuímos com nosso saber para asilar os loucos, as prostitutas, os desempregados; ajudamos a ocultar a produção das desigualdades sociais justificando-as como diferenças individuais; criamos instrumentos de seleção e categorização; [...] construímos exclusão de minorias através da concepção de patologia nas condutas. Apresentamos como necessária e normal a constituição da família burguesa das camadas médias e condenamos as famílias das camadas de baixo poder aquisitivo à patologia; fizemos do homem branco, europeu, heterossexual, das camadas médias o modelo da normalidade. [...] Justificamos e reafirmamos a normalidade das condutas das camadas dominantes, apresentando-as como naturais. Retiramos dessa natureza o conceito de normalidade. Enfim, tornamos normal o que é dominante. Esse tem sido nosso compromisso social. (Bock, 2001 apud BRASIL, 2007, p. 11)

O saber é objeto de luta. O saber científico traz consigo – ainda que de forma implícita ou não evidente – o desejo de transformar ou conservar algo. E foi o desejo de transformar que me motivou a escrever este trabalho. Foi através da produção acadêmica que encontrei uma forma de fazer ecoar as vozes de jovens que trouxeram diversidade, curiosidade e complexidade ao meu olhar. E sinto, como psicóloga e pesquisadora, que tenho um dever ético-político de pensar “fora da caixa” e de promover reflexão sobre temas que naturalizamos.

Entendo que nesta sociedade capitalista e cada vez mais organizada em torno do neoliberalismo – onde a alguns corpos que não atendem à docilidade e utilidade do capital é negado o direito de viver – este trabalho se faz um ato de resistência. Estamos constantemente em luta. Em luta pela liberdade. Não falo de uma liberdade transcendental, tampouco de uma liberdade concedida pelo aparato jurídico-político que cerceia os próprios limites da liberdade. Mas, ao contrário, falo de uma liberdade experienciada, que nos permite questionar as políticas de verdade e oferecer alguma resistência ao que está instituído. Liberdade essa que se dá na experiência, no cuidado de si e do outro, no encontro com o outro, na transformação de si e do mundo. Liberdades possíveis no interior dos sistemas de verdades. Liberdades estas que nos demandam pensamento, reflexão e transgressão, além do questionamento das normatividades e do sistema de verdades que se pretendem universais. Mas é possível a constituição de um sujeito sem sujeição? É possível ser livre quando somos a todo tempo investidos por técnicas de subjetivação fabricadas?

Não consigo chegar a uma conclusão, mas entendo que em Foucault e Butler sempre há um ponto de escape ao poder. Há sempre uma resistência aos domínios do poder. Há sempre possibilidade de vida para além das coerções, ameaças, persuasões e violências. Talvez essas liberdades estejam na nossa capacidade ético-política de nos indignar, de nos colocarmos no

mundo como seres disponíveis à invenção, à criação, à afirmação do novo, ainda que entendamos que é nesse mundo de assujeitamento que nos constituímos como sujeitos. São nessas resistências, nessas lutas pontuais que acredito que podemos criar modos de vida outros para além das normalizações.

Creio que aqui empresto a minha escrita para pensarmos a questão das representações e identidades que classificam e diferenciam os nossos corpos. Que identificam o meu corpo como normal, segregando corpos favelados à violência, à força policial, às instituições carcerárias ou à morte. Em outras palavras, busquei com esse trabalho tornar evidentes as normalizações que incidem sobre o corpo do jovem favelado e os enquadramentos que não nos permitem reconhecer a sua humanidade e as suas vidas como vidas passíveis de luto. E se pudermos reconhecê-los como vidas, creio que poderemos também sentir que houve uma perda quando estes são assassinados. E eles são assassinados diariamente e sequer lembramos seus nomes. A nossa proposta ética se dá no sentido de questionar a normatividade que circunscreve esse corpo criminalizado e que cerceia o nosso campo perceptivo sobre esse jovem, de forma a determinar o seu futuro enquanto marginal, perigoso, inimigo. Apostamos numa escuta atenta às vozes desses jovens, através do grupo focal e percebemos a pluralidade, complexidade e potência em suas falas. Percebo ao final desse trabalho que nem o cinema, tampouco a mídia comunitária, conseguiriam representar totalmente esses jovens.

Hoje, enquanto escrevo esse trabalho, outros tantos jovens estão nas favelas vivenciando as mais diversas opressões, violações, exclusões. Muitos sofrem. Outros tantos precisaram naturalizar a violência e se dessensibilizar para continuar vivendo.

Entendo que se faz necessário assumir um dever ético-político de construir outros modos possíveis de afeto, de interpretação e comoção com essas vidas. O que o pesquisador pode, a partir de sua curiosidade com o tema é ensaiar novos possíveis, experimentar, inventar práticas de escuta e liberdade. É fazer surgir novos encontros do saber acadêmico com vozes tradicionalmente silenciadas pelas práticas disciplinares e, além disso, possibilitar que outras pessoas ouçam essas vozes que tendemos a criminalizar.

Procurei aqui fazer reflexões acerca do tema sem esquecer que este trabalho também é um ato de enquadramento da realidade. Este estudo pretende questionar e abrir o campo a mais perguntas, não a fechá-lo em respostas prontas. Entendo que os discursos habitam os corpos, perpassam esses corpos, se acomodam nesses corpos e ali produzem seus efeitos de poder e que podemos, a partir desse trabalho, pensar e questionar os saberes instituídos e as produções

identitárias. De certa forma, abrir espaço para olharmos para esses jovens de outra forma, com um olhar não normativo, mas complexo e plural.

REFERÊNCIAS

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Ipea/ FBSP, 2018.

BANDEIRA, D., SOARES, A., ROCHA, M. Meios de comunicação comunitários fortalecendo a voz da comunidade. In: **A notícia por quem vive**, Rio de Janeiro, p.06 e 07, Outubro de 2010.

BARROS, Manoel de. **Gramática expositiva do chão (Poesia quase toda)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2ª ed. 1990.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Conselho Federal de Psicologia. **Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro**. Brasília: 2007.

BRITO, R. A verdadeira história e como surgiu a Cidade de Deus. **Jornal CDD - A Notícia por quem vive**. Publicado em 26 mai. 2011. Disponível em: <https://cddvivejornal.blogspot.com/2018/06/em-construcao-5-nosso-povo-linda-gente.html>. Disponível em: <http://cidadededeus-rosalina.blogspot.com/2011/05/verdadeira-historia-da-cidade-de-deus.html>. Acesso em: 7 jan. 2019.

BUTLER, J. "Merely Cultural." NLR, I/227, Jan./Feb. 1998. p. 33-44.

_____. 1992. O livro do qual o ensaio de Judith Butler faz parte é uma compilação de quatro dos sete ensaios do livro original **Feminism/postmodernism**, publicado por Routledge (Nova York e Londres, 1990). Tradução para o espanhol de Mária Averbach: "Sin un concepto unificado de mujer o, mínimamente, una similaridad de tipo familiar entre los términos relacionados por su género, la política feminista parece perder la base categórica de suas propias afirmaciones normativas. ¿Qué constituye el 'quién', el sujeto, para el que el feminismo busca la liberación? Si no hay sujeto ¿qué vamos emancipar ?" (p. 78-79).

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade/** 16ªed.Judith Butler; tradução, Renato Aguiar. – 16ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANDIDA, S.; DE LIMA, L; BOERE, N. A Cidade de Deus pelos olhos de Giuseppe Badolato. **Jornal O Globo**. Publicado em 04 nov. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/design-rio/a-cidade-de-deus-pelos-olhos-de-giuseppe-badolato-20586716>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CDD Acontece. A Escola de Música e Cidadania da Agência do Bem oferece os seguintes CURSOS GRATUITOS para crianças e jovens de 7 a 17 anos. Rio de Janeiro, 8 fev 2018. Facebook: **CDD Acontece**. Disponível em: <https://www.facebook.com/cddacontece/posts/1451893618269612/>>. Acesso em: 07 jul 2020.

_____. Agora de manhã, uma jovem identificada como Bianca Regina Oliveira de 19 anos, foi baleada na cabeça enquanto dormia em seu barraco no Brejo. Rio de Janeiro, 25 maio 2020. Facebook: **CDD Acontece**. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/cddacontece/photos/a.384700828322235/2789822751143352/>>.
Acesso em: 05 Jul. 2020.

_____. Alerta de roubos na comunidade: Se você tem automóvel e não tem garagem, cuidado. Estão roubando chicotes (conjunto de fios que liga o carro). Rio de Janeiro, 06 abr 2019. Facebook **CDD Acontece.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/211611445631175/videos/709547289443361/>>. Acesso em: 07 de jul 2020.

_____. #Atenção. Intenso tiroteio acontecendo neste momento na comunidade. Caveirão circulando. Rio de Janeiro, 10 nov 2017. Facebook: **CDD Acontece.** Disponível em: <https://www.facebook.com/cddacontece/posts/1367941723331469?comment_id=1369618119830496&comment_tracking=%7B%22tn%22%3A%22R0%22%7D>. Acesso em: 07 jul 2020.

_____. Aula aberta: Produção Cultural nas periferias a partir da poesia. Rio de Janeiro, 01 nov 2019. Facebook: **CDD Acontece.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/cddacontece/photos/a.384700828322235/2353956758063289/>>. Acesso em: 05 Jul. 2020.

_____. Aulas de música gratuitas na Cidade de Deus. Rio de Janeiro, 8 fev 2018. Facebook: **CDD Acontece.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/cddacontece/photos/a.211621495630170/1451893618269612/>> Acesso em: 05 Jul. 2020.

_____. Auxílio Emergencial: quem terá direito e como vai funcionar a ajuda de R\$600 para trabalhadores informais. Rio de Janeiro, 04 abr 2020. Facebook: **CDD Acontece.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/cddacontece/photos/a.384700828322235/2673892496069712/>>. Acesso em: 05 Jul. 2020.

_____. Aviso Importante. Rio de Janeiro, 19 mar 2020. Facebook: **CDD Acontece.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/cddacontece/photos/a.384700828322235/2640330722759223/>> . Acessado em: 05 jul 2020.

_____. Bom dia! Mais uma vez , nosso atleta paralímpico Washington Junior irá representar a Cidade de Deus fazendo parte da equipe Paralímpica Brasileira de Atletismo em três competições pela Europa! Rio de Janeiro, 11 jun 2018. Facebook: **CDD Acontece.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/cddacontece/photos/bom-dia-mais-uma-vez-nosso-atleta-paral%C3%ADmpico-washington-junior-ir%C3%A1-representar-1572543442871295/>> Acesso em: 08 jul 2020.

_____. Casa Dona Amélia. Rio de Janeiro, 14 nov. 2019. Facebook **CDD Acontece.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/211611445631175/videos/1462660313889780>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

_____. Cursos de Capacitação Gratuitos - Capacitação Leny da África. Rio de Janeiro, 07 jun. 2020. Facebook: **CDD Acontece.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/cddacontece/photos/a.384700828322235/2821476287977998/>>. Acesso em: 05 Jul. 2020.

_____. Desaparecidos e Aparecidos. Rio de Janeiro, 23 mar 2020. Facebook: **CDD Acontece**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cddacontece/photos/a.605065322952450/2648979868560975/>>. Acesso em: 05 Jul. 2020.

_____. Diariamente, a gente corre atrás de cursos para divulgar em nossa rede. Rio de Janeiro, 28 jan 2020. Facebook: **CDD Acontece**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cddacontece/photos/a.211621495630170/2536287813163515/>>. Acesso em: 07 de Jul 2020.

_____. Festa Ligação Cultural. Rio de Janeiro, 07 nov 2019. Facebook: **CDD Acontece**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cddacontece/photos/a.211621495630170/2364572203668411/>>. Acesso em: 05 Jul. 2020.

_____. Live sobre um assunto sério com a Veronica Brasil para a Cidade de Deus: SURTO DE SÍFILIS NA COMUNIDADE. Rio de Janeiro, 02 jun. 2020. Facebook: **CDD Acontece**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/siccos/videos/3137638209591166>>. Acesso em: 05 Jul. 2020.

_____. O Posto de Saúde Hamilton Land infelizmente foi invadido por vândalos. Rio de Janeiro, 10 mar 2019. Facebook **CDD Acontece**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/211611445631175/videos/525027574687190/>>. Acesso em: 07 de jul 2020.

_____. Prefeitura do Rio de Janeiro essa é a escola Municipal Compositor Luiz Gonzaga, e essa enchente recorrente há anos é uma coisa que ninguém resolve. Rio de Janeiro, 08 abr 2019. Facebook: **CDD Acontece**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=308040316544504>>. Acesso em 08 jul 2020.

_____. Situação da Pantanal, Rua Ana Cristina César em frente ao Ciep Luiz Carlos Prestes. Rio de Janeiro, 10 abr 2019. Facebook: **CDD Acontece**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/211611445631175/videos/284492262468373/>>. Acesso em 07 jul 2020.

_____. Neste momento está acontecendo uma operação da Polícia no karatê, com Caveirão e helicóptero sobrevoando a área. Rio de Janeiro, 19 out 2016. Facebook: **CDD Acontece**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cddacontece/videos/1000837776708534/>> Acessado em: 06 jul 2020.

CDD VIVE. A notícia por quem vive: recontando a história da CDD, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://www.catarse.me/anoticiaporquemvive>>. Acesso em: 04 de Jul. de 2020.

DORNELLES, J. R. W. Globalização neoliberal, direitos humanos e a violência na realidade contemporânea. In: Valeria Forti; Yolanda Guerra. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social: Polêmicas, Debates e Embates**. 3a.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, v. 1, p. 9-209.

ECO, U. **Seis passeios pelo bosque da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FAHLBERG, A.; POTIGUARA, V; FERNANDES, R. **Pelos olhos da Comunidade: Cidade de Deus e suas necessidades, capacidades e desafios**. Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.construindojuntos.com/>>. Acesso em: 20 de Jun. de 2020.

FILHO D.; ZACCONE, O. Vidas Matáveis no Contato Social. In: **Indignos de vida: a forma jurídica de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**/ Orlando Zaccone – 1 ed. – Rio de Janeiro: Revan, 2015.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ Michel Foucault; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 24. ED. – São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

_____. **Microfísica do poder**/ Michel Foucault; organização e tradução Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: **S. Freud. Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud (vol.20)**. Rio de Janeiro, Imago, 1996. (Obra original publicada em 1925).

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro 2005.

GONDAR, J.O. Cinco proposições sobre memória social. In: **Morpheus: Revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, (UNIRIO. Online), v.9, p.19-40, 2016.

IRIARAY, L. **Speculum os the Other Women**, TRAD. Gillian C. Gill, Ithaca: Cornell University Press, 1985.

LEMONS, F.C.S.; CARDOSO JUNIOR, H.R. **A genealogia em Foucault: uma trajetória**. Psicologia & Sociedade, São Paulo, v.3, n.21, p.353-357, 2009.

MORGAN, D. & KRUEGER, R. A. (1993). **When to use focus group and why**. Em D. Morgan (Org.), Successful focus group: Advancing the state of the art (pp. 3-19). Newbury Park, CA: Sage.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1979.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral** (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (Obra original publicada em 1887).

RABINOW, P. e DREYFUS, H. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RIBEIRO, Branca T. **Coherence in Psychotic Discourse**. New York: Oxford University Press, 1994.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

VEIGA, L. & GONDIM, S.M.G. (2001). **A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político**. Opinião Pública. 2(1), 1-15.

VILELA, J. Fazendo acontecer na Cidade de Deus: A fundadora do CDD Acontece conta um pouco sobre o seu bem-sucedido projeto. In: **A notícia por quem vive**, Rio de Janeiro, p.04, Janeiro de 2016.

WILLADINO, R., TRAJANO SENTO-SÉ, J., GONÇALVES DIAS,C., GOMES, F. **Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens**/ Secretaria de Direitos Humanos, Unicef, Observatório de Favelas, Laboratório de Análise da Violência – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012. Disponível em: https://www.casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2017/12/GuiaPRVL_-1-2.pdf

ANEXO I - Convenções de Transcrição

SÍMBOLO	ESPECIFICAÇÃO
..	Pausa observada ou quebra no ritmo da fala com menos de meio segundo
...	Pausa observada de meio segundo ou mais
.	Descida leve, sinalizando o final da elocução
?	Subida rápida, sinalizando uma interrogação
,	Subida leve, sinalizando que mais fala virá
-	Parada súbita devido à interrupção
()	Fala não compreendida
(0,0)	Indicação dos segundos de pausa durante a elocução
[]	Observações não verbais observadas pela entrevistadora durante a entrevista
=	Utilizada no final de uma elocução e no início de outra para indicar que uma ligou a outra, sem interrupção

Convenções de Transcrição. Fonte: Ribeiro, 1994

APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de Dados

Roteiro da Entrevista

- 1) Vocês se sentem representados pelo filme Cidade de Deus? De que forma sim/ não?
- 2) Vocês acreditam que o filme reproduz a identidade do jovem morador da Cidade de Deus?
- 3) Em relação às mídias comunitárias CDD Acontece e CDD - A Notícia por quem vive, que são mídias produzidas por moradores da comunidade, vocês se sentem representados por essas mídias? De que forma sim/ não?
- 4) Vocês acreditam que essas mídias comunitárias reproduzem a identidade do jovem morador da Cidade de Deus?

APÊNDICE B – Dados sobre os jovens entrevistados e participantes do grupo focal

Sigla	Sexo	Idade
C.	Feminino	16
J.	Masculino	13
JV.	Masculino	12
T.	Feminino	13
A.L.	Feminino	13
R.	Masculino	14
I.	Feminino	19
Ingrid (idealizadora do Projeto Sagaz)	Feminino	26
Raoni (companheiro de Ingrid)	Masculino	27

APÊNDICE C – Transcrição do Grupo Focal

- 1 Marcelle: Não tem certo e errado. Não é para vocês ficarem nervosos. O interesse não é vocês falarem bonito sobre o filme. Eu só queria ouvir um pouquinho de vocês – alguns de vocês já tinham visto o filme antes – o que vocês acham? Se vocês que ele de alguma forma representa vocês ou não representa? Por que eu estou perguntando isso? Porque quando eu trabalhei aqui na ASVI há um tempo atrás, a sensação que eu tive foi de que as pessoas não se sentiam representadas pelo filme. As pessoas achavam que o filme não era representativo de quem é o jovem morador da Cidade de Deus. E aí por isso que eu pensei nesse projeto. A partir do contato que tive com esses jovens, eles falaram: “Olha, esse filme ele foi muito difundido, ele foi um filme que se espalhou. Todo mundo viu esse filme, até internacionalmente, até fora do Brasil, mas a gente acha que ele não representa a gente”. Mas isso eu queria ouvir um pouquinho de vocês, a partir desse grupo que eu faço e converso com vocês eu queria entender como vocês estão vendo a repercussão desse filme? Vocês são jovens – a maioria de vocês nasceu depois que esse filme foi lançado. Esse filme foi lançado em 2002.
- 2 J: Eu nasci em 2003
- 3 Marcelle: Então a maioria de vocês devia estar nascendo na época que ele foi lançado. Só que ele foi um grande precursor de uma forma de contar a história da favela, a história da Cidade de Deus ou de outros espaços comunitários. Ele foi o início disso tudo. Ele foi o primeiro filme que estourou falando sobre a história da Cidade de Deus. A minha primeira provocação a vocês é em relação à questão da representação. Vocês já viram esse filme mais de uma vez. Eu gostaria de saber se vocês entendem que esse filme representa vocês de alguma forma.
- 4 J: Acho que não. Acho que eles mostram muito a parte do envolvimento com proibidos em si, né? Uma parte que eu pensei muito foi a parte que o cara decidiu sair daquele trio. Aí ele estava passando e os policiais acabaram matando o estudante. Aquilo ali eu acho que sim representa um pouco da Cidade de Deus em si. Eles acham que todo mundo aqui faz parte disso. E acham que quem corre o risco também faz parte do movimento.
- 5 Marcelle: Deixa eu ver se eu entendi: Você acha que as pessoas que estão de fora veem dessa forma? Entendem dessa forma? As pessoas que não moram aqui?
- 6 J: Eu não digo todas, mas a maioria. O governador em si acha isso. A polícia na maioria dos casos acha isso. E eu acho essa parte eu fiquei pensando muito tempo do filme.
- 7 Marcelle: Qual foi a parte do filme exatamente?
- 8 J: Foi no início. Assim que estava apresentando aquele trio. Aí um resolveu sair daquilo. Aí ele estava passando ali e ele passou do lado de um jovem, aí polícia começou a apontar para ele, só que o jovem saiu correndo e eles acharam que ele era o culpado. Então, ali que eu estava pensando nisso.
- 9 Marcelle: Então gente, mais alguém tem alguma opinião em relação à questão de representação? Vocês se sentem representados pelo filme de alguma forma? Não se sentem representados? Não tem certo e errado não. Pode falar o que vier na cabeça. Eu queria ouvir um pouquinho de todos vocês.

- 10 C: Sei lá, tem várias coisas na minha cabeça. Eu acho que representa, mas outras partes não representa. Como a parte que bandido não assalta. Alguns não assaltam, alguns sim. Eu acho que a maioria do filme é um conto pra mim. É um mito praticamente. Porque não é a realidade do que se passa dentro de uma comunidade, não é a realidade daqui. Tem tráfico? Tem. Mas não é igual ao tráfico de lá [filme], que eles querem tomar um a boca do outro. É uma coisa diferente.
- 11 Marcelle: O que você acha que é diferente do que você viu no filme, que você entende como conto e que você acha que na realidade não acontece dessa forma?
- 12 C: Várias coisas.
- 13 Você consegue me dar um exemplo?
- 14 C: A parte que ele entra no prédio e toma a boca do outro. Para mim aquilo não acontece. Para mim aquilo eles inventaram. Só falaram por falar. Pra mim aquilo não é verdade, nem é a realidade daqui, porque aqui - não é questão que eu me envolvo não, é questão que eu escuto boatos – aqui todo mundo tem a sua boca, ninguém quer tomar a boca de ninguém, aqui um ajuda o outro, entendeu? Não foi o que falaram e o que mostrou no filme, entendeu? Foi que um queria tomar a boca do outro.
- 15 Marcelle: Em termos de representação, você se sente representada por esse filme? Você falou que parece um conto, né?
- 16 C: Sinto, mas não muito.
- 17 Marcelle: Em que parte que você se sente representada pelo filme?
- 18 C: Na parte que a menina foi estuprada. Não aqui acontece. Mas tem vários casos, não aqui, mas em outras favelas que acontece isso. E também a parte que o menino morre na quadra. Porque já aconteceu. Mas não de morrer, mas a mulher levou um tiro lá na quadra do Karatê.
- 19 J: A parte que ela disse que foi um conto. Eu não vivi nessa época, obviamente, mas meu pai sim – que viveu nessa época – e a primeira vez que eu vi esse filme eu vi com ele (meu pai que é meu tio que é pai dela). Quando a gente viu esse filme juntos ele começou a conversar comigo e ele disse que a maioria das coisas desse filme não aconteceu. As únicas coisas que são reais em si são os personagens. Porque aquela parte do baile que ela mencionou foi real, mas a maioria realmente não aconteceu. Buscapé nem existe.
- 20 Marcelle: Eu fico com uma sensação quando a gente trata um personagem único como um personagem que se salva – como se fosse um meio complicado, uma situação muito difícil, um meio em que as pessoas estão todas se matando, como se isso fosse a realidade da favela, da comunidade. Aquele cara se salva como se ele fosse um ponto fora da curva. A maioria das pessoas que moram dentro da comunidade trabalha, faz outras coisas. E aí ele coloca no filme como se fosse uma exceção. Não sei se vocês viram dessa forma. Eu estou colocando para vocês pensarem ou até compartilharem também a ideia do que vocês enxergaram.
- 21 J: Uma coisa que eu falei anteriormente. Eles não mostram muito realmente o lado do trabalhador e do estudante aqui na Cidade de Deus. Porque aqui normalmente muitas vezes que ocorrem tiroteios, a gente não consegue sair daqui, porque é perigoso. Isso acontece muito. Porque a pessoa está saindo para trabalhar e do nada a polícia entra em confronto com bandidos e a pessoa tem que voltar para a casa correndo o risco de ser demitida.

- 22 Marcelle: Isso é até na verdade até um efeito, se for pensar um efeito real de coisas que acontecem, da pessoa poder ser demitida por uma situação como essa.
- 23 J: É bem complicado. Isso pode contribuir. A pessoa ser demitida, perder tudo, perder mulher, os filhos e a família e acabar entrando para a vida do crime.
- 24 Marcelle: Vocês se sentem representados pelo filme? De que forma você se sente representada ou não? Ou em que parte você se sente representada ou em que parte, de repente, você acha que não tem nada a ver? A gente tá só aqui mesmo. Eu não estou com a intenção de te expor de forma nenhuma. Mas se você quiser compartilhar a tua forma, o que você enxergou do filme? Tem alguma coisa que você não concorde com o filme? Você acha que alguma coisa eles poderiam ter contado diferente do que eles contaram? O que você acha que poderia ser diferente?
- 25 A L: Não ter muito roubo.
- 26 Marcelle: Você acha que aqui você não vê tanto essa questão do roubo e no filme ele conta como se isso acontecesse com muita frequência?
- 27 Ingrid: Uma coisa que eu descobri depois de muito tempo. Quando eu assisti eu era da idade do J. ou talvez mais nova e só fui descobrir isso há uns 2, 3 anos. Na verdade, o Zé pequeno não era negro desse tom de negro, ele era bem mais claro. O Zé pequeno era mais claro e o Mané galinha ele era bem mais escuro. E aí foi uma conhecida que me comentou isso. E aí eu fiquei pensando: Por que, se ele era claro, no filme ele tinha que ser o mais escuro do filme? O que que tão querendo colocar quando colocam isso? O cara é o ruim, aquele que você tem que olhar e tem que ser o ruim, tem que ser o mais brabo do filme, tem que ser o mais escuro, tem que ser o negro? E como que isso representa o jovem da favela? Quando você faz um filme que você coloca o cara, se você está querendo representar... – ok é um romance, e de fato ele é, ele não veio para ser totalmente a realidade porque ele é um romance. Então você coloca coisas ali dentro para deixar o filme mais bonito, mais poético... mas quando você pega e tenta mostrar um pouco dessa realidade, por que você está representando o jovem dessa favela colocando o mais perigoso como o negro? Isso representa o restante dos negros da favela? Como que você representa e o que você quer dizer quando você coloca dessa forma?
- 28 Raoni: Às vezes eles não estão conseguindo pensar um pouquinho, mas vou trazer alguns pontos que vão fazer eles concordarem. Existem vários momentos no filme que eles não uma realidade. Que fica bem longe daquilo que a gente vive aqui dentro. Como, por exemplo, aquele momento que a gente viu do estupro. O zé pequeno foi lá e fez aquilo com a mulher do galinha. É uma coisa que a gente sabe que não acontece aqui dentro. E que se acontecer, sabe o que acontece? Existem alguns fundamentos dentro da favela que quando foi pensado o filme, não sei, talvez pensaram pouco. Um dos fundamentos é esse. Você não pode roubar, coisa que existia no filme, a questão do estupro também. A questão do Zé pequeno ser aquele cara matador sanguinário. Tem gente aqui que é muito ruim, tem gente aqui que... mas ele fazia coisas a qualquer momento com qualquer um. Às vezes a pessoa não estava fazendo nada e ele fazia. A gente vê aqui dentro que é diferente. Tem bandido, ele tá armado, ele faz coisas erradas, só que muita coisa ali [no filme] fica bem longe da realidade.
- 29 Marcelle: C. fez uma carinha que eu não sei se ela concordou com uma parte aí do que você estava falando. Me diz o que você pensa, C.?

- 30 C: Eu tava pensando. Não é questão que eu não concordei. Tá certo o que ele falou. Só que tipo.. sei lá... tem várias coisas na minha cabeça. Minha cabeça tá confusa.
- 31 Marcelle: Você acha que na favela a mulher sofre algum tipo de violência ou essa questão do estupro pra você...
- 32 C: Depende. Tem umas que se sujeitam a fazer isso para segurar os bandidos. E tem outras que não. Vamos supor, uma amiga minha passando na rua e o bandido mexendo com ela. Isso é o cumulo. Porque a mulher tem o direito de ir e vir por onde ela quiser, independente da roupa que ela vestir, independente do que ela é. Ela pode ir e vir. Ele não tem que ficar mexendo. Do jeito que ele tava, ele estava praticamente segurando ela, imprensando ela na parede. Esses dias eu vindo da escola, tava dois bandidos de moto, eu vindo, eles na rua, pararam de moto para me cercar, pra me paquerar, sendo que eu nem tchum pra eles. Virei e fui pela outra rua, andei mais pra ir pra minha casa só para não dar de cara com eles.
- 33 Ingrid: Pode não ter o ato em si, mas tem o abuso.
- 34 Marcelle: Quando você lembrou dessa situação das mulheres sofrerem algum tipo de violência ou coação que talvez não tem muito como responder.
- 35 C: Eu penso que aqui eles acham que são os donos do mundo. Alguns, né? A maioria. Que são os donos do mundo porque aqui eles andam de arma e algumas, não são todas, mas a maioria daqui dão confiança. E as que não dão eles acham que tem que dar. Que eles podem fazer o que quiser com elas. E não, não é assim. Eles tem que saber distinguir quem é quem.
- 36 Marcelle: E respeitar também, né?
- 37 C: Isso. E respeitar também. Porque eles não respeitam. Eles acham que se você está usando um short curto ou um cropped é porque você é igual às outras que dá mole para eles. Tem mulheres e mulheres. Tem mulher que quer ser respeitada e outras que não. E que quer ficar com eles para ganhar respeito, que respeito elas não ganham. Elas só apanham. Apanham E não ganham nada. Só ficam pegando roupa emprestada, essas coisas.. e isso pra mim é horrível.
- 38 JV: Tia, ela estava falando sobre respeito. Mas no fundo o Zé pequeno mostrava respeito. No filme eles respeitam os moradores, aqui não.
- 39 Marcelle: No filme você acha que eles respeitam os moradores? Em qual parte do filme você visualizou um respeito ao morador?
- 40 JV: No aniversário do zé pequeno ele estava falando com todo mundo. Falava oi, apertava a mão de todo mundo.
- 41 Marcelle: Qual era o aniversário do Zé pequeno? não me lembro?
- 42 Ingrid: No começo. No comecinho, que ele começa a mostrar todo mundo. Olha fulando que tá com o carro assim. Olha ciclano. Ali era o aniversário de 18 anos dele. Depois que é a despedida do Bené.
- 43 Marcelle: Ah, sim. Tudo bem. Aí fale. Aí, você acha que nesse momento ele estava respeitando os moradores? E aqui você acha que eles não respeitam porque? E aqui você acha que eles não respeitam por que? O que que você acha? Me diz uma cena que eles não-
- 44 C: Isso aqui é recorrente.
- 45 Marcelle: Aqui, em que momento que você vê uma cena que você fala “eles não respeitam os moradores”.

- 46 JV: Foi igual à C. falou. Aqui eles não respeitam as mulheres. No filme os homens estavam respeitando as mulheres. Tem até uma parte do filme que o Zé Pequeno falou com a moça, aí a moça pegou o filho dela e saiu.
- 47 Ingrid: Acho que a parada do uso da droga também. A gente tem algumas áreas que elas são bem marcadas pelo uso. Tipo assim, o Lazer. O pessoal sempre fica ali fumando maconha e tal. Mas tem umas placas fictícias nas praças falando que não pode fumar maconha, que vai ser cobrado. Mas você sempre vê gente fumando maconha, seja de manhã seja... e não é necessariamente bandido, são pessoas. Às vezes é bandido, mas a maioria das vezes não é. E eu particularmente nunca vi ninguém – e passa bandido aqui direto eu, enquanto eu tô aqui – eu nunca vi nenhum bandido indo ali e falando: “Pô, tá falando ali que não é pra fumar maconha, então não fuma maconha”. Não vejo eles fazendo esse mandamento ser cumprido.
- 48 Marcelle: Entendi.
- 49 C: Agora mesmo que eu tava vindo pra cá com o papelzinho [Termo de Consentimento Livre e Esclarecido]... dois caras, não sei o que eles estavam fazendo, acho que eles estavam usando droga e as crianças olhando – acho que os irmãos do Samuel estavam olhando. Eles fazem aquilo. Eu achei aquilo o cúmulo. Eu olhei assim, andando.. Aí eu até falei com a menina: “Sai daí! Eles estão usando coisas que não deve”. Ela nem me escutou. Continuou olhando para eles e eles usando o que eles queriam usar.
- 50 J: O que eu acho que ele comentou sobre o Zé Pequeno. Eu acho que o Zé Pequeno foi o que mais desrespeitou o morador o filme inteiro. Eu acho que na questão do respeito, o que foi mais respeitoso com todos em todos os momentos foi o Bené, exato. Ele em todos os momentos tentou ajudar o morador, mesmo ele estando errado. Aquele cara estava na mira? () do Zé pequeno e ele tentou livrar o cara da morte. Porque o cara ia morrer. Acho que também o que ele disse sobre estupro. Em 13 anos vivendo aqui acho eu nunca vi ninguém comentando sobre nenhum estupro que aconteceu. E a questão do roubo, acho que nenhum traficante faz o roubo. Eu acho que quem faz mais o roubo são as pessoas, os mendigos que são necessitados de drogas. Que eles roubam as pessoas.
- 51 Marcelle: Ah, entendi. Usuários ou pessoas que de repente são viciadas e tal.
- 52 J: A questão de roubo, na visão do traficante acho que acontece sim em carros e motos.
- 53 C: J, eu discordo. Porque teve um caso que tava passando que um traficante que foi até preso tava roubando barbearia – o Butuca. Tava roubando sim. Tava roubando barbearia. Eu não acho que é mais por carro e por moto. Eu acho que eles fazem isso por diversão. Eles acham que é divertido fazer isso. Vê se ele dá, vamos supor, o exemplo, né?... Porque eles acham que são exemplo para as crianças. Algumas crianças dessas que eles são... mas pra mim eles não são exemplo. Pra mim eles estão fazendo isso por diversão, pra tentar mostrar pras pessoas uma coisa que eles não são. E eles roubam sim. Não a questão igual ele falou que... Bandido não rouba morador. Roubam sim, roubam celular. Pra eles ter, vamos supor, um telefone igual o meu, igual ao dela, eles tem que roubar (). Eles roubam sim. Não só carro, não só moto. Eles roubam morador, Roubam um montão de coisa. Cracudo rouba mais pra usar droga. Eles roubam relógio, uma televisão, pula muro, azulejo, assim, no chão eles roubam pra vender. Mas bandido é o que mais rouba.

- 54 JV: Tia, quando ela tava falando que esses bandidos roubam telefone, eu tava achando.. pensei, tipo assim, bandido não rouba dentro da sua própria favela.
- 55 Marcelle: Como? Bandido rouba dentro da sua própria favela, foi isso? Tá. Tudo bem.
- 56 JV: Se eles forem roubar, eles vão pra fora. Sempre quando eles roubam carro, moto, eles roubam fora da favela.
- 57 C: E você acha que Barra é fora da favela? Você acha que Barra é fora da favela?
- 58 Marcelle: Que o que? Barra?
- 59 C: Pra mim não é.
- 60 Ingrid: É fora da favela. Fora do território.
- 61 C: É, mas fora, fora não. Posto 8 já começa sendo favela.
- 62 Ingrid: Mas aí você tá colocando dentro do público que frequenta.
- 63 C: Não, colocando... É.. isso!
- 64 Ingrid: Tipo assim, você não está roubando aqui dentro, mas lá no posto 8 tem pessoas que são daqui. Então se você tá roubando lá você está roubando a gente de qualquer jeito.
- 65 Marcelle: Entendi. Você, florzinha, qual o seu nome? T.? T., você se sente representada pelo filme ou você sente que ele representa a realidade assim do que você vive?
- 66 T: Não. Eu acho bem diferente daqui da favela pelas crianças que estão envolvidas no crime. Nunca vi as crianças matando pessoas aqui na Cidade de Deus. Não vi isso. Mas ali eles estão mostrando... não estão mostrando a realidade daqui Cidade de Deus mesmo. Eu acho que eles não estão mostrando a realidade, que é... as crianças são bem diferentes, as crianças estudam... mas elas querem a vida do crime? Querem. Querem fumar maconha, essas coisas assim. Mas elas não matam pessoas.
- 67 Marcelle: E você acha que todas as crianças que estão aqui elas almejam essa vida do crime?
- 68 T: Algumas pessoas, porque algumas estudam, outras não. É isso.
- 69 Marcelle: Dentro da sua escola, por exemplo, você vê as pessoas mais interessadas no estudo ou então em estar ali na escola?
- 70 T: Na minha escola não.
- 71 Marcelle: Não como? Diz pra mim.
- 72 T: Elas ficam, tipo assim.. a professora.. elas ficam em cima da mesa. A professora fala: “Sai de cima da mesa” e elas querem xingar a professora.
- 73 Marcelle: Mas assim, eu estou colocando assim em relação a ir para a escola normalmente, mesmo que seja indisciplinada. Porque às vezes a gente sabe que a criança é indisciplinada, né? Mas assim, mesmo que a criança seja indisciplinada, você vê mais pessoas tendendo ao tráfico ou mais pessoas numa vida normal, indo pra escola, participando dos projetos...?
- 74 T: Numa vida normal.
- 75 Marcelle: Entendi.
- 76 T: Eu ainda não vi essas pessoas lá da escola assim, querendo participar da vida do crime.
- 77 Marcelle: E tem bastante gente na sua escola?
- 78 T: Tem.
- 79 Marcelle: Quem levantou a mão primeiro?

- 80 J: Completando sobre as crianças na vida do crime, eu acho que sim, as crianças que não tiveram direito à educação. A pessoa que a mãe sem descuido.. sem cuidado foi lá e pá. Aí o cara não quis assumir o filho. Aí a mãe teve muito trabalho e teve muitos filhos. Não teve como cuidar assim. Aí não deu educação, aí as crianças foram ficando mais na rua e acho que elas foram vendo aquela vida e acharam que era uma vida melhor. Então.. porque você vê muitas crianças – não todas obviamente – mas você vê muitas crianças brincando disso, de ser bandido, de fingir que é bandido, mas nem todas querem isso pra sua vida.
- 81 Marcelle: Desculpa. Deixa eu só ouvir você. Qual o seu nome? R.? R. estava aqui concordando. Ele estava assim com a cabeça, concordando um pouco com o J. Eu queria aproveitar pra ouvir um pouquinho o que você.. se você concorda com o que o J. estava falando?
- 82 R: Sim, eu concordo. Porque tipo, foi aquela questão que a C. própria falou. Que os bandidos querem mostrar para as crianças que eles tem algum tipo... de poder. Foi aquela questão também, quando o zé pequeno era pequeno, que era criança... foi naquela hora lá que eles assaltaram o motel. Tipo, deram uma arma na mão dele e disseram: “Não, você vai ficar aqui e avisar se os policiais vão vir”. Eu acho que tem muito essa questão aqui da Cidade de Deus mesmo. Porque outro dia eu tava aqui na praça jogando bola aí passou um grupo de bandidos, assim, com uma criança.
- 83 Marcelle: A criança sendo talvez.. induzida, aliciada de alguma forma a participar. E aí você acha que assim, que a criança também, ela de alguma forma ela está ali próxima assim dessa realidade? Você achou que... Nesse sentido você achou que a representação do filme é correta, da criança de alguma forma ali estar envolvida, foi isso que eu entendi? E em outras partes, você se sentiu representado pelo filme? Sentiu que o filme representa a realidade do que vocês vivem?
- 84 R: Sim
- 85 Marcelle: Qual parte? Diz pra mim qual parte você acha que representa a realidade? Ou que não representa também.
- 86 R: Não sei
- 87 Marcelle: Tudo bem. Não tem problema não. Gente, a gente tem todo o direito de mudar de opinião, tá? A gente pensar alguma coisa e de, repente depois o colega falou outra coisa e a gente repensar o que a gente pensou.. isso não tem problema nenhum. E eu tô aqui para ouvir vocês. Fala JV.
- 88 JV: Como a C. falou sobre as crianças que virou bandido. O J. também falou. Eu conheci um garoto do tamanho do R., ele era da minha sala... foi nesse ano ainda, na metade do ano. Aí eu conheci o garoto do tamanho do R., só que depois ele parou de ir pra escola e quando eu fui ver ele estava armado, com arma.
- 89 Marcelle: Entendi. Aí você acha que nesse sentido às vezes crianças acabam desistindo da escola pra entrar pro mundo do crime? O que que você acha?
- 90 JV: Tem gente que reclama muito que a escola é chata. Que a professora é ...
- 91 Marcelle: A escola às vezes é chata mesmo, né? [Risos]
- 92 JV: Vai ver ele mudou de ideia e entrou pro mundo do crime.
- 93 Marcelle: Fala J.
- 94 J: Como ela disse que os bandidos roubam pra mostrar o poder. Realmente, porque... só pra mostrar mesmo. Porque se você parar pra... Não sei se você viu vindo pra cá. A maioria dos bandidos dorme na rua. Só ficam com... Ficam sem arma, com

foguete. Dormem na rua, na chuva. No tiroteio tem que ficar atrás de caminhão. Tipo, não tem arma nenhuma. Só ficam com foguete lá e na hora de alguma coisa eles querem se mostrar que tem poder. Mas na verdade eles não tem poder nenhum. Porque a maioria é bucha. Eles ficam lá e são feitos de trouxa achando que um dia vai ter muito.. muito dinheiro. Igual o exemplo ali na parte que dizia que todo mundo tava com ouro, com carro. É o que as pessoas acham que elas ficando naquela vida, dormindo na chuva, no chão, com o colchão molhado, com o sofá quebrando, ali.. acha que vai ter uma vida melhor. Acha que realmente vai ganhar dinheiro.

- 95 Marcelle: Deixa eu perguntar uma coisa pra vocês. Vocês conhecem o *CDD Acontece*?
- 96 JV: Eu. A gente já teve, outro dia-
- 97 Marcelle: A Carla veio aqui falar com vocês? Tá! Vocês conhecem o *A notícia por quem vive*, que é um jornal impresso aqui da Cidade de Deus?
- 98 J: Não.
- 99 Marcelle: Não?
- 100 C: Já escutei falar, mas-
- 101 Marcelle: Mas não conhecem tanto não. Tá. Tudo bem. Então a gente vai falar sobre o *CDD Acontece*. Vocês acham que assim... uma mídia como o *CDD Acontece* é uma mídia comunitária que a gente chama, porque é feita por uma pessoa de dentro da Cidade de Deus. Né? Assim, a Carla é moradora daqui e ela é de dentro daqui da Cidade de Deus. O que que eu faço no meu trabalho? Eu estou comparando uma imagem que é colocada no filme e a imagem que é veiculada na mídia comunitária. E eu queria saber com vocês se vocês acham que, de repente, uma mídia comunitária, que tá sendo veiculada por alguém que está aqui na comunidade e tal, se vocês acham que essa mídia representa vocês um pouco melhor ou não. De que forma representa, de que forma não representa. Você ia falar alguma coisa, R.
- 102 R: Naquela questão do J., que ele falou sobre as crianças.. teve naquela parte lá, do menininho lá... que acho que o mané galinha matou. Que ele ficou falando que era bucha dos bandidos, alguma coisa assim. Eu acho que tem um pouquinho da realidade. Porque tipo, eu vejo muitas crianças aqui pegando coisa e levando pra bandido.
- 103 C: Sim, tem crianças aqui também que tipo...
- 104 Marcelle: Mas assim, você falou das crianças é... as crianças levando coisas.. eu não entendi... explica um pouquinho melhor.
- 105 J: É porque..-
- 106 Marcelle: Deixa ele falar! Calma aí, J.! [Risos].
- 107 R: Ele trouxe refrigerante, aí ganhou um dinheiro, sei lá. Aí trouxe um jantar pra eles, uma comida, um almoço, não sei. Acho que eles estavam meio que mandando ele ir buscar, pegar o dinheiro...
- 108 J: Ele tava achando que ia entrar praquilo.
- 109 R: É. Aí teve uma parte que o...=
- 110 Marcelle: Na hora que o mané galinha tava entrando pro crime?
- 111 J: É, na hora que tava mostrando mais sobre o tráfico. Quando eles tinham acabado de tomar a boca e o filé estava indo lá buscar comida pra eles.
- 112 Marcelle: Ah, aí estavam mostrando como as crianças fazem? Como é que as pessoas fazem? Você achou que aquilo ali..-

- 113 R: Naquela hora que o mané galinha abriu a cortina e ele saiu. Aí ele abriu.. aí ele meio que falou: Já matei, já roubei.. Não! Já fumei, já cheirei, já matei e já roubei. Sou sujeito homem!
- 114 Marcelle: E você acha que isso representa de alguma forma.
- 115 C: Também isso representa aqui. Porque, não sei se.. Ele, bem. Ele é meu primo. Vou dar o exemplo dele. Ele estava brincando de boquinha...
- 116 Marcelle: JV. Aham.
- 117 C: ...e vendendo.. como se fala, sabe é... nescau [risos] e bala. Olha o que que essas crianças fazem! Vendendo como se fosse pedra... que eu não sei o nome..=
- 118 J: Loló.
- 119 C: ... É, garrafa de guaraná, eles estavam falando que era lança-perfume. E tipo, isso pra mim é o cúmulo. Porque pra mim criança tem que estudar. Tem que pensar em ter um futuro...
- 120 Marcelle: E você percebe que se a gente, por exemplo – eu sei que é engraçado gente, mas assim – quando a gente está dentro de uma determinada realidade a gente tem acesso a algumas coisas que de alguma forma aquilo ali acaba virando um motivo de brincadeira.
- 121 C: É questão de tipo, eles aqui acham que se você tá com uma pistola as crianças vai ver. As que eu conheço e que posso apontar e falar: Eles são assim. Eles vê eles como um exemplo. Os meus primos. Ele, como Vitor Hugo, vê bandido como exemplo. E pra mim isso aí é o cúmulo. Porque eu sei que ele vai pra escola às vezes e ele fica falando de bandido com as crianças da rua. Fica falando várias coisas. Ele fica... pega a madeira e fica falando tropa, tropa de não sei aonde. Fica fazendo arma de madeira. Não sei se, tipo, o pai dele ensinou isso pra ele. Mas minha mãe sempre me procurou onde estudar pra ter um futuro bom. E pra mim só entra nessa vida do crime quem não precisa. Porque não tem necessidade. Porque quem tem necessidade cata latinha, vai caçar um emprego e.. quem tá nessa vida do crime é que não tem necessidade, que não precisa. Que a mãe ajuda, que sabe que vai ter a mãe ali pra ajudar e vamos supor... se você estiver precisando de um arroz e você tiver na vida do crime você vai ganhar o que? Ficar ali na chuva, passando chuva, passa sol, (), fome...nem dinheiro. Você vai ganhar 20 reais pra comprar uma quentinha? Isso pra mim não é vida por causa que.. aquilo ali é pra fazer coisa sem necessidade. Querer ganhar respeito dos moradores. E sendo que aquilo pra mim eles nunca vão ganhar respeito. Eles vão ter respeito sim, se eles conquistarem. Não daquele jeito, de uma forma diferente. Mostrar...-
- 122 Marcelle: Eu vou tentar só voltar um pouquinho pro tema, tá gente? Em relação à questão de identidade, vocês acham que essa questão de identificação... por exemplo, o filme ele cria alguns personagens que teoricamente seriam os jovens que moram na cidade de deus, né? Ele cria alguns personagens. Vocês se sentem identificados, vocês como pessoas, vocês se sentem identificados com algum personagem?
- 123 J: Não
- 124 R: Não
- 125 JV: Não
- 126 Marcelle: Vocês acham que, por exemplo, em alguma parte do filme poderia ter algum personagem parecido com vocês? Não sei...

- 127 J: Eu acho que se pegasse no extremo, do extremo, do extremo, do extremo, acho que seria aquele garoto que eu falei que morreu.
- 128 R: O estudante, né? Eu também ia falar.
- 129 Marcelle: Aquele garoto que saiu correndo da polícia e acabou morrendo.
- 130 J: Porque em qualquer momento a gente tá saindo daqui a gente pode ser parado. Pode ser parado em alguma coisa, pode ser revistado. Podem vir falar com a gente achando que a gente faz parte disso. Eu, indo pra escola, eu tive que falar porque eu estava indo... porque eu estava com uma blusa diferente, porque tinha festa na escola. Eu tive que explicar que ia ter festa na escola, que eu tava indo pra escola, porque eu sempre vou com casaco pra escola. E eles estavam achando que eu estava levando droga. Aí eu fui parado, tive que explicar que era uma festa da escola, porque eu estava sem a camisa a escola. Então eles falaram: Você não tá indo pra escola. É mentira. Aí tive que explicar e tive que mostrar a minha identidade. Aí eu fui pra escola. Aí voltando pra casa eu tive que explicar pra minha mãe o que que houve, porque eu me atrasei.
- 131 Marcelle: Entendi. Então essa questão de identificação, nenhum de vocês sentiu uma identificação com nenhum personagem que tem ali no filme?
- 132 Filipe (apoio): Nem com o Bené?
- 133 J: Não
- 134 Ingrid: Porque o Bené por mais que ele seja tipo.. uma pessoa mais legal, né? Eu acho até que isso é bacana de vocês pensarem, porque... não sei, a minha visão.. aí vocês veem o que vocês acham.. porque não tem nenhuma cena do Bené fazendo alguma coisa, de fato. Tem a cena de que ele vai lá, quando eles são pequenos, e ele bate no cara pra eles roubarem. Mas não tem uma cena do Bené em que ele mata, em que ele se coloca. Dá um pouco a entender como se ele tivesse ali por conta do Zé Pequeno, né? Tipo, eu tô acompanhando. Nós somos muito amigos, nós somos amigos de infância, eu gosto muito de você – como ele fala – mas parece que ele sempre foi porque o outro levou. O outro é uma figura...
- 135 Filipe (apoio): Mas olha só, tem uma coisa que ele se dá conta que ele não pertence mais à favela. Que ele quer sair. Vocês se identificam com isso ou não? Tem algum pensamento assim: Pô, eu acho que isso aqui não é pra mim ou vocês se sentem bem, se sentem à vontade?
- 136 J: Eu acho que isso realmente acontece. Quando a pessoa realmente tem um choque de realidade ela fala assim: eu tenho que sair desse lugar e foi bem nessa tecla que eles estavam batendo, porque o Bené queria sair daquilo de qualquer jeito. Não se dirige a mim diretamente, mas a muitas pessoas dentro daqui. Não na vida do crime, no caso. Mas dentro da Cidade de Deus. Porque aqui está ficando cada vez pior, porque mais perigoso. É o caso daquele garoto lá, estudante. É, se a gente não sair daqui é capaz da gente ter o mesmo fim que ele. (0,3)
- 137 Marcelle: Entendi. E em relação à mídia comunitária, por exemplo, o CDD Acontece, que todos vocês conhecem. O CDD Acontece.. Vocês acham que vocês se sentem mais representados? Lembra que eu dei uma introdução falando sobre a questão do... sobre essa questão de ser algo criado por uma pessoa da própria Cidade de Deus? Vocês se sentem representados pelo CDD Acontece? Não se sentem representados? Como se sentem? Ou como não se sentem?

- 138 J: No caso, o seguinte, se for comparar com uma empresa de Televisão quando fala da Cidade de Deus, eu me sinto mais representado pelo CDD Acontece do que quando é tipo o Fashel falando do pós baile. Das coisas que acontecem.
- 139 Marcelle: Do que o que?
- 140 J: Do pós baile. Depois que acaba o baile eles vem e mostram o policial entrando.
- 141 Marcelle: Ah, o CDD acontece faz isso?
- 142 J: Não. O RJ. Ele bota e mostra aquilo tudo e parece que aquilo é assim pra todo mundo. Todo mundo tá naquele lugar e todo mundo é assim. Eu me sinto mais representado pelo CDD Acontece.
- 143 Marcelle: Entendi. Você acha que eles mostram coisas mais cotidianas? Como é que é?
- 144 J: Acho que eles mostram... como ela disse, pessoas... as mulheres que se deixam na questão do assédio, porque elas querem ficar nesse meio. Eu acho que tem a pessoa que quer ir lá pra se divertir e tem a pessoa que quer ir lá pra se envolver com aquilo. Eu acho que eles mostram muito esse lado que todo mundo que tá ali quer se envolver com aquilo de alguma forma.
- 145 Marcelle: Entendi. O CDD Acontece, que você diz?
- 146 J: Não, o RJ.
- 147 Marcelle: Ah, entendi. Como se todo mundo tivesse no baile, como se todo mundo tivesse no pós baile. Como se a Cidade de Deus inteira frequentasse o baile.
- 148 Ingrid: E como se todo mundo que frequentasse o baile também fosse bandido.
- 149 Marcelle: E como se tivesse envolvimento com alguma coisa.
- 150 Ingrid: Como se aquilo fosse o fim de tudo. Você tá ali é porque você é conivente com tudo, é porque você é mulher de bandido ou então porque você apoia bandido.
- 151 Marcelle: E em relação ao CDD Acontece. Eu queria ouvir mais de vocês. De outros vocês. Fale JV.
- 152 JV: Não tia.. Na hora que o J. estava falando que alguns bandidos se sentiam culpados e queriam sair daquilo. Até mostrou no filme que até o bandido que estava na árvore fugindo da polícia falou que eu vou sair dessa vida, eu vou voltar para a Igreja. Foi até a parte que eu falei Amém.
- 153 Marcelle: Entendi. Então muitas pessoas às vezes querem sair também dessa vida. Vocês conhecem alguém que já saiu dessa vida?
- 154 J: Conheço. O marido da minha avó.
- 155 C: Meu irmão saiu dessa vida.
- 156 JV: Eu conheço. O irmão dela. [Risos]
- 157 Marcelle: Mas fala C., em relação ao CDD Acontece. Assim, você percebe o CDD Acontece ele sendo mais representativo de vocês?
- 158 C: Sim. Eu não sei porque, mas eu me sinto mais representada pelo CDD Acontece.
- 159 J: Como se fosse gente da gente.
- 160 C: Sim. Porque outras... como assim eu vou falar, vamos ver... como outros meios de.. ai, não sei como explicar. Como representação.. como outros.. ai, senhor!
- 161 J: É como se você confiasse mais numa pessoa que mora aqui do que em uma pessoa que está vindo de fora olhando pra dentro.
- 162 C: Isso! Do que uma pessoa que vem de fora. (). porque, vou usar o exemplo dele, o Fachel vir aqui. É mais confiável de ler.

- 163 Marcelle: Você sente mais confiança de ler uma mídia que é produzida por alguém daqui. É isso? Do que uma mídia externa, se o Fachel viesse aqui fazer uma reportagem você talvez não se sentiria tão representada quanto..-
- 164 Ingrid: É muito difícil você confiar em uma representação de mídia onde a pessoa não sabe nem o nome das coisas, sabe? Quantas vezes eles noticiam o Karatê falando que é Treze e a Treze falando que é o Quinze. Pergunta pra pessoa que mora lá na Merck o que que tá acontecendo aqui. “Ah, o que que tá acontecendo na Cidade de Deus?”. Você não tá na Cidade de Deus, você tá na Merck. Então você não tá aqui. Sabe? Mostra tudo separado. Como que você vai confiar numa coisa dessa?
- 165 Filipe (apoio): E se eles perguntarem pra um morador, vocês acha que o morador vai se sentir à vontade de falar a verdade pra Globo?
- 166 Ingrid: Então, acho que vai muito de se entender o que é uma verdade, né? Porque.. O que que você quer entender como verdade? Você quer entender onde que o fulano de tal mora? Eu não vou entregar ninguém. Agora você me perguntar o que está acontecendo, sim a gente fala. Assim como você coloca... as pessoas não colocam lá dentro do CDD Acontece? Olha, tá dando tiro na Treze. Não é isso.. não é aquilo. É uma sensação muito, como se assim, a Globo.. e eu entendo, porque é uma mídia grande. A Globo ela tá interessada em noticiar para o grande público, agora pra você entender o que, de fato, aconteceu você pergunta pra quem tá aqui dentro. Por exemplo, fim de semana teve operação, sendo que não foi uma operação policial. Eles precisavam tirar a barricada, mas não vem ninguém da prefeitura sem polícia. Então primeiro vem a polícia pro pessoal da prefeitura poder entrar e tirar as barricadas. Pro mundo, teve uma operação na CDD, mas na verdade teve a polícia presente pra apoiar e retirar a barricada, que já botaram de novo.. mas é isso, sabe?
- 167 Marcelle: Mas assim, voltando um pouco pro CDD Acontece. Você quer falar alguma coisa sobre o CDD Acontece, JV?
- 168 JV: Como ela tava falando que os polícia entraram pra tirar a barricada, isso não é a primeira vez que acontece. Toda vez que os polícia entra e quer tirar a barricada. Porque uma vez o exército entrou e eles tavam tirando a barricada.
- 169 Marcelle: O CDD Acontece gente, se vocês quiserem eu posso até.. ai.. é porque até tá com a internet aqui...
- 170 JV: Eu só queria ver o jogo do Flamengo agora.
- 171 Marcelle: Peraí que eu já vou liberar vocês.. é rapidinho.
- 172 JV: A gente podia assistir o jogo aqui, né? Tá liberado?
- 173 Ingrid: Nossa, eu nem tinha visto que era essa a foto de capa.
- 174 Marcelle: Vamos lá dar uma olhada aqui. O CDD acontece mostra aqui algumas coisas aqui da Cidade de Deus.
- 175 J: Parece até o mapa do Brasil.
- 176 Marcelle: O CDD Acontece ele mostra aqui a foto da Cidade de Deus, né? Uma foto aqui panorâmica. Entrem aqui rapidinho. Vem aqui rapidinho pra gente finalizar. Então, olha só... o CDD Acontece.. aqui a gente tá na página do CDD Acontece, tá meninos? É... aqui o CDD Acontece ele tem uma foto panorâmica da Cidade de Deus. Ele tem alguns programas culturais que agora estão sendo gravados lá na sede da CDD Acontece, ele tá contando aqui sobre um filme e ele traz algumas reportagens, né?
- 177 J: Olha o nosso vídeo! Bota. [Euforia geral]
- 178 C: Não bota não. [Expressão de vergonha]

- 179 R: É esse aí. [Exibição do vídeo. Comoção geral]
- 180 JV: Vitor: Tia, bota de novo.
- 181 Marcelle: Gente, a gente está sem tempo.
- 182 C: Bota não.
- 183 Marcelle: A gente tá sem tempo. Então vamos lá. Olha só.. Aqui eles fizeram, de alguma forma eles fizeram uma reportagem com vocês aqui, né? Sobre o projeto. Eles fazem alguns anúncios também na página do CDD Acontece. Tem umas partes também informativas, às vezes eles contam também história de moradores... eles contam um pouco de uma outra realidade, né? Porque que eu quis ilustrar isso pra vocês? Até pra vocês também até poderem... de repente quem nunca pensou sobre o tema, se o CDD Acontece.. ou por que vocês se sentem mais representados por essa mídia que por outras, né?
- 184 J: É igual no filme, né? Aí eles mostram mais o lado de quem mora aqui.
- 185 Marcelle: Entendi. Aqui eles colocam os vídeos também.
- 186 Ingrid: E eles [CDD Acontece] tem uma parada muito legal também. Porque assim, a Carla não deixa passar nada batido, né? Tudo o que é positivo de alguém da Cidade de Deus ela sempre destaca. Então, o Marreta, ela sempre coloca qualquer notícia positiva de alguém que veio da Cidade de Deus e ela sempre noticia.
- 187 J: Na Televisão eles só mostram quando tem operação.
- 188 Marcelle: quem falou?
- 189 J: Eu. Como ela disse, ela só mostra.. é.. sempre que tem alguma coisa boa, eles mostram e sempre que tem uma coisa ruim eles também mostram. Mas na televisão eles só mostram quando aqui tem operação, quando tá tendo o baile, quando tá tendo alguma coisa e generalizando muito as coisas.
- 190 Marcelle: E em relação à identidade? Olhar para aquela.. eu até trouxe aqui um conceito de identidade – que é um conjunto de características que identifica uma pessoa. Um morador da Cidade de Deus, se vocês forem pensar. Vocês acham que essa identidade acaba sendo mais genuína, quando ela é feita pelos próprios moradores? Quando ela é feita nesse contexto da mídia do CDD Acontece?
- 191 J: Sim. Eu acho que aqui realmente é mais genuíno.. porque tipo assim, aqui eles vão falar.. eles sabem o que acontece aqui de bom e de ruim. Lá eles só sabem o que passam pra eles. Eles nunca vieram aqui ver.. eles nunca conviveram com gente daqui. Aí acho que eles não conseguem fazer alguma coisa tão genuína como alguém daqui,
- 192 Ingrid: Ou então coloca sempre o favelado no mesmo lugar. Como que se representa o favelado? Ou ele é barraqueiro, ou ele é funkeiro ou ele é um pobre coitado. E assim, aqui a gente está vendo vários tipos de pessoas. Você engessa. E eu acho que a Carla ela traz de uma forma mais separada, né? Tem o perfil da pessoa que luta, tem o perfil da pessoa que vende alguma coisa, tem um mundo de perfis. Porque isso daqui é muito múltiplo. Não é só barraco, guerra ou falta de suporte. Tem muitas outras coisas, muitos outros perfis, muitas identidades.
- 193 JV: Tia, a moça, a Carla, ela só traz notícia boa. Quando ela tava aqui ela falou algumas vezes que ela também botava lá... sumiu criança.. ela botava lá. A criança tal foi achada..
- 194 Marcelle: Vocês acham que isso... Eu fiquei com a sensação disso ser um serviço pra própria população, né?
- 195 JV: É porque tudo que acontece ela coloca lá.

- 196 Marcelle: É porque aí, por exemplo, uma criança sumiu... é um serviço pra população você colocar que essa criança sumiu e quem viu essa criança em algum lugar, enfim.. poder notificar o CDD Acontece. Eu lembro também que uma vez eu vi uma reportagem e também conversando com a Carla, né? Eu já vi uma reportagem uma vez dela dando entrevista dizendo que quando ela começou com o CDD Acontece ela se deu conta de que várias pessoas antigamente iam pro centro pra buscar coisas ou atividades que de repente tinham dentro da própria Cidade de Deus. E as pessoas não conheciam, né? Porque não sabiam mesmo. Às vezes do lado de casa tinha um trabalho legal, tinha um projeto bacana, um curso legal e a pessoa não sabia. E ela queria ajudar as pessoas de alguma forma pra se informarem um pouco melhor sobre o que era oferecido dentro da própria Cidade de Deus. Coisas boas, né, que são oferecidas dentro da própria Cidade de Deus. Você ia falar alguma coisa, R.? Desculpa.
- 197 R: Aquela questão que o J. falou que a imprensa só mostra que a gente não devia. Tipo, eu acho que eles podiam trazer mais gente aqui e mostrar o trabalho daquela pintora lá.
- 198 Marcelle: Qual pintora?
- 199 R: Esqueci o nome dela.
- 200 Ingrid: A Rosalina?
- 201 R: É.. Essa daí. Que ela teve um quadro aí que foi, eu acho, pros Estados Unidos.
- 202 Marcelle: Então coisas boas de repente não são tão noticiadas, vocês acham? Na visão de vocês, vocês acham que isso não é tão noticiado e, de repente, talvez uma mídia comunitária ela tenha essa possibilidade pela pessoa estar aqui dentro mesmo, né?
- 203 R: A única coisa que eu achei foi lá no Rock in Rio, né? Naquele espaço favela lá. Que mostrava as coisas da Cidade de Deus também.
- 204 C: Tia, não bota pra ele falar porque ele tá querendo falar m.
- 205 Marcelle. Ah, entendi. Fala J. J. tava na frente.
- 206 J: Como você disse que eles iam procurar coisas que tinham aqui dentro e iam procurar fora.. porque, como eu disse, batendo na mesma coisa sobre o RJ e o CDD Acontece. Quando eles criaram o CDD Acontece, ninguém sabia da maioria das coisas que tinham aqui dentro. Eles só sabiam que aqui tinha.. só viam a Cidade de Deus fora nas conversas, no mais... quando era tiroteio na televisão. Então quando o CDD Acontece surgiu eles foram vendo mais no facebook.
- 207 Marcelle: Às vezes eles até se informam pelo CDD Acontece, né?
- 208 J: Porque a minha tia, ela morava aqui.. ela foi procurar um cabeleireiro lá na Taquara, lá na Merck, sendo que o que ela queria fazer tinha aqui dentro.
- 209 Marcelle: Fala JV.
- 210 JV: Eu só queria perguntar se não tinha como liberar porque vai ter o jogo.
- 211 Marcelle: Você quer falar alguma coisa, flor? Você conhece o CDD Acontece? E se sente representada por ele? Sim, ok.
- 212 Filipe (apoio): Posso levantar uma questão aqui. O filme ele se passa em duas épocas que não são a nossa época aqui, né? E hoje a gente tem uma coisa que a gente não tinha lá, que é isso aqui, o celular. Vocês acham que isso é uma ferramenta que vocês podem usar hoje pra ajudar o CDD Acontece?
- 213 JV: Igual assim, televisão não tinha.

- 214 Marcelle: Isso é uma questão importante, né? Parece que o CDD Acontece também recebe vídeos e coisas que são enviados por vocês, né? Assim.. por pessoas comuns que estão passando por aí – porque a Carla é uma só, né? – mas eu sinto também que ela recebe até por whatsapp e tem um grupo que ela recebe dos próprios moradores também informações, vídeos, coisas que ela acaba postando, né? De alguma forma acaba sendo, eu sei que é mais centralizado nela, talvez seja uma coisa mais coletiva, né, se for pensar.
- 215 J: Porque como é um auxílio a sua população é uma coisa que cada um vai ajudando o outro. Porque não tem como você entrar em contato facilmente com a televisão e ainda falar uma coisa que não é pro Rio de Janeiro inteiro que eles não vão aceitar. A Carla ela trabalha, já que é aqui dentro, ela consegue fazer mais facilmente... falar as coisas de bom que tem aqui dentro e os serviços que eles oferecem aqui dentro.
- 216 Marcelle: Tá bom, gente. Vocês tem mais alguma coisa pra falar?
- 217 Todos: Não, não, não. [Risos]
- 218 Filipe (apoio): Uma última. E a representação da polícia no filme e na realidade?
- 219 C: Ah, não. É a mesma coisa. Eu vejo a mesma coisa. Tudo o que passou no filme sobre a polícia eu concordo. Por causa que eles aceitam dinheiro de bandido, não só de bandido, como de outras facção também. Eu acho que tudo o que passou no filme sobre a polícia é verdade.
- 220 J: É como eles trataram no filme. No último encontro que a gente a gente falou sobre segurança... a parte de segurança pública. Aqui eles retrataram no filme uma coisa que eles não retratam muito bem nos jornais. Eles retratam como se todos fossem bandidos. Aqui dentro tem menos cuidado que lá fora. Aqui eles param qualquer um. Lá fora eles param pessoas realmente suspeitas, mesmo que a operação que eles mais apreenderam armas não foi numa favela, foi num condomínio da Barra.
- 221 JV: Como você falou que tipo, no filme não é igual agora né? Igual estava mostrando no filme, quando os policiais bateram de frente com os bandidos no começo. Se fosse aqui já tinha começado a soltar tiro, lá nem soltou tiro.
- 222 J: Porque antigamente os bandidos tinham medo da polícia. E hoje em dia...
- 223 C: Eles não tem medo da polícia não. Eles enfrentam de dia.
- 224 R: Acho que a polícia que tem medo deles.
- 225 Marcelle: Uma coisa que vocês acabaram falando indiretamente, assim. Como que o filme ele tem efeitos reais mesmo ele já tendo tanto tempo, ele acaba tendo efeitos reais sobre a vida de vocês. O J. acabou de falar que aqui dentro, de repente, é muito mais fácil eles revistarem todo mundo do que lá fora. Lá fora eles vão revistar alguém mais suspeito, mas aqui dentro eles vão de repente ir por um caminho de revistar todos, né?
- 226 Ingrid: É o negro, né?
- 227 J: Era o que eu ia falar.
- 228 Marcelle: E aí se cria um estereótipo de quem é o morador da favela e esse estereótipo talvez, que essa pessoa ela tá diretamente ligada com coisas erradas né, assim, com o tráfico, com algum crime ou com outras coisas erradas.
- 229 R: Pra mim é a questão do preconceito também.
- 230 Marcelle: Sim, é verdade. Vocês conversaram sobre isso outro dia, também, né? Então, gente muito obrigada!

FINAL DA ENTREVISTA